



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite
Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão

S U M A R I O

Os trabalhos tiveram início pelas 15,00 horas.

Depois de feita a leitura da correspondência, bem como dos requerimentos, passou-se ao **Período de Antes da Ordem do dia**, desta feita para se proceder à apresentação, discussão e votação dos seguintes votos:

- **Voto de Saudação**, apresentado pelo PS, visando o centenário da morte de Antero de Quental. Usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Bastos (PSD), Rui Meireles (CDS) e Paulo Valadão (PCP).

O voto de Saudação foi aprovado com a unanimidade da Câmara.

- **Voto de Protesto**, apresentado pelo CDS, sobre o mau funcionamento da rede telefónica nos Açores. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: Alvarino Pinheiro (CDS), Manuel Serpa (PS), Renato Moura (Independente), Paulo Valadão (PCP), António Silveira (PSD) e Alvarino Pinheiro (CDS).

O referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto**, apresentado pelo Deputado Independente Renato Moura, sobre a ausência de política de transportes por parte do Governo Regional bem como pela atitude discriminatória que o executivo assume perante os cidadãos de certas ilhas da Região e prejuízos que daí advêm. Fizeram uso da palavra os Srs. Deputados Renato Moura (Independente), Paulo Valadão (PCP), João de Sousa Braga (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Carlos César (PS), e Madruga da Costa (PSD).

O voto foi aprovado por maioria com 22 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto

a favor do PCP e 1 voto a favor do Deputado Independente, tendo obtido 25 votos contra do PSD.

Posteriormente, transitou-se para o período dedicado ao tratamento de **assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Usaram da palavra a diverso título os Srs. Deputados Rui Melo (PSD), Carlos Mendonça (PS), António Silveira (PSD), Gaspar da Silva (PSD), António Oliveira Rodrigues (PS), José Gabriel Lopes (PS), Paulo Valadão (PCP), Jorge Cabral (PSD), Francisco Sousa (PS), António Varão (PSD), e Carlos César (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima e da Administração Interna, Costa Neves.

Finalmente, passou-se ao **Período da Ordem do Dia** em que se procedeu à leitura dos Relatórios das Comissões ao abrigo do artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nomeadamente, o Relatório da Comissão de Organização e Legislação e o Relatório da Comissão de Política Geral.

Usaram da palavra os Srs. Deputados António Gomes (PS), Renato Moura (Independente), José Maria Mairós (PSD), Rui Melo (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado.

Os trabalhos terminaram às 20,30 horas.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Rui Melo, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, Carlos Mendonça, António Braga Furtado, Dionísio Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, João Sousa Braga, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **PCP** - Paulo Valadão; **Deputado Independente:** Renato Moura).

Presidente: Estão presentes 47 dos Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler, não a correspondência porque não a há, mas alguns assuntos de interesse para a Sessão.

Secretário (Manuel Valadão): Deram entrada os seguintes documentos:

- **Proposta de Resolução do CDS**, sobre Adjudicação da Empreitada de Construção do Núcleo de Pescas da Praia da Vitória. Vem com requerimento de urgência e dispensa de exame em Comissão.

- **Ante-Proposta de Lei** apresentada pelo Deputado Independente, Renato Moura, sobre Aplicação nas Regiões Autónomas do Estatuto Social do Bombeiro e mereceu despacho de baixar à Comissão de Política Geral para parecer até 8/11/91.

- **Moção de Censura** ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos do nº 3 do artigo 36º do Regimento, apresentada por vários Srs. Deputados do PS, CDS e PCP e que teve como despacho "à Sessão, distribua-se pelos Srs. Deputados".

- Requerimento do Sr. Deputado Regional, Rogério Serpa, do seguinte teor:

"Considerando que o Matadouro da Ilha das Flores apenas tem um empregado que tem dias de abater 8 e por vezes mais cabeças de gado e proceder ao respectivo arranjo, o que dada a idade do funcionário (60 anos) e o trabalho que sobre o mesmo recai, julga-se urgente o aumento de lugares naquele matadouro, porquanto quando o referido funcionário entra de férias tem de ser substituído por 2 e 3 trabalhadores para darem conta do serviço efectuado normalmente por aquele empregado.

Considerando que, há que ter em conta não só a idade do funcionário, mas o perigo que representa para a sua vida este trabalho, quer pelo uso quase constante de pistola e instrumentos cortantes cujo perigo é sobremaneira plausível, acrescido da dificuldade inerente a esse trabalho operado por um só homem, que tem contra si o facto de trabalhar com animais que não conhece e que por vezes são agressivos.

Nos termos regimentais aplicáveis requeiro ao Governo Regional me responda à seguinte

te questão:

Será possível atribuir ao referido matadouro mais um trabalhador a fim de garantir a segurança do actual empregado??

Horta, Sala das Sessões, 9 de Setembro de 1991.

O Deputado Regional do PS: Rogério Serpa."

Secretário (Manuel Valadão): requerimento do Sr. Deputado Regional do PS, Rogério Serpa, que diz o seguinte:

"Considerando que, aquando da última visita oficial do Governo à Ilha das Flores a 30 de Julho passado, apresentei formalmente a V. Exa. um abaixo-assinado de todo o Povo da Freguesia da Caveira instando com o Governo para alterar as actuais disposições relativamente à extinção da escola mista daquela Freguesia.

Considerando que, como foi frisado no referido abaixo-assinado, a extinção da referida escola tem provocado graves apreensões em toda a população daquela Freguesia, sem que até à data o mesmo obtivesse qualquer resposta das entidades governamentais.

Nos termos regimentais aplicáveis requeiro ao Governo Regional que me seja dada resposta à seguinte pergunta:

- Qual a atitude que o Governo tomou até à data no referente a esse abaixo-assinado?

Horta, Sala das Sessões, 9 de Setembro de 1991.

O Deputado Regional do PS: Rogério Serpa."

Secretário (Manuel Valadão): Requerimento do Sr. Deputado Paulo Valadão (PCP) que diz o seguinte:

"Requerimento nº 81

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

As circunstâncias que concorreram para a instauração da inspecção extraordinária efectuada à actividade dos órgãos e serviços municipais da Madalena do Pico, foram justificadamente objecto de inegável repercussão na opinião pública.

O relatório da fiscalização determinada pela entidade competente, cujas conclusões foram já parcialmente divulgadas por alguns meios de comunicação social, constitui um documento de importante relevância política, tornando imperativa a necessidade dos adequados procedimentos.

Assim nos termos regimentais e estatutários aplicáveis requeiro ao Governo Regional o seguinte:

1. Que seja informado sobre quais as medidas que foram ou pensa o Governo Regional vir a tomar em função das irregularidades detectadas.

2. Que seja fornecida a esta representação Parlamentar uma cópia do relatório com as conclusões apuradas na referida inspecção.

Assembleia Legislativa Regional, 11 de Setembro de 1991.

O Deputado Regional do PCP: Paulo Valadão.

Secretário (Manuel Goulart): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado Artur Martins do PSD, sobre deficiências na distribuição de electricidade no Concelho da Ribeira Grande, que vem da Secretaria Regional da Economia.

"Sobre o requerimento em epígrafe, informamos o seguinte:

O abastecimento de energia ao Concelho de Ribeira Grande processa-se por duas linhas de distribuição M.T., designadamente a de Boavista e de Nordeste, encontrando-se a primeira em fase de remodelação e a segunda prevista para remodelar no decurso do próximo ano, pelo que as condições de fornecimento em M.T. serão substancialmente melhoradas.

As redes de distribuição em B.T. no Concelho de Ribeira Grande são na sua grande maioria relativamente recentes, embora existam outras que, por serem mais antigas (casos da cidade de Ribeira Grande, Pico da Pedra, Rabo de Peixe, Sta. Bárbara, Ribeirinha, Ribeira Seca) se encontram hoje subdimensionadas. Contudo, salienta-se que algumas melhorias já foram parcialmente introduzidas, nomeadamente em Rabo de Peixe e Ribeira Seca, encontrando-se em vias de adjudicação a remodelação total da rede de Ribeirinha, enquanto que decorrem os estudos de remodelação do Pico da Pedra.

Ao nível da I.P. da Ribeira Grande bem como da sua rede de distribuição M.T./B.T., procederam-se a estudos que implicam a substituição da actual rede aérea de distribuição M.T. por outra enterrada, com inclusão de novos postos de transformação o que após concretização culminará numa mais efectiva distribuição de energia, sendo certo que se cuidará de remodelar também as actuais redes de B.T. e de iluminação Pública.

Relativamente à questão apresentada de os consumidores poderem reclamar à EDA a avaria dos seus electrodomésticos é evidente que sim, cabendo à EDA a análise criterio-

sa das razões das avarias e indemnizar se for caso disso, cabendo recurso das decisões tomadas à Direcção Regional da Indústria e Energia, da Secretaria Regional da Economia.

E o que nos cumpre informar V. Exa.

Ponta Delgada, 30 de Agosto de 1991.

O Director de Serviços de Electricidade e Combustíveis: Francisco Tomé de Andrade."

Presidente: Não havendo mais matérias de expediente, passamos aos votos que deram entrada na mesa. São três os votos:

- um **Voto de Saudação** apresentado por um grupo de Deputados do Partido Socialista;
- um **Voto de Protesto** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS;
- um **Voto de Protesto** apresentado pelo Sr. Deputado Independente.

Nos termos regimentais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para apresentar o Voto de Saudação.

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, eu solicitava que o voto fosse distribuído, na medida em que ainda não o tenho.

Presidente: Eu já mandei distribuir. Julguei que já estava nas mãos dos Srs. Deputados. Então vamos ter que interromper os nossos trabalhos. Peço desculpa ao Sr. Deputado Carlos César. Vamos interromper por 10 minutos que deve ser suficiente para que se faça a distribuição. E que hoje o nosso expediente foi muito curto, por isso não houve, da parte dos serviços, tempo de distribuir os três votos.

(Eram 15,20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recommear os nossos trabalhos.

(Eram 15,45 horas)

Passamos então à apreciação do Voto de Saudação, apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voto de Saudação

Comemorando-se o Centenário da morte de Antero de Quental exactamente hoje no dia 11 de Setembro de 1991, por todo o País já têm lugar inúmeras manifestações evocativas da figura, da geração e da obra de Antero, assumindo especial relevo nos Açores as acções programadas para Outubro pela Uni-

versidade dos Açores - com o Congresso Anteriano, e, pela Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada em colaboração com o Instituto Cultural daquela cidade, que apresentarão a maior exposição bibliográfica já realizada sobre Antero.

Nascido em Ponta Delgada a 18 de Abril de 1842, filho de um dos "Bravos do Mindelo", Antero de Quental constitui, seguramente, uma das figuras açorianas que mais se notabilizou na vida portuguesa, exercendo o protagonismo liderante do seu tempo - de um tempo que desejou interromper e libertar do conservantismo da continuidade medíocre e decadente.

Nascido Ilhéu, Antero não repousou na sua vida, na sua alma, no seu apelo e no seu fim, na flacidez da ilha; "profeta deslocado" ou não do seu tempo, agitou como as margens dos mares os elementos adormecidos e estáticos.

De si e da sua geração, disse, quatro anos antes de falecer: foi "... a primeira em Portugal que saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição,".

Entre a imaginação que ele dizia "ardente, com que em excesso o dotara a natureza" e o extraordinariamente lúcido que estimula o sentimento reformulador do progresso, Antero viveu entre o tumulto dos homens que vivem com o espírito a continuação e não a continuidade da História e que insistem em fazer da Justiça "... o tema imenso do sermão" e o seu "idealismo ético".

Antero, sempre mais atraído pela forma e pelas consequências da política do que pela assunção do seu exercício, foi difusor das novas ideias em Portugal e da integração cultural europeia, que denunciaram a decadência e estimularam uma geração que ele sempre liderou, ora num movimento literário ao lado de homens como Eça, Junqueiro e Ramalho Ortigão, ora num movimento reformador da política portuguesa, ao lado de homens como Oliveira Martins, José Fontana ou Batalha Reis, com quem empreendeu acções conducentes à organização do Partido Socialista.

Poeta e ideólogo avançado, fiel ao socialismo proudhoniano - património ideológico antecedente do socialismo democrático europeu e contemporâneo, Antero é símbolo do inconformismo e, ainda, e sempre, sustento anímico e intelectual de todas as gerações que se empenham e se empenharam na ansiedade histórica, no salto em frente, no inconformismo dos justos e no derrube dos obstáculos à nova ordem.

Hoje, perante a falência de instituições

de crenças, de mitologias políticas, entre o colapso de sistemas económicos e as encruzilhadas do capitalismo, "Antero Político" renova-se e a sua consciência volta a viver através da nossa própria consciência:

- É o apostolado social que pode ser reposto na visão anterior da sociedade organizada pela "interacção do espiritual, do racional, do efectivo, do moral, do social, do económico e desse religioso fora de um contexto institucional a que chamava santidade" como tão eloquentemente, sobre Antero, Natália Correia sintetizou.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida 100 anos depois da morte de Antero, evoca a memória daquele açoriano tão ilustre e tão eterno, evoca e saúda o espírito de reflexão, de debate, de utopia, de afirmação, de procura e de progresso daquela geração das "novas ideias". Saúda as novas gerações constitutivas dos Açores depois do 25 de Abril, que, nas suas mãos detêm a responsabilidade da nossa integração bem sucedida nos espaços de desenvolvimento e de cultura europeia.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Nos termos regimentais, está à discussão este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Completam-se hoje 100 anos sobre a morte de Antero, figura das mais brilhantes com que Portugal conta na sua pleiade de intelectuais de mérito.

Quer pela lucidez de espírito quer pela sensibilidade poética e filosófica, Antero Tarquinio de Quental, açoriano ilustríssimo, que sempre se orgulhou das suas raízes, não só marcou a geração de 70 tão conhecida pela pureza de ideias e vontade de acção, como influenciou de forma decisiva todas as gerações vindouras sendo que, ainda hoje, constitui referencial obrigatório para a compreensão da História e Pensamento Portugueses.

Assim, assumindo-se como a consciência do seu tempo, Antero destaca-se ainda de entre outros vultos do pensamento de então, onde figuram igualmente açorianos que contribuíram também eles, para o esplendor das letras deixando indelevelmente registado para todo o sempre, a projecção e a pujança intelectual açorianas no panorama político social português.

A importância do pensamento anterior faz ainda jus à concepção comum entre nós de que a açorianidade é, para além de uma

simples significação sintetizante do modo de ser e estar de uma comunidade insular, uma característica forte de universalidade, de ser - aberto - para - o - mundo e de que Antero foi indubitavelmente precursor.

Ao recordar hoje aqui o Homem, o poeta, o pensador, o filósofo e o político, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores o Grupo Parlamentar do PSD associa-se às comemorações que um pouco por todo o país têm lugar.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faz hoje 100 anos que, junto ao claustro do Convento da Esperança, na praça pública que com ele confronta, desapareceu do convívio dos vivos, uma das mais ilustres figuras açorianas que se notabilizou no quadro da Literatura Portuguesa da 2ª metade do Século XIX Antero de Quental.

Jovem possuído de uma impetuosa energia combativa e já homem feito marcado pela amarga ilusão e por uma persistente doença, esse gigante do pensamento português apenas viveu 49 anos.

Nasceu para polemizar e abriu várias frentes que lhe custaram amargos dissabores quer no campo da literatura, quer no campo do pensamento filosófico, quer no campo das ciências sociais.

Antero, em todas as frentes, tornou-se líder respeitado e temido. Porém uma faceta da sua vida que desejava aqui sublinhar, prende-se com o facto de sendo ele filho de família de terra-tenentes em São Miguel sobre sobrepôr à sua consciência de proprietário as suas generosas aspirações sociais, que fizeram dele, licenciado em Direito, um aprendiz de Tipógrafo para melhor se identificar com o espírito operário que defendia.

É esta coerência de vida, é esta dignidade de pessoa que constitui hoje e sempre um referencial da nobreza do seu comportamento para toda a História.

Pode-se estar ou não de acordo com as suas ideias quer no campo político, quer de natureza filosófica, que mesmo de índole metafísica mas a nosso ver devemos render-lhe justa homenagem pela coerência que revelou entre o pensamento e a acção.

Antero viveu amargurado, foi um inconformista mas soube pôr sempre acima do seu

invulgar talento, a virtude, a independência da alma e a dignidade do pensamento.

Antero lutava pelos ideais em que acreditava apaixonadamente, envolvendo-se neles de corpo inteiro.

Nele o Grupo Parlamentar do CDS saúda a nobreza do seu carácter, a grandeza do seu pensamento e a contribuição ímpar que legou às letras portuguesas sobretudo sob a forma poética, estilo que escolheu como plataforma veiculadora da torrente vulcânica do seu pensamento.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de Antero, será sem dúvida homenagear um dos maiores, senão o maior vulto das letras açorianas e também um dos grandes das letras portuguesas, que com a sua forte personalidade influenciou sobremaneira toda a intelectualidade portuguesa da 2ª metade do século XIX.

Mas o autor das "Odes Modernas", das "Primaveras Românticas" e dos "Sonetos", não se notabilizou tão só como poeta, mas os ensaios feitos por ocasião da "Questão Coimbrã", "Bom senso e Bom gosto" e "A dignidade das letras e as literaturas oficiais" foram de uma importância relevante. Mas ficou célebre a sua participação nas "Conferências Democráticas" organizadas pelo Cenáculo, fundado pelo próprio Antero, onde falou das "Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos séculos".

Muitos aspectos menos conhecidos da vida do poeta entendemos deverem ser aqui salientados, tais como:

- a sua experiência parisiense na qualidade de "operário", trabalhando e vivendo como tal.
- a sua participação na I Internacional.
- a sua responsabilidade como autor e editor do Folheto "o que é a Internacional".

Antero permanece e permanecerá como exemplo vivo do interventor progressista na realidade do tempo em que viveu. Este facto merece ser salientado na exacta medida em que na actualidade vários são os que procuram esconder a vertente inovadora e transformadora subjacente à vida e à obra do poeta.

Para nós açorianos, que vivemos um momento histórico de transformação, mas que assistimos também à acção e às intenções

daqueles que contrariam as inovações, é muito grato podermos ter como referência intelectual uma figura como a de Antero de Quental.

Por todas estas razões associamo-nos ao voto proposto pelo Partido Socialista e prestamos assim, a nossa homenagem ao Poeta e ao Homem.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, creio que estamos em condições de poder votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a uma proposta dum Voto de Protesto, apresentado pelos Srs. Deputados do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Desculpe, Sr. Deputado, enganei-me e chamei-lhe do Partido Social Democrata. Foi a roda do tempo que andou para trás.

(Risos da Câmara)

De forma que é do CDS. Tem a palavra.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Considerando que o sistema de Comunicações assume em qualquer sociedade importância fundamental para a vida das populações e funcionamento das actividades;

Considerando que face à insularidade da Região Autónoma dos Açores tal facto assume particular relevância;

Considerando que apesar dos implementados e anunciados investimentos dos CTT as Comunicações nos Açores, nomeadamente as telefónicas, continuam em determinadas zonas da Região numa situação caótica havendo mesmo casos como na Ilha Terceira em que se assiste, incompreensivelmente a uma notória degradação do funcionamento dos circuitos telefónicos.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais a Assembleia Legislativa Regional protesta pelo mau funcionamento da rede telefónica nos Açores e recomenda ao Governo Regional que interceda junto da Direcção Regional dos CTT em ordem à urgente normalização do sistema de comunicações em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Está aberta a discussão. Tem

a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto de protesto com todas as forças dos seus 22 membros.

A questão dos telefones, neste momento, nos Açores poderá ser considerada uma calamidade pública.

Este voto de protesto não deve dizer apenas respeito - embora esteja aqui escrito - à Ilha Terceira, mas a todas as ilhas dos Açores.

Eu vivo numa ilha, próxima de outra, o canal separa-nos, as relações são muito estreitas e telefonar do Pico para o Faial é um drama. Só à quarta vez é possível telefonar. E se, de facto, este assunto é uma calamidade pública, tem que ser resolvido. Porque o telefone como aqui está dito - é um meio utilitário, necessário, moderno, actual e pode avaliar-se o nível duma sociedade através da eficácia do telefone. Se, de facto, nós neste momento formos avaliados pelos nossos telefones, nós estamos em muito maus lençóis. E não basta apregoar o modernismo, a tecnologia e o progresso. É preciso que haja uma concretização prática daquilo que se apregoa. Por isso, também, com todas as nossas forças, nós intercedemos para que o Governo interceda, para que haja uma solução eficaz e rápida para este problema.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grande problema da calamidade pública que, realmente, constituem os telefones nos Açores, já não é só por aqueles que existem e funcionam mal, como é também por aqueles que não existem, em muitas das ilhas dos Açores, hoje em dia, é completamente impossível obter a instalação dum telefone, seja onde for. Há situações nesta matéria, de listas de espera, absolutamente incompreensíveis que chegam mesmo a atingir... anos.

É uma situação que de modo algum pode perdurar, nos dias que hoje atravessamos, em que cada vez mais as novas tecnologias necessitam de comunicações para serem postas ao serviço, mas não são as novas tecnologias, também a simples necessidade de contacto entre as pessoas, sem as quais afinal de contas, não é possível fazer nem unidade nem desenvolvimento, nem coisa alguma.

Espero bem que este voto da Assembleia

que - tudo leva a crer - venha a ser aqui aprovado e contará também com o voto do Deputado Independente, resulte e que o Governo Regional, decididamente, se impenhe nesta matéria. Porque apelos pessoais, já os tenho feito ao Governo e por escrito, e até hoje os resultados ainda não se viram. É importante que, de uma vez por todas, os CTT decidissem que, como empresa que são, têm o direito de servir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, pela nossa parte, iremos votar, favoravelmente, este voto (oportuno) que nos foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS. Efectivamente, como aqui já foi referido, a situação da comunicação por telefone na nossa Região, é muito deficiente. Para além do problema grave que se coloca nalgumas ilhas, muito especialmente na Ilha das Flores, onde pelo menos 200 futuros utentes de telefone, o esperam há mais de 3 anos. É uma situação caricata; é uma situação que urge ser resolvida e que da parte da população local, não há - pelo menos até ao momento esperança de ser resolvida, na medida em que, muito recentemente, alguns desses interessados, solicitando informação aos CTT sobre a possibilidade de eles virem a ser montados, a resposta foi aquela que tem sido sempre desde há 3 anos:

- Não sabemos! Desconhecemos!"

Efectivamente, é uma situação que, aliás, irei abordar ainda neste período de trabalhos de hoje da Assembleia e que é aflitivo e é importante que, duma vez por todas, seja resolvido porque é indispensável ao desenvolvimento da nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, com a força dos seus 25 Deputados,...

(Risos do PSD)

... não considera isto uma calamidade pública mas, sim, um assunto com interesse para toda a Região.

E por um lado o sinal de desenvolvimento, a existência de inúmeras listas de pedidos em todas as nossas ilhas, e penso também que é um factor positivo, um sinal de que vamos evoluir. Vamo-nos associar a este voto

de protesto, no sentido de que o Governo continue a desenvolver esforços junto da administração dos CTT, para que essa resposta venha o mais rápido possível e para que as nossas telecomunicações melhorem em toda a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este nosso voto de protesto, queríamos vincar que, efectivamente, ele visa colmatar uma situação que envolve o sistema de comunicações em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores. Refere-se aqui o exemplo de uma delas, que é muito flagrante. Outros exemplos também já foram aqui referidos por outros companheiros mas, infelizmente, como fica claro, o problema é, de facto, caótico e é geral.

Na nossa perspectiva, trata-se dum voto como todos os outros, mas que não pode cair em "saco roto", porque não pode esta Assembleia tomar impunemente a posição que eventualmente vai tomar.

Para muitos concidadãos nossos, há grande frustração na medida em que a acção pública que decorre do relacionamento entre o Governo Regional e a Direcção Regional dos CTT, parece crer demonstrar que é de grande normalidade. Não foi por acaso que os CTT mostraram grande eficácia, por exemplo, na colocação do telefone nº 50.000. É que tudo foi programado ao pormenor do referido telefone ser instalado numa casa comercial, por sinal de comidas e bebidas, e ainda por cima com a presença em massa do Governo Regional dos Açores, numa montagem quase perfeita para dar a ideia ao Povo dos Açores - um pouco à semelhança daquilo que o Sr. Deputado António Silveira queria aqui insinuar - de que se vive de facto um grande desenvolvimento e progresso ao nível das telecomunicações dos Açores. Efectivamente, a nossa sensibilidade é de que é exactamente o contrário. E essa montagem feita entre o Governo Regional e a Direcção Regional dos CTT, funcionou exactamente ao contrário, ou seja, provocou a revolta e a indignação dos Açorianos. Queria também aqui referir, e uma vez que está presente nesta Sala na bancada do público um digníssimo representante de Sua Exa. o Sr. Ministro da República - e reputamos isso de muito importante - que entendemos que essa mensagem da Assembleia Regional que se dirige, obviamente, ao Governo,

deve também ser apreendida por Sua Exa. o Ministro da República, para que no âmbito das suas competências possa interceder em ordem à resolução, o mais urgente possível, dessa caótica situação.

Presidente: Srs. Deputados podemos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O voto de protesto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à apreciação de um outro voto de protesto apresentado pelo Sr. Deputado Independente, Renato Moura. Tem a palavra para fazer a apresentação.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Considerando que a SATA é uma empresa pública regional;

Considerando que a SATA é subsidiada pelo erário público;

Considerando que o Governo Regional arbitrariamente retirou à SATA o transporte de doentes da Ilha de Santa Maria;

Considerando que os doentes de Santa Maria ficaram limitados nas suas opções e ficam sujeitos a poderem ser transportados em piores condições;

Considerando que o Governo Regional continua sem resolver o problema do preço de passagens para Lisboa dos cidadãos das Flores;

Considerando que o Governo Regional instalou a anarquia no sector dos transportes;

O Deputado abaixo-assinado propõe que a Assembleia Legislativa Regional aprove um voto de protesto ao Governo Regional pela ausência de política de transportes pela atitude discriminatória que assume perante os cidadãos de certas ilhas da Região e prejuízos daí advenientes.

Presidente: Está à discussão. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente, o voto que nos é apresentado pelo Sr. Deputado Independente.

Efectivamente, já em Junho passado, aqui foram referidos determinados aspectos de anomalias verificadas com as passagens vendidas aos balcões da SATA, essencialmente na Ilha das Flores. Aqui mesmo, ontem, atra-

vés do Sr. Deputado Rogério Serpa, novamente, o assunto voltou à Assembleia. E da parte do Governo Regional, tem sido manifestado o desejo de compreender, de saber, etc. A realidade é evidente, todas as pessoas a conhecem. É por demais conhecida na Ilha das Flores. Hoje verificámos um ... circuito de transacção entre muitos utentes da nossa ilha e as agências de viagem espalhadas principalmente pelas ilhas de S. Miguel e Faial, no sentido de adquirirem passagens muito mais baratas do que as que são vendidas aos balcões da SATA. Esta é a triste realidade, aliás, alguns passageiros das Flores - aqueles com maior capacidade - fizeram aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional sugeriu: "- Compre nas Agências de Viagem"!

Efectivamente, estão a ser adquiridas, neste momento, dezenas de passagens nas agências de viagem, a preços muitíssimo mais baratos do que os que a SATA oferece.

É uma situação de anomalia; é uma situação onde ficam claros os prejuízos advenientes para os utentes essencialmente daquelas ilhas mais afastadas, entre as quais se encontra a Ilha das Flores.

E por tudo isto, é por tudo aquilo que vem considerado neste voto, que nós vamos dar o nosso voto favorável a este voto de protesto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João de Sousa Braga.

Deputado João de Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai votar favoravelmente este voto de protesto, não só pelos aspectos que dizem respeito aos cidadãos das Flores nem também só pelos aspectos que dizem respeito à retirada arbitrária do transporte de doentes da Ilha de Santa Maria à SATA, mas muito especialmente porque estão em causa os interesses e o direito à saúde do Povo de Santa Maria.

O Hospital de Vila do Porto, com o parecer favorável e com a aprovação da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, arbitrariamente e sem consultas prévias, obriga (praticamente) os doentes que têm que se deslocar à Ilha de S. Miguel - por falta de meios na Ilha de Santa Maria - a voarem na Acean Air. E adianta-lhes as passagens. Aqueles que não quiserem voar nesta companhia, têm que pagar à sua custa as passagens na SATA, sendo reembolsados mais tarde. Ora, isto constitui uma discriminação em relação às pessoas de menores recursos e limita o direito à saúde, de muita gente que acaba

por não se deslocar à Ilha de S. Miguel por falta de recursos.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Que vão na Ocean Air.

O Orador: Temos que considerar que nem todas as pessoas conseguem voar na Ocean Air. Muita gente tem medo de voar nesta Companhia. Daí que esta medida constitua um limite do direito à saúde dos marienses e em especial das camadas mais desfavorecidas. Por esse facto, o Grupo Parlamentar do PS vai votar, favoravelmente, este voto de protesto que é mais oportuno e pertinente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS vai aprovar o presente voto de protesto, dado os fundamentos que aqui são colocados. Relativamente à questão que envolve o problema dos preços de passagens para Lisboa, já ontem assistimos aqui, de novo, à denúncia de situações extremamente gravosas. É facto que o Sr. Secretário Regional da Administração Interna deixou, perante esta Assembleia e, nomeadamente, ao colega Deputado (Rogério Serpa) interveniente, o pedido expresso de que lhe fossem entregues elementos comprovativos das referidas situações...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Elementos exemplificativos.

O Orador: ... "elementos exemplificativos" das respectivas situações, para que o Governo Regional pudesse interceder, relativamente ao assunto. Entendemos, porém, e tal como aqui foi denunciado, que infelizmente a situação não era nova e, infelizmente, em relação a essa inaceitável situação, repito, o próprio Presidente do Governo Regional segundo aqui foi afirmado e não desmentido - em situações anteriores teria tido uma atitude, essa sim, também inaceitável. Face a isso, somos de opinião de que se justifica, plenamente, o voto de protesto aqui apresentado pelo Deputado Renato Moura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em princípio eu não estava para intervir sobre este voto, deixaria essa tarefa para a Mesa do meu grupo parlamentar, mas após a intervenção do Sr. Deputado João de Sousa Braga, penso que há que esclarecer algumas situações.

O Sr. Deputado acabou de afirmar que as camadas com menores recursos são as mais prejudicadas. Isto é precisamente o contrário do que acontece, porque foram precisamente essas camadas que melhor aceitaram esta medida. Porque durante anos, os doentes de Santa Maria que queriam ir fazer uma consulta a S. Miguel, eram obrigados a ficar 3 e 4 dias nesta ilha, pagando alojamento e alimentação. E neste momento, através desta operação, os doentes têm a capacidade de ir às 7 horas da manhã e regressarem às 7 horas da noite.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto reflecte-se na economia das próprias pessoas, porque eram elas que tinham que pagar estes custos.

Quanto ao considerando que, de facto, ficam sujeitos a um transporte em piores condições, há que esclarecer aqui uma situação: é que os doentes quando são transportados em maca ou doentes que precisam de acompanhamento, são transportados na SATA, não são transportados na Ocean Air. E qualquer utente que não queira viajar na Ocean Air, tem a possibilidade de viajar na SATA, não está impedido. Pode optar por viajar na SATA sendo reembolsado do seu bilhete. Portanto, esta medida veio, de facto, beneficiar todos aqueles com menores recursos financeiros. E grande parte da população aceitou esta medida de bom grado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que a conclusão sobre a aceitação que as pessoas têm para medidas desta natureza, muito melhor do que tudo aquilo que aqui se puder dizer, é a reacção que elas não demonstram - e por vezes até o demonstram votando - e no caso da Ilha de Santa Maria tem-nos demonstrado é votando, relativamente a algumas circunstâncias que se lhes impõe.

O futuro dirá sobre se, também nesta medida, a Ilha de Santa Maria voltou ou não voltou a ser prejudicada. E eu gostaria de dizer que, quando se fala em piores condições, não se referem apenas os doentes que podem vir ou não de maca. Pode-se não ter confiança de viajar num avião que é, incomensuravelmente mais pequeno do que os aviões que aqui na Região nos têm transportado ao longo destes anos e que criaram - pelo menos no que tocava aos Avros - uma confiança muito

grande sobre segurança. E evidente que este transporte não oferecerá a toda a gente (e isso é humano de aceitar) as mesmas garantias e idêntica comodidade e confiança que os outros aviões deram ao longo do tempo.

Quanto à questão do reembolso, julgo que foi aqui claramente demonstrada pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, que sobre esta matéria interveio, quando diz que nem toda a gente terá disponibilidade para poder pagar uma passagem e esperar pelo reembolso, quando já se aguarda por outros reembolsos e, nalguns casos, períodos excessivamente dilatados.

Vejo algum desassossego na bancada do Governo.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Não posso falar!...

O Orador: Vamos chegar lá!

O que se passa é que o Governo está tão preocupado por não ter tempo para falar neste período e isto porque há aquela dificuldade que sempre existiu de que o Governo tem tido alguma dificuldade em entender que, afinal de contas, isto é a Assembleia de Deputados - não é propriamente o plenário do Conselho do Governo - e que nessas circunstâncias...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Então para que é?!

O Orador: E para os Srs. ouvirem e levarem as recomendações que os Srs. nunca aproveitam! Aí é que está o problema!

E então, eu sugeria ao Sr. Presidente do Governo em exercício - que é aquele que agora aqui vemos - que o artigo 213º do Regimento lhes permite que os Srs. promovam um debate, por iniciativa do Governo Regional sobre as matérias que entenderem, e o artigo 213º diz:

"O Governo Regional pode tomar a iniciativa de promover um debate parlamentar sobre o assunto de relevante interesse regional."

Nessa altura os Srs. terão oportunidade de dizerem tudo aquilo que quiserem. Sugiro-vos essa oportunidade. E em qualquer momento estaremos disponíveis para isso!

Presidente: Srs. Deputados estamos em condições de votar este voto.

Eu não posso dar a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional em exercício. V. Exa. terá a honra noutra ocasião. E também não posso deixar de pedir ao Sr. Deputado Renato Moura, que é o homem que sabe melhor do que ninguém do nosso Regimento, que se devia cingir à matéria que estava em

discussão. Mas vamos passar à votação.

Os Srs. deputados que concordam com este voto de protesto, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do Deputado Independente, registando 25 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para uma declaração de voto.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para uma declaração de voto e para acrescentar fundamentalmente, o seguinte:

Para além do que foi dito, o Partido Socialista através do seu Grupo Parlamentar, votou favoravelmente este voto de protesto sob dois outros considerandos em que o primeiro é, de como é que reagiriam os Srs. Deputados, se a Mesa da Assembleia Regional os obrigasse de hoje em diante por razões pretensamente de racionalidade económica - a viajar na Ocean Air, em vez de viajar na SATA?

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aos Deputados de boa saúde! Não me refiro aos doentes.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: E em segundo lugar, porque este voto representa, pela primeira vez nesta Assembleia, uma atitude formal e um acto de condenação da política do Governo, concretamente da política de transportes do Governo, que é responsável pelas condições de desvantagem dos nossos meios empresariais e pelos obstáculos mais demoradores que têm sido postos ao nosso desenvolvimento regional.

Este é um acto político de grande significado na Região, é mais um acto político de grande significado na Região que marca uma fase que nós vivemos na nossa política, de grandes transformações, de grande viragem e que, certamente, em breve terá um acto que, finalmente, formalizará essa transformação que vivemos nos Açores, para melhor.

Obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando propus à Assembleia Legislativa

Regional dos Açores este voto, fi-lo na consciência de que talvez hoje já não houvesse quem entendesse que ainda havia ilhas com as quais se poderia continuar a brincar.

Votei favoravelmente este voto e propu-lo, porque afinal de contas, o mal deste Governo já não é cair, é não querer levantar-se. E nem os seus, querem ajudar a levantá-lo. Julgo que era honesto, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata querer obrigar o Governo a ser melhor.

Mais uma vez, o Grupo Parlamentar do PSD verga, perante o Governo.

Se o Povo dos Açores não tivesse entendido porque passei a Deputado Independente, entenderia agora. É que eu não apoio o Governo quando ele prejudica a um tempo, a população e o erário público regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa, também para uma declaração de voto.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, o que se discutiu aqui foi precisamente os considerandos deste voto.

Acabou por não se discutir o voto. E, naturalmente, muita gente perguntará se votámos as considerações ou se foi o voto que aqui estava em causa.

Efectivamente a bancada do Partido Social Democrata, por voz do meu colega, Sr. Deputado José Maria Bairos, já deu algumas explicações sobre o que se passa, relativamente à questão da utilização da Ocean Air na Ilha de Santa Maria. Também se poderia aduzir algumas razões, relativamente a esta questão das passagens de Lisboa para os cidadãos de algumas ilhas; não é só o caso das Flores, há outros encaminhamentos que também são penosos para outros cidadãos destas nossas ilhas. Só que - e o Sr. Deputado sabe isso perfeitamente - estas questões constam de portaria que não é da responsabilidade do Governo Regional, que levam a negociações, a reclamações, a reivindicações, isto é, quando o Governo reivindica, está em conflito com Lisboa; se o Governo faz uma aproximação mais por via do diálogo, a situação demora, mas nessa altura o Governo também tem que levar, porque não está a fazer o "Show-off", porque não está a dar e a reclamar os direitos dos cidadãos.

Enfim, nesta Casa também já nos habituámos a que se "seja preso por ter cão e se seja preso por não ter cão".

O Governo está empenhado em resolver estes problemas, é do meu conhecimento tal. Só que isto não se resolve dum dia para o ou-

tro e depende, efectivamente, de entidades terceiras, nomeadamente, a Transportadora Aérea Regional e a TAP. E não se pense que uma empresa pública, ao emitir bilhetes seja para que destino for - cometa atropelias ao que está estabelecido.

Em relação ao voto, o Sr. Deputado Carlos César retira-lhe o significado que quer retirar, pois está no seu direito. O que é facto, é que esta bancada não poderia ter outro comportamento. Aqui votámos um Plano e um Orçamento que continham as linhas gerais duma política de transportes que nós em consciência aprovámos. Sabemos o que fizemos, estamos dispostos a defender essa política e estamos dispostos, em qualquer ocasião, a explicá-la como sempre temos explicado os nossos actos. Daí a razão do nosso voto de recusa a este voto de protesto.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados passamos ao outro ponto do **Período de Antes da Ordem do Dia**. Para tratar de assuntos de interesse político relevante para a Região tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Todos estamos de acordo que as eleições à Assembleia da República que se avizinham estão a ser acompanhadas atentamente por toda a classe política e pelos Açorianos em geral.

Neste acto eleitoral estão novamente em confronto as propostas dos partidos e seus líderes.

Para uns, é o recordar as eleições regionais de 1988, outros enquadram o próximo veredito popular como o ensaio geral das eleições à Assembleia Legislativa Regional de 1992.

Assim, espera-se deste acto eleitoral lições para os partidos e seus dirigentes.

Espera-se a confirmação sobre a opção clara dos eleitores pelo PSD ou PS ou ainda pelo Dr. Mota Amaral ou pelo Eng^o. Martins Goulart.

Nós, acreditamos que estas eleições irão reafirmar o resultado das eleições à Assembleia Regional de 1988, ou seja, o PSD terá um resultado que lhe permitirá ter o maior número de Deputados à Assembleia da República e que o total dos votos recebidos, se fossem para os Órgãos de Governo próprio, seriam suficientes para manter a maioria clara nesta Casa.

O PSD/Açores irá ajudar o PSD/Nacional e o seu líder Cavaco Silva a ter uma vitória que permita uma maioria clara para continuar a governar com estabilidade.

Porque a estabilidade transformou o País.

Foi a estabilidade governativa que permitiu que nos últimos cinco anos se criassem mais de quinhentos mil novos postos de trabalho e que a taxa de desemprego em Portugal baixasse para o nível mais baixo de toda a Europa Comunitária. Foi a estabilidade política que permitiu que ao longo destes anos o poder de compra dos salários aumentasse, se melhorassem as pensões para os reformados e que, finalmente, se criassem o décimo quarto mês para os mesmos.

E tudo isto que agora está em causa e que pode voltar para trás, se voltarmos ao tempo dos Governos de curta duração e se voltarmos à confusão da instabilidade governativa.

Um Governo de maioria é a melhor garantia que Portugal não volta para trás.

A estabilidade assegura a confiança e a confiança foi a base em que assentou a criação de riqueza e a recuperação nacional.

Durante quatro anos, Portugal teve um rumo. E teve um partido que se identificou com a correcta definição e o sucesso desse rumo: o Partido Social Democrata.

A continuação do rumo de progresso e desenvolvimento que tem feito no nosso país, uma democracia de sucesso é inseparável da continuidade do PSD à frente dos destinos dos Portugueses, apoiado, como até aqui, numa clara maioria política.

Por isso, o Professor Cavaco Silva afirmou que não está agarrado ao poder, dizendo com clareza que não continuará como Primeiro Ministro se não dispuser das condições políticas bastantes para o exercício eficaz do cargo.

As condições são:

Que o PSD disponha de clara maioria em Outubro e que se verifiquem nos próximos quatro anos condições governativas idênticas às actuais.

A postura do PSD é de rigor, de seriedade e de verticalidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tal como em 1988 para as eleições regionais, falta autenticidade à lista do PS dos Açores, que novamente apresenta um elenco para consumo eleitoral, com Doutores e Doutoradas, candidatos bem colocados na hierarquia da lista, mas que já se sabe de antemão que irão prescindir dos seus lugares depois de eleitos, para subir algum suplente identificado com os compromissos assumidos na pacifi-

cação interna.

O PS, iniciou esta pré-campanha com declarações falsas do Deputado Martins Goulart a órgãos de Comunicação Social do Continente, com o intuito de instrumentalizar a opinião pública.

Refiro-me aos comentários relacionados com o resultado de uma sondagem encomendada pelo Governo Regional e com a tentativa de por na boca do Professor Cavaco Silva afirmações nunca produzidas e já desmentidas pelo visado.

Estamos cientes que esta forma de fazer política nada tem a ver com o Partido Socialista, em nossa opinião é um acto isolado de Martins Goulart e Paulo Casaca na execução de uma estratégia definida entre duas viagens de lazer, com repouso em bons hotéis e com lautas jantaras.

Contudo, Jorge Sampaio e Martins Goulart estão conscientes que o próximo acto eleitoral, deverá ser para eles o fim do calvário.

Nesta medida e porque para Jorge Sampaio e Martins Goulart o partido está acima das questões pessoais, estes visitaram as nossas ilhas fazendo a pré-campanha dos seus sucessores, respectivamente Jaime Gama para substituir Jorge Sampaio e Carlos César para o lugar de Martins Goulart, assim o futuro do PS está definido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como é visível e está perante os olhos de todos, que os dirigentes do PS passaram a prometer tudo o que lhes vem à cabeça, apenas com a preocupação de tentar conquistar simpatias no eleitorado.

Sabem que não podem cumprir e nem sequer ousam dizer onde irão buscar as verbas necessárias para satisfazer o que prometem.

E tudo isso porque a sua intenção é apenas a de prometer sem nunca ter a preocupação de cumprir.

Todos nós já sabemos bem qual a credibilidade das promessas que fazem apenas em altura de eleições.

Mais do que isso, os Portugueses sempre desconfiaram de quem apenas lhes sabe fazer o discurso da fartura e de quem, em momentos eleitorais, sabe apenas vender facilidades a propósito de tudo e de nada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A dinâmica de vitória do PSD faz das eleições legislativas nacionais um passo determinante para a vitória do PSD em 1992, em claro contraste com o desacerto de um PS fragilizado que aspira governar os Açores.

Hoje temos indicadores que o PSD nacional reassumiu o papel liderante que sempre

desempenhou quanto às Autonomias e hoje, passadas algumas dificuldades e face à falência da oposição, a fragilidade da liderança de Jorge Sampaio, o descrédito da sua proposta alternativa, torna-se evidente que é o PSD que tem resposta adequada para o País e para os Açores.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Ninguém deve ter dúvida de que o PSD vai ganhar as próximas eleições legislativas nacionais, - com o contributo do PSD dos Açores.

Disse.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agricultura, e todos os seus ramos conexos, deveria estar para o interesse e empenho deste Governo, tal como o pão está para a subsistência do Homem.

Este Governo, nenhum dos Governos da responsabilidade política do PSD, sempre chefiados pelo mesmo Presidente, e os últimos três com o mesmo mais alto responsável directo a nível do executivo no sector, não foram capazes de definir uma política coerente para o mesmo, tendo em vista as características das nossas Ilhas e, simultaneamente, fazendo acompanhar o aprofundamento e o desenvolvimento deste importantíssimo ramo do sector primário da economia de novas tecnologias e definindo outras vias de desenvolvimento no campo agro-silvo-pecuário açoriano.

Vou enunciar um lugar comum, mas vou fazê-lo com a convicção e carga política que o mesmo encerra.

Ao longo de década e meia de auto-governo, os Açorianos não são detentores de uma orientação de política agrícola, tendo em vista a melhoria da produtividade; a diversificação de culturas; o uso de novas tecnologias; o aproveitamento integral dos fundos comunitários no sector. Em suma, continuam a ser vítimas de acções pontuais e ainda aguardam pelo momento em que possam lançar mão de directrizes concretas e orientadas, por forma a deixarem de ser os parentes pobres de uma economia de mera subsistência.

É evidente que não é aqui que vamos dizer ao Senhor Secretário Regional da Agricultura quais devem ser as traves mestras de uma política agrícola para os Açores. Não conte

com tal afronta da nossa parte, aqui e agora. De resto essa é uma tarefa que se define com técnicos. Mas já agora, a talhe de foice, a avaliar pela calamidade que constituiu a intervenção do seu Director Regional da Agricultura, recentemente, na televisão, um conselho que lhe damos é que neste pouco mais de um ano que ainda pode levar o seu mandato, reveja se os seus homens de confiança política para o sector estão à altura de o ser.

Todos os Açorianos que tiveram a oportunidade de ouvir o referido senhor Director Regional, que até procurava justificar-a falta de chuva, como se fosse ele o responsável pelos destinos da natureza, devem ter pensado: Se isto é a amostra, o que não estará na garagem!

Sr. Secretário Regional da Agricultura:

"A melhor política agrícola é aquela que visa tirar da terra tudo o que ela é susceptível de dar".

Acaso foi esse o resultado que V. Exa. conseguiu obter, ao longo de 11 anos de responsável pelo sector?

Poder-me-á dizer que essa foi a sua intenção, e disso não duvido; dir-lhe-ei que ninguém vive de boas intenções. Vive do resultado das mesmas e esse foi, Sr. Secretário, na nossa perspectiva, francamente mau.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A agricultura é um sector tão profundo e importante da macro-economia açoriana e apresenta tão graves problemas e vícios de conjuntura que, por maior e mais longa que fosse esta intervenção, jamais teríamos a veleidade de a dissecar, tal como à mesma urge fazer.

Merecem-nos tamanho respeito todos aqueles que, directa ou indirectamente, são vítimas da falta de definição e orientação nesta matéria que, sabemos o risco calculado que corremos por podermos pecar por defeito, ao não abordarmos questões de grande relevo, face ao quadro que se depara a todos aqueles que da terra dependem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Passada que está esta primeira parte da minha intervenção vamos agora abordar situações concretas e que fundamentarão aquilo que, sumariamente, referimos na primeira parte.

Acaso tem V. Exa. disponibilidade de informar esta Câmara os quantitativos que a Região importa/ano em:

- a) - vinho;
- b) - fruta;

c) - batata de semente;

d) - tabaco;

e) -rama de açúcar - e outros derivados de culturas que são susceptíveis de aqui serem produzidas, transformadas e comercializadas?

No âmbito de tais números é possível informar a Câmara do agravamento de preço dos referidos bens de primeira necessidade para a população destas Ilhas, face ao aumento de preço, em consequência das despesas de transporte e actividades conexas?

Existe ou não na região condições, nomeadamente as endofoclimáticas, para esses bens de primeira necessidade aqui serem produzidos, comercializados internamente e até, se excedentários, objecto de exportação? Quais as razões objectivas porque os mesmos não são cá produzidos?

Sr. Secretário Regional da Agricultura;

Existe no contexto da Secretaria que V. Exa. tutela um serviço chamado: "Serviços de Desenvolvimento Agrário".

Está V. Exa. satisfeito com os resultados que os trabalhos desse serviço apresentam?

Que campos experimentais tem esse Serviço criado, por forma a que os agricultores vejam que "é bom seguir por aqui"?

Que culturas alternativas, nomeadamente alternativas aos cereais, nos apontam, fruto dos resultados dos campos experimentais que referimos? Foi, ao menos tentado, fazer nesta matéria o que foi feito no Continente que substituíram alguns campos de cultura cerealífera por protegidas? Possui a Secretaria técnicos especializados nestas áreas, colocados ao serviço efectivo dos agricultores?

No campo da modernização e introdução de novas culturas, o agricultor em geral e muito em particular o agricultor dos Açores, é como S. Tomé "Ver para crer". E nesta vertente não nos esqueçamos que os Açores são nove ilhas. O Governo deve estar cansado de apregoar o desenvolvimento integrado e harmonioso de todas as suas parcelas. Não vamos esquecer a "floresta" para nos debruçarmos sobre a "árvore". Mas Sr. Secretário Regional, V. Exa. sabe que eu conheço casos particulares, que nem é de bom tom falar!

A título de exemplo, cite-me Sr. Secretário Regional que têm os serviços oficiais para dizer aos interessados na fruticultura, nomeadamente na sub-tropical? Que podem seguramente avançar por esse campo, indubitavelmente rentável?

Porquê Sr. Secretário Regional, qual a razão ou justificação que V. Exa. nos dá, sobre o facto de cada Ilha não ter as condições

oficiais indispensáveis para que fosse auto-suficiente, por exemplo em batata de semente? Isso é ou não tecnicamente possível? Sabe V. Exa. que o facto de ser importada agrava o seu custo? Sabe que com o problema dos transportes nem sempre chegam atempadamente, ou melhor chegam quando chegam? Sabe que, mais importante do que tudo, pagamo-las a preços exorbitantes?

Sr. Secretário Regional da Agricultura:

A política da sua Secretaria optou pela monocultura da vaca nos Açores. Os resultados estão à vista. Já aqui foi, de resto, sobejamente citado e discutido, mas não me escuso a citar mais alguns exemplos. Os preços descem assustadoramente; O leite continua a não ser classificado em algumas ilhas da Região! E já agora porquê Sr. Secretário? Lembra-se V. Exa. do que disse em 1988, aquando da discussão do Programa do Governo sobre este aspecto pontual? Dizia que nesse momento estavam numa nova fase de metodologia (passar do banco de ensaio para o terreno) ao responder a uma pergunta formulada sobre a matéria pelo Sr. Deputado Francisco José Silva. (Vide Diário das Sessões, de 1212-88, pag. 17). Então hoje, decorridos dois anos e meio não foi ainda tempo suficiente para ensaiar a tal nova metodologia? Mas mais grave ainda, o sistema de recolha, sem refrigeração do leite, está certo? Sabe das penalizações advenientes deste particular? Que tem V. Exa. a dizer do elevadíssimo grau bacteriológico que o leite apresenta, sem a sua imediata refrigeração, para efeitos de feitura do queijo?

Mas Sr. Secretário da Agricultura, dizíamos da política da monocultura da vaca e vamos continuar.

Continua-se a exportar o gado vivo, dos Açores.

Solicito-lhe, se assim o entender, a demonstrar nesta Câmara, em quanto fica penalizado um lavrador que exporta, em média 10 cabeças de gado/ano. Se toda a economia dos Açores é penalizada por termos exportação nestes termos, são essencialmente aqueles lavradores que são as maiores vítimas de tal situação.

Se, ao que a realidade nos diz não foi viável colocar um navio frigorífico a efectuar o transporte do gado abatido para o Continente, neste caso congelado, o Governo já enceu diligências no âmbito da contrapartida do acordo das Lajes no sentido de saber se será possível a disponibilização de um avião do destacamento Americano, para fazer via-

gens regulares, entre os Açores e Lisboa, para tal fim? Sabemos que as verbas advenientes dos acordos internacionais são importantíssimas para o desenvolvimento de toda a Região, mas pensamos que medidas desta natureza contribuiriam indiscutivelmente para um bem estar, também de uma importante camada da população dos Açores.

É patente a grave crise que o sector agro-pecuário atravessa hoje nos Açores.

Não somos só nós que o dizemos.

Não é só o PS, que o refere.

Não é tão só toda a oposição que o denuncia.

São, em particular, aqueles que o sentem na pele, que o mesmo é dizer no dia-a-dia de toda a sua vida.

São todos os Açorianos em geral que, cada vez mais têm de esticar os seus curtos cordões da sua magra bolsa.

A seca anormal que este ano se verificou é um factor do agravamento da crise. É uma das causas, mas não é a causa das causas que dita as consequências.

Se acaso já tivéssemos a dita política agrícola definida; se já existisse a definição das culturas ricas, devidamente demonstrada e incentivada (fruta, vinha, hortaliças, etc., seria ou não diferente o panorama hoje nos Açores nesta área?

Acaso os serviços oficiais já fizeram chegar, pela positiva, ao conhecimento de um lavrador destas Ilhas, qual é o rendimento que tira, se tiver uma área da sua propriedade a produzir maçãs e outra equivalente a criar uma cabeça de gado?

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, queremos nós, com o que acabamos de dizer, significar que a nossa teoria é de pura e simplesmente se acabar com a agro-pecuária nos Açores?

Que ninguém ouse pensar ou inferir tal das nossas palavras.

Atente-se somente no seguinte exemplo:

Se existisse uma aplicação de 20% da superfície agrícola útil dos Açores em culturas de que temos absoluta necessidade e, simultaneamente, capacidades endógenas para a sua produção, (frutas, vinha, batata de semente; beterraba; tabaco, etc), esta superfície renderia 3 vezes mais do que os 80% que restariam para a agro-pecuária.

Sr. Secretário Regional da Agricultura:

Nos Açores há lugar para todas as culturas.

Para aquelas que fazemos; para aquelas que já tivemos e para aquelas que somos capazes de vir a produzir.

Há que diversificar;

Há que criar melhores condições para a obtenção de maior rendimento da agro-pecuária;

Há que demonstrar que se pode produzir mais e melhor, em qualidade (espécie) e quantidade;

Há que demonstrar que a agricultura não é uma actividade dos pobres e que através dela se pode tornar os pobres menos pobres.

Isso é ou não possível, aqui nestas ilhas?

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas do Governo Regional dos Açores:

O passado e o presente da agricultura dos Açores, nos últimos 11 anos, em termos de definição e orientação esteve nas suas mãos. Ninguém se pode eximir das suas responsabilidades, muito mais quando essas são públicas.

Não evoquemos mais o passado. Olhemos para o futuro.

E urgente que o futuro seja diferente, mas diferente para melhor.

Para melhor, na inter-ligação da terra com a técnica; para melhor, no aproveitamento e efectiva aplicação dos fundos estruturais de que o sector dispõe, na sua fiscalização; para melhor na capacidade de reconversão para melhor no aproveitamento dos serviços que podem e devem ser prestados pela universidade dos Açores, nomeadamente na formação de técnicos que dêem resposta às nossas necessidades nesta matéria e de tecnologia à altura das novas realidades que o sector exige.

Deve sobretudo haver a coragem política de se assumir que muito, por acção e por omissão, não foi feito e deveria ter sido, tendo em vista que os Açores não podem adiar por mais tempo o real e efectivo aproveitamento das suas potencialidades. Açores, terra que não muito longe no tempo deu vinho; deu cereais; deu fruta, para nós e para os outros e hoje, bem hoje, recebe aquilo que todos nós temos necessidade.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Obviamente, que eu não espero numa intervenção política dum Deputado da oposição o reconhecimento de qualquer coisa que se tenha feito nestas áreas e que tenha correspondido às dúvidas, aos anseios ou às

críticas por si expostas.

Também é óbvio - e tem aqui sido repetidamente dito por V. Exas. - que os debates nesta Câmara se querem sérios, profundos e eu penso que foi intenção de V. Exa. lançar aqui - aliás como o fizeram, ontem, colegas seus de bancada - debates sérios sobre estas questões. E seria perfeitamente insensato da minha parte, vir aqui dizer que os meus objectivos de há 11 anos foram todos conseguidos, que tudo está feito e que vou para casa, tranquilamente, porque cumpri na totalidade a minha missão.

A Agricultura é uma questão muito complexa, é hoje, provavelmente, na economia mundial, o problema de mais difícil e complexa Resolução e veja-se que o seu discurso, em muitos dos seus aspectos, pode ser feito por qualquer Deputado da oposição, de qualquer governo europeu ou americano, nesta matéria. Mas não posso deixar passar a sua intervenção, sem fazer alguns esclarecimentos a esta Câmara, com a mesma seriedade com que sempre aqui tenho falado.

1ª Questão:

"A crítica é clara quando refere a ausência de política agrícola". A minha resposta é a de que isso não corresponde à verdade. A política agrícola definida assentou, fundamentalmente, nas seguintes bases: o aproveitamento dos recursos naturais e adaptar as diferentes produções a essas mesmas potencialidades produtivas; estar atento à evolução dos mercados a ter aquilo a que se chama uma política de segurança alimentar, ou seja, de auto-suficiência.

Daqui decorre que, pelas nossas condições técnicas, surge facilmente a crítica da chamada monocultura da pastagem ou a monocultura da vaca. Eu queria referir ao Sr. Deputado que essa monocultura é uma consequência lógica das nossas condições de produção técnica. Por outro lado, em termos de auto-suficiência, tudo o que está feito hoje, quer na área da floricultura, da fruticultura etc., decorreu de experiências conduzidas pela Secretaria, de financiamentos subsidiados pela própria Secretaria Regional da Agricultura e Pescas (concretamente na área da fruticultura). E, aliás, um seu colega numa intervenção feita ontem, referia com muita acuidade que neste momento, em termos agrícolas "sensus stricto", a esmagadora maioria das produções, dos rendimentos por hectare são superiores à agropecuária. Mas isso não é só aqui. Isso em qualquer parte é assim.

Um outro caso concreto que foi apontado

por V. Exa., refere-se à importação de tabaco, por exemplo, à importação de ramas de beterraba. Eu gostaria de dizer-lhe que a Região não tem condições para produzir todo o tabaco que as empresas transformadoras necessitam. E que têm que importar variedades sem as quais não é possível fazer as misturas necessárias.

Citou V. Exa., também, a questão da beterraba.

Presidente: Sr. Secretário pedia-lhe que abreviasse porque está a esgotar o seu tempo. Depois poderá pedir a palavra noutra ocasião.

O Orador: E vou terminar parte aqui e depois tentarei concluir o resto.

Como ia dizendo, o caso da beterraba é, provavelmente, o exemplo da única cultura da Região que, em virtude dum mecanismo da integração europeia, tem preços penalizantes à produção. E daí que o aumento da sua área tem sido muito difícil, embora exista um programa específico, hoje apoiado pela Comunidade, para que isso seja atingido.

Fornecer-lhe dados técnicos sobre esta matéria, é possível e terei oportunidade, se quiser, de fazê-lo até pessoalmente, da forma que entender. Mas penso que o debate sério, não pode esquecer o caminho que foi percorrido, as questões que foram resolvidas e aquelas que, efectivamente, estão em vias de solução.

Quanto à crise da agro-pecuária, eu já tive oportunidade de lhe explicar...

Presidente: Sr. Secretário, eu peço-lhe que explique a crise da agro-pecuária noutra intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que muitas das questões que o Sr. Deputado Carlos Mendonça colocou, já foram respondidas pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas. No entanto, eu gostaria de pedir-lhe um esclarecimento:

O Sr. Deputado disse na sua intervenção, que não tinham sido introduzidas novas tecnologias na agricultura. O que eu queria saber, é se o Sr. Deputado entende que o Governo deve dar algumas indicações, em termos de resultados concretos, quando se pretende produzir fruta, vinha, produtos hortícolas ou deve, por outro lado, "obrigar" os lavradores a produzirem isso quando eles não estão interessados?

Perguntar-lhe-ia, ainda se na questão da

tão apregoada monocultura da vaca, quando nós temos de negociar quotas leiteiras, se deveremos dar algumas indicações (porque o Governo não obriga ninguém a produzir mais ou menos) e se nessa altura em que se teve que negociar essas quotas leiteiras, se não haveria que tentar, dizia, que a Região produzisse mais leite?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com efeito, algumas das questões que eu teria para colocar ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, também de algum modo já foram respondidas, quer pelo Sr. Secretário e outras foram colocadas pelo meu colega de bancada António Silveira. Contudo, há uma questão particularmente importante que eu gostaria de destacar aqui. O Sr. Deputado teve o cuidado de referir no início da sua intervenção que iria colocar questões de carácter, eminentemente político, que não ia entrar em pormenores em termos dum ideia que obtivesse as soluções ou dum plano diferente ou do que quer que seja. Ainda bem que o fez senão, certamente, entraria em grande contradição com aquilo que é a ideia do Partido Socialista, sobre as grandes questões da agricultura. Mas também não me admira essa contradição, uma vez que o Partido Socialista nessas questões, tem-se pautado por intervenções entremeadas - o Sr. agora e amanhã serão outros - e com certeza a ideia terá que ser sempre diferente.

O Sr. Deputado refere ao longo da sua intervenção, a questão da monocultura, questão essa, que o Sr. Secretário já respondeu; refere outros aspectos particulares que têm a ver com outras áreas como a fruticultura, etc. Contudo, esqueceu-se de referir aspectos particulares que dêem a esta Câmara uma ideia de vantagens comparativas entre essas áreas e a área tradicionalmente importante para o desenvolvimento da Região, que é a agro-pecuária. Mas isso não admira por que, inclusivamente, o vosso partido que sempre tem defendido as vantagens comparativas da Região, para o sector agro-pecuário, e não vou lembrar de novo, porque já foi por demais referido, aquilo que V. Exas. defenderam no vosso programa, mas posso citar por exemplo, obras de camaradas seus, nomeadamente, o Sr. Dr. Paulo Casaca, sobre a importância das vantagens comparativas, económica e social, as potencialidades para inovações, isto são tudo questões ligadas ao

desenvolvimento da pecuária, e estranho bastante que V. Exa. aqui dê uma ideia de que, realmente, tudo tem estado mal até aqui e que agora é que efectivamente há que apostar em novas vantagens.

Efectivamente esta seria uma das grandes questões que eu gostaria de lhe colocar e que referiu ao longo da sua intervenção num atropelo de confusões, porque não disse nada ou se pretendeu dizer alguma coisa, ninguém ficou com uma ideia do que é que pretendia dizer. Antes, porém, trouxe aqui à luz, outras questões sobre o que é a confusão do Partido Socialista em matéria de política agrícola.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço a maneira correcta - tal como foi a minha intervenção - do Sr. Secretário da Agricultura como se permitiu dialogar e corresponder à intervenção que eu fiz.

Concerteza que em termos de elementos que eu possa desejar, V. Exa. está disponível para nos fornecer e é nesse entendimento que eu depois farei a aportagem devida.

Muito pontualmente, em relação ao Sr. Deputado António Silveira, dir-lhe-ei que eu não disse nem pode pretender inferir da minha intervenção que o Governo deveria dar indicações de carácter vinculativo. A função do Governo - no meu entender - é a de orientar, de incentivar, de indicar novas medidas mas não dizer com carácter vinculativo. É uma função demonstrativa das melhores capacidades e potencialidades e produtividade.

Quanto ao Sr. Engenheiro Gaspar da Silva, o Sr., de facto pretendeu, com a aportagem que fez à minha intervenção, trazer aqui à colação, questões de carácter iminentemente partidário entre um e outro partido. Não foi esse o meu objectivo.

Eu fiz uma intervenção com uma intenção séria, honesta não trazendo apertagens de carácter partidário, pondo em confronto linhas e orientações duma ou doutra pessoa dentro do meu partido. O partido na sua essência, tem uma linha coerente dentro deste sector, irá segui-la, irá demonstrar as suas potencialidades e capacidades para execução e não é neste momento que as vai demonstrar. Se pretendia, com a sua intervenção, abrir aqui um debate comigo sobre esta matéria, engana-se! Porque, de resto, não vou dar-lhe esse... gozo!

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, eu tenho 3 minutos, não é?

Presidente: Sim, se vai usar a figura registada para esclarecimentos tem 3 minutos.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

A sua intervenção é, obviamente, uma intervenção séria. Mas o Sr. faz em relação à minha pessoa, a mais grave afirmação que pode ser feita. Acusa-me de ausência de política agrícola. Não se pode ser mais taxativo!

Portanto, o Sr. não se desculpe, porque não é necessário desculpar-se. Eu também não esperava que o Sr. dissesse que eu tinha tido política agrícola! Portanto cuidado com as palavras, porque elas valem o que valem! O Sr. acusou-me, nesta Câmara, de ausência de política agrícola. Eu digo-lhe que não houve ausência de política agrícola, mas também lhe digo que não se conseguiu os objectivos todos, por variadíssimas razões, entre as quais, até, a razão técnica. E vou-lhe dizer uma coisa que julgava que existia mas que verifiquei que não era verdade.

Nesta Região, que tem a tal monocultura da pastagem e da vaca, de que o Sr. fala, sabe-se muito pouco disso porque, linearmente, nunca tinha sido feita investigação nessa área na Região. E é comigo que ela começa!

Ora, se os neozelandeses andam há 50 anos a estudar a pastagem, como é que eu em 10 resolvia o problema dos Açores?!

Mas voltando à crise da agro-pecuária pelo diagnóstico por mim feito várias vezes, não vejo que o Partido Socialista tenha adicionado nada de novo. E voltando às outras culturas - e agora gostaria que algum Deputado se pronunciasse sobre esta matéria, inclusivamente os Deputados que usaram da palavra ontem do vosso partido - salvo raríssimas excepções, o produtor açoriano de todas as áreas agrícolas "sensus stricto" na pecuária, recebe pelo seu produto o preço mais elevado de toda a Europa. E de tal forma, que hoje se ganha muito dinheiro em agricultura part-time ou a tempo inteiro, em todas essas áreas. Existem excepções, uma das quais eu já citei, como é o caso das culturas industriais, ou seja, o caso da beterraba. Portanto, a oportunidade existe e eu demonstro-lhe por A+B que isto é verdade.

Tenho dúvidas - contrariamente ao que foi afirmado por um colega seu ontem - em relação à vinha. Não tenho dúvidas em tudo

o que se quer dizer quando se fala de vinho, mas tenho algumas dúvidas. Porque eu também tenho alguma experiência pessoal sobre essa matéria. Agora quando numa região isto acontece, não se pode dizer que o sector agrícola está em crise. O que nós temos é um problema concentrado na pecuária, do qual seria muito difícil safar-nos (não estou falando da seca, não me acusem da seca pelo amor de Deus. Essa não!), porque numa crise internacional do mercado que nos rodeia, é óbvio que o nosso preço tem que baixar. Só que mesmo assim, o preço recebido por litro de leite produzido nos Açores, é superior ao preço recebido pelos produtores norte-americanos, que estão a receber em 1991 um preço abaixo do que recebiam há 10 anos, ou seja, menos de 10 dólares por 100 libras de leite produzido. Se isto não é verdade, gostaria que mo demonstrassem.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Isto significa que a crise tem que ser sentida por nós, conjunturalmente, aqui. E também ontem afirmei, aliás na sequência duma intervenção feita já há alguns meses, que tinha a noção de que para o final do ano haveria alguma recuperação. E ela está a verificar-se porque eu ontem demonstrei isso, por números que eu aqui apresentei.

Para terminar, não é possível resolver o problema agrícola total da Região, sem que parte da percentagem da população activa da Região que se encontra afectada ao sector, tenha de sair dela. Porque nisto - meu caro amigo - não há milagres!

Já o escrevi e já assumi a responsabilidade política de o afirmar publicamente. Para lá, temos que caminhar. Senão o espaço não dá para todos!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre outras questões que pudesse pôr sobre esta matéria, o Sr. Secretário já as minuciou o suficiente para evitar reportar-me sobre elas. De qualquer modo, gostaria de retorquir ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, que assim como V. Exa. colocou um carácter sério na sua intervenção, certamente também tem que se habituar a ouvir as outras pessoas, seriamente. Ninguém está aqui para "gozar" consigo, o Sr. não está aqui para "gozar" com ninguém, nem nenhum de nós. Portanto, que

isso fique bem claro! Não pretendi criar aqui qualquer situação de gozo. O Sr. Deputado referiu-se a aspectos concretos sobre política agrícola e para os quais o Sr. Secretário já deu a devida resposta. Eu limitei-me, simplesmente, a comparar os seus pontos de vista com outros pontos de vista já aqui referidos, nomeadamente, por figuras do seu partido - nada mais do que isso.

Penso que este pequeno esclarecimento deveria ser dado à Câmara para que, efectivamente, não fiquem dúvidas - nem era minha intenção como certamente não era sua, - também dar uma ideia de que nós estávamos todos aqui a gozar ou colocar questões de gozo, de uns para os outros.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Eu gostaria apenas de fazer-lhe uma pergunta e de dar-lhe um esclarecimento, numa perspectiva séria que julgo que é aquilo que norteia a actuação de todos nós.

V. Exa. concorda e tem conhecimento de que houve uma evolução, no sentido de que a fruticultura, concretamente o exemplo da experiência que os Serviços fizeram no Pico na área das vinhas, e o fornecimento de plantio aos agricultores, se isso é ou não um passo importante para que essa actividade ganhe novo folgo na nossa Região.

Quanto à questão da carne ir de avião, eu julgo que não é necessário ir de avião. Julgo que ainda temos problemas nalgumas ilhas, uma vez que os matadouros não estão a funcionar. Mas é possível mandar essa carne de algumas ilhas, utilizando contentores frigorífico. Teremos, porém, que atender àquilo que o mercado pede. E muitas vezes o que o mercado pede, são animais vivos para recriar ou para engordar. E isto que me apraz dizer em termos de esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ouvi, atentamente, o Sr. Secretário Regional e reconheço a seriedade das suas intervenções, em resposta ao meu camarada Carlos Mendonça. Mas o que para nós nos magoa ver, é que a política agrícola conduzida por V. Exa. ao longo de todos estes anos, com o esforço enorme que fez na agro-pecuária, veio fazer com que ilhas vocacionadas e,

tradicionalmente direccionadas para outras culturas, perdessem tudo aquilo que tinham. E refiro-me à vinha. Nós tínhamos pessoas que trabalhavam na vinha; esta era trabalhada por pessoas que, ancestralmente vinham no fazendo. Com os incentivos da agro-pecuária que a política do seu Governo fez nestes anos, perdeu-se em várias ilhas que estão vocacionadas para isso o incentivo - estou a referir-me à Graciosa em que se fez uma cooperativa que foi ao fundo porque só se deu incentivos à agro-pecuária - e perdeu-se a mão de obra especializada que hoje em dia os Srs. precisam para fazer a tal recuperação que, presentemente, a Secretaria Regional da Agricultura, ao fim de 11 anos, está a fazer.

É esta a mágoa que nos dói: E não haver uma política diversificada que pudesse fazer das 9 ilhas aquilo para que elas, tradicionalmente, estavam vocacionadas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas referiu uma questão muito concreta, em relação ao preço que recebem os produtores norte-americanos pelo leite. Ou seja, que o preço nos Açores é mais elevado do que aquilo que os norte-americanos recebem. Isso é uma verdade. Mas como é que se pode comparar as condições que lá existem e aquelas que cá existem?! Aí é que está a grande diferença.

É que as vacas na América produzem uma média de 40 litros/vaca. Produzem 7,8 e 9 mil litros por ano.

Nos Açores, a média é inferior aos 4 mil litros, à excepção da Ilha de S. Miguel. São médias baixíssimas. Além disso, não temos de longe, as condições que eles têm. Os custos de produção cá são mais elevados, basta ver-se o caso da ração que é mais elevado do que o leite e lá é precisamente o contrário. Acho que não é possível comparar as duas situações, porque há 15, 20 anos, quem tinha uma vaca na América que produzia 20 litros de leite, era muito bom. Hoje, quem tem uma vaca que produz 30 litros já não chega, tem que ter vacas que produzam 40 ou mais, porque senão não se aguentam. E nesse aspecto, aquilo que se fez nos Açores para que atingíssemos esses níveis, foi muito pouco.

O meu colega Carlos Mendonça, levantou uma questão pertinente, também, e que é

aquela que está relacionada com a batata de semente. De facto, a Região importa por ano muitos milhares de contos em batata de semente que, nalgumas alturas, já foram produzidas cá. Não sei quais foram as razões que levaram a que se deixasse de produzir nos Açores, uma vez que aquela que se produz aqui é, realmente, pouca.

A questão do transporte do gado vivo ou em contentores (congelado) para o Continente...

(Aparte inaudível do Deputado António Silveira).

O Orador: ...é um facto que o continente pede gado vivo para recria, mas normalmente o gado que sai dos Açores não está em condições de ser abatido - o Sr. Deputado sabe disso. Tem que estar no Continente mais 2 ou 3 meses para ser abatido. Porque um contentor de carne congelada, Açores/Continente, custa cerca de 270 contos e a carne que vai nesse contentor se for em gado vivo, custa mais ou menos 570 contos, portanto, mais 300 contos. Só que aquilo que acontece muitas vezes, é que essa carne que vai nos contentores não vai nas devidas condições e chega lá fora ao continente em más condições e eles, por vezes, não a querem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Gabriel Lopes:

Não se pode fazer essa comparação que o Sr. fez, porque em igualdade de circunstâncias, ou seja, em explorações saneadas, económica e financeiramente, e produzindo bem, ganha mais por unidade produtiva quem tem 4 mil litros de leite na erva, do que 7 mil na ração. Os ganhos por litro do produtor da pastagem, são superiores aos ganhos do produto do produtor americano. Isto, eu demonstro-lhe quando o Sr. quiser. Portanto a sua comparação não é possível sequer. Aliás, a tendência moderna de quem trabalha nestas áreas como os neozelandeses e a Irlanda, é produzir 4 mil litros de leite na base da pastagem sem nenhuma ração e com pouca adubação azotada. O grande drama do americano, que tem alimentos mais baratos do que nós mas outros custos muito mais caros do que nós, basta comparar que um homem que ordenha vacas na Califórnia ganha 4 vezes o que ganha um homem nos Açores, portanto estas coisas não podem ser comparadas dessa maneira, Sr. Deputado. Tenha paciência! Os lucros por litro é que contam, não os lucros

finais totais. E isso, meu caro Sr., atrevo-me e desafio-o a demonstrar perante esta Câmara que eu não tenho razão!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ele não sabe!

O Orador: Quanto ao problema da carne, eu esqueci-me de dar um esclarecimento ao Sr. Deputado. Os Açores quando exportam animais vivos sem estarem "acabados", normalmente, o produtor perde dinheiro nessa operação, porque o animal só tem duas alturas para se ganhar dinheiro quando se vende: ou é no início ou no final. Quando se vende a meio, perde-se dinheiro. Só que o grande drama da Região, que não está ainda resolvido, é a produção de excedentes alimentares para alimentar esse excesso de cabeças que não cabem na terra disponível. Por outro lado, Sr. Deputado, nós nunca poderemos exportar carne congelada, porque carne congelada é perder dinheiro. A gente tem que exportar carne fresca, refrigerada. Porque a operação de congelação é tão cara que retiraria o lucro, aliás só congela carne quem faz intervenção ou quem conserva peças de menor qualidade destinadas à indústria.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Está sempre aprendendo!

O Orador: Portanto, a situação futura clara é acabar o animal, exportá-lo em vida ou em carcaça mas refrigerada. Nunca submeter isso à operação de congelação.

Por outro lado, em relação à batata de semente, eu penso que nós temos condições nos Açores para o auto-abastecimento em batata de semente e exportação. Aliás, temos ganho concursos internacionais de batata de semente. Só que isso não tem sido ainda possível levar ao limite de que estou aqui a falar.

Sr. Deputado, quanto à questão da vinha, eu não concordo consigo.

Abandonou-se à exploração da vinha por razões económicas óbvias. Eu fazia vinho e ganhava dinheiro, porque em determinadas alturas pagava-se 20 \$ 00 por mão de obra, enfim isto é um problema social complexo.

Quanto à reconversão dessa vinha, eu vou explicar-lhe aonde é que está a minha grande dúvida. E que se a gente reconverter como tem sido feito na Graciosa e nalgumas áreas do Pico - embora a elevadíssimos custos temos rendimentos elevados por hectare. Agora, quando se quer reconverter no sentido de mudar de casta nos tradicionais currais que caracterizam a paisagem açoriana, tipo nos Biscoitos ou na Graciosa, eu aí tenho sereíssimas dúvidas. Só que eu também de-

fendo que se calhar havíamos de olhar para esses sítios, não com olhar do núcleo, mas com o olhar da manutenção duma determinada paisagem rural que hoje é uma coisa que preocupa a Europa.

Quanto à questão do abandono dos cereais...

Presidente: Sr. Secretário peço-lhe que termine, porque já esgotou o seu tempo.

O Orador: É uma coisa muito rápida Sr. Presidente, se me dá licença.

Os cereais que se produziam nos Açores eram de má qualidade. De péssima qualidade. Nós não temos clima para produzir cereais. Fazíamos isso por necessidade mas, tecnicamente, não se pode introduzir cereais nos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para responder ao Sr. Deputado António Silveira.

V. Exa. falou em fruticultura e depois falou, também, em vitivinicultura, nomeadamente, em termos de experiência do Pico. Eu creio que pelas várias intervenções que têm sido aqui produzidas, já se chegou a alguma conclusão. É evidente que, quer duma parte quer da outra, cada um lança as suas perspectivas nesta matéria em relação às experiências feitas na Graciosa - e eu vou reportar-me àquelas que conheço em profundidade - e ao grande rendimento e boa qualidade do produto que lá está, é a demonstração clara de que se pode avançar pelo campo da vitivinicultura. Simplesmente, no campo da vitivinicultura há ainda uma coisa muito importante, isto é, nomeadamente em termos de cadastro vitivinícola da Região. E o que se sabe, neste momento, é que o cadastro não está completo e que é preciso avançar-se nesse sector, para que depois possamos, de facto, receber os subsídios que a CEE tem nessa matéria. E então, sim, podemos dizer que nos Açores há qualidade em determinadas ilhas que são propícias para essa produção e para obter melhor rendimento. E é neste conjunto e é em toda esta linha de pensamento que eu aqui tentei expressar que, de facto, há ainda muito que fazer em termos de conseguir tirar da terra melhor rendimento do que aquele que ela é hoje susceptível de dar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgo ser ainda necessário prestar um esclarecimento adicional. Quando falamos da Graciosa e das experiências concretas que aí foram levadas a cabo na produção de uva para vinho - e estamos a falar provavelmente da mesma pessoa e da mesma área - não são as mesmas terras que eu estou a falar, quando me refiro ao Pico ou à Terceira. São coisas completamente diferentes. O Sr. está falando numa vinha produzida em terra franca, regada e que não pode ser comparável em termos de rendimento por hectare e não do que estamos a falar quando queremos reconverter Biscoitos ou áreas do Pico - são coisas diametralmente opostas. Aliás, a opção cultura de vinha naqueles terrenos, pode ter outras opções agrícolas tão boas ou melhores do que a vinha. Há rendimentos comparados que podem demonstrar isso. Aliás, os Srs. na Graciosa têm hoje um exemplo que tinha sido condenado há 10 anos - que é o caso do melão - que é o exemplo do que eu acabei de dizer. As terras não são comparáveis. A operação cultural para fazer a reconversão da vinha do Pico é, incomensuravelmente mais cara do que a mesma operação na Graciosa, em terras francas. Além disso - só os que têm a minha idade é que se hão-de lembrar disso - as terras francas da Ilha Terceira de Altares e Raminho, eram todas de vinha. Não eram terras de cereal. A monocultura da pastagem era monocultura da vinha nas terras baixas de que eu estou falando.

- Porquê? Porque nessa altura o vinho era uma oportunidade de se ganhar dinheiro.

Voltando atrás à questão da batata de semente, cuidado porque a Secretaria tem envolvidos, dezenas de milhares de contos em empresas especializadas para o problema da batata de semente. E quando se comparam os subsídios da agro-pecuária com os subsídios de outras culturas, eu pergunto a mim próprio: - Mas se eu ganho mais dinheiro por unidade de superfície, produzindo agricultura e não pecuária, então há razões técnicas para que isto não se faça. Eu vou dar-lhe um exemplo: se há fruto subtropical de elevadíssimos rendimentos nos Açores...

Presidente: O Sr. Secretário tem mais 1 minuto.

O Orador: ...esse fruto é o maracujá, que tem condicionantes técnicas gravíssimas, uma das quais - que não a menor - o vento.

Por isso ele só se pode introduzir em determinados terrenos e em determinadas condições. Porque neste momento, é dos subtropicais todos, o mais valorizado e aquele que, inclusivamente, nem sequer põe problemas

de conservação que põem, na esmagadora maioria, os outros frutos.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados voltamos às nossas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão, para tratar de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez venho a esta tribuna trazer ao conhecimento de Vossas Excelências alguns factos que considero relevantes, relativos à Ilha das Flores, os quais cada vez se torna mais difícil que cheguem ao conhecimento público generalizado dos açorianos e, isto, porque muitos dos que têm o dever de informar, não o fazem, fazem-no mal ou de modo incompleto; e, não sou eu apenas que o digo, este é um sentimento unânime daqueles que vivem, sentem e conhecem os problemas da população que teima em continuar a trabalhar e a viver nas Flores, de cabeça erguida, mas com sacrifícios assinaláveis.

Voltando à informação, no mês passado a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores aprovava por unanimidade um voto de protesto onde se afirmava e, cito "Coincidindo ainda com os Festejos referem-se às Festas do Município - foi feito o lançamento do livro "O Segredo das Almas Cativas" da autoria do escritor Manuel Ferreira, pelo que e para o efeito, foi organizada uma Sessão Solene na Câmara Municipal no dia em que se comemorava o 120º (centésimo vigésimo) aniversário do nascimento do poeta Roberto de Mesquita, motivo mais que suficiente para terem sido tomadas várias sequências pelo operador da RTP/A, que as remeteu em tempo àquela entidade, para os fins que julgassem convenientes.

Efectivamente, os fins que foram julgados convenientes, pelo Senhor Director da RTP/A, foram - digamos - a gaveta do Arquivo Geral, aliás como todas as gravações que digam respeito ao Concelho de Santa Cruz das Flores, que por qualquer motivo desconhecido tem sido sempre discriminado nos noticiários e apontamento daquela Emissora", - fim de citação.

Mas, até já o próprio Partido Social Democrata, nas Flores, acusa recentemente em comunicado a RTP/A de mostrar "total desconhecimento da realidade da Ilha".

A veracidade dos factos é tão evidente que todos a notam; dada esta evidência, tor-

na-se difícil, que os problemas da Ilha cheguem ao conhecimento público. Nós, pela nossa parte, continuaremos a trazê-los a esta tribuna, para que os representantes do Povo da Nossa Região - todos os senhores deputados - tenham deles conhecimento em profundidade e extensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo Regional visitou a Ilha nos últimos dias do mês de Julho. Toda a comunicação social foi instrumentalizada numa despuddorada campanha de branqueamento no que diz respeito a "tudo" o que foi feito e que se está a fazer. Até a TV/A entrevista o Senhor Secretário Regional das Obras Públicas para ele dizer que o Porto está quase feito... Nós, como todos os florentinos, assim o desejávamos e rejubilaremos de alegria no dia em que ele estiver operacional, mas, temos consciência que ainda falta bastante.

Então, não se pode esconder os gravíssimos problemas referentes à energia, porque esses eram por demais evidentes; mas, esconderam-se os inúmeros que se colocam ao sector agro-pecuário; a Ilha normalmente inicia a exportação de bovinos em Junho, nessa altura ainda não a tinha iniciado e neste momento, ainda não foi exportado um único bovino; mas, mais grave ainda é o facto do Governo Regional através do CRIMA publicar como cotação do Kg de carcaça no Continente valores que presentemente rondam os 700 \$ 00 para novilhos, enquanto os agricultores das Flores estão condenados a vendê-los por 460 \$ 00, valor muito baixo, mesmo tendo em conta as despesas de transporte e o stress sofrido pelos animais, com os inconvenientes que daí advêm. Esta é uma situação insustentável para a pecuária da Ilha; o Estado e a Região têm responsabilidades na organização dos mercados na área da agricultura, os quais não podem nem devem ser escamoteados.

Durante e após a visita do Governo a Comunicação Social falou na conclusão da sede da Associação Agrícola: durante a visita viu-se a colocação da primeira pedra da Fábrica de Lacticínios, a qual lá continua; mas, embora já tenha sido colocada há mais de um mês, continua só. A este ritmo a fábrica virá muito tarde; esperamos e desejamos que além de tarde não venha em más horas!

No entanto a Comunicação Social não falou na falta do matadouro e nas condições de insalubridade em que funciona a casa de matança, a qual já foi considerada como "constituindo perigo para a Saúde Pública" pela Delegação de Saúde, organismo da Ad-

ministração Regional; não falou na necessidade da Ilha ser provida de assistência médico-veterinária que não tem; não falou na lentidão com que avançam os caminhos de acesso às explorações agro-silvo-pecuárias; não falou na ausência de abastecimento de água às explorações; não falou da falta de apoio técnico à produção, etc., etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A par dos problemas complexos e difíceis da pesca industrial que exige infraestruturas portuárias e outras de grande envergadura e custo é bom e necessário não esquecer que há a pesca artesanal que para além de empregar muitos cidadãos é e será responsável pelo regular abastecimento público em peixe fresco de muitas comunidades nomeadamente as afastadas dos centros maiores.

E por isso necessário resolver atempadamente muitos dos pequenos grandes problemas em infraestruturas que já existem e que muitas vezes dificultam o trabalho e a vida desses pescadores.

E por exemplo o caso do porto da freguesia de Ponta Delgada na Ilha das Flores que tendo 6 barcos a operar regularmente não dispõe de electrificação pública permanente, nem de tomadas de corrente, não tem água potável e não dispõe de instalações sanitárias.

Para além disso a LOTAÇOR mantém nessa freguesia uma contratada sem horário e que tem que ser chamada a casa para proceder ao leilão do peixe.

Sublinhe-se que neste caso concreto as embarcações que utilizam o porto também capturam peixe para exportação, sempre que existe comprador na lota, situação que muitas vezes não se concretiza, com grandes prejuízos para aqueles trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A notícia que nos últimos tempos mais consternou as populações de três localidades florentinas - Caveira, Fajazinha e Ponta Riuva - foi sem dúvida o encerramento das suas Escolas do Ensino Primário. Apesar das respostas evasivas e pouco claras, sobre o assunto, do Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura quando o Governo Regional visitou as Flores, as populações continuaram na esperança de que uma medida tão prejudicial e tão desajustada das realidades da Ilha, não viesse a ser tomada. Porém, poucos dias depois, confirmava-se o encerramento daquelas escolas. E certo que elas não tinham matriculadas as dez crianças exigíveis para que não fossem extintas, mas também é certo

que as crianças daquelas localidades têm o direito e o dever ao ensino obrigatório; aquelas localidades ficam distantes das escolas mais próximas entre 5 a 7 km e a ligá-las não existem transportes colectivos permitindo uma deslocação normal das crianças; e, o que é mais caricato, são as soluções que a Secretaria Regional encontrou para resolver a deslocação das crianças.

Assim, esta Secretaria Regional pretende deslocar as 8 crianças da Caveira, para Santa Cruz, percorrendo 7km, todas no mesmo táxi e na mesma viagem, de modo a chegarem à Santa Cruz à hora de abertura da Escola; esse mesmo táxi, deslocar-se-ia à Ponta Ruiva - 12km aproximadamente - para que também numa viagem trouxesse as 8 crianças de lá para a Escola dos Cedros, a 5km. Naturalmente estas crianças só chegariam à sua escola meia hora e ou mais depois do início das aulas... Talvez, dizendo de outro modo, o Governo Regional quer cumprir "toda" a legislação vigente, no que diz respeito às escolas, encerrando-as porque não têm 10 alunos, mas apenas 8, simultaneamente incentiva que se cometam duas ilegalidades - o uso de táxi com excesso de passageiros e o não cumprimento por parte das crianças do direito e do dever legais de usufruírem dos tempos lectivos na sua totalidade.

Porém, os encarregados de educação exigem que os filhos cheguem às aulas no horário, sejam acompanhados enquanto se encontrarem nas instalações escolares ou por professores ou por auxiliares da acção educativa, e se desloquem dentro das regras estabelecidas - as crianças não poderão utilizar o banco da frente da viatura e há que cumprir a legislação no que diz respeito à sua lotação. Esqueceu o Governo Regional que a escolaridade obrigatória destas crianças lhes ficará muito mais cara do que se mantivesse as escolas a funcionar, embora com menos alunos do que o máximo estabelecido?

Será admissível que as crianças de 6 anos ou pouco mais passem todo o dia tão longe do seu agregado familiar?

Nós, pela nossa parte, entendemos que o Governo Regional deveria rever a sua decisão relativa a estas escolas e melhor seria para a Região e para as crianças e suas famílias que elas continuassem a funcionar.

Ainda em relação ao ensino, quero referir que antes da abertura das aulas, já os pais e encarregados de educação das Flores viram-se obrigados a encargos económicos superiores aos das restantes Ilhas da Região. Na Ilha, nenhum comerciante ou livreiro teve

interesse em vender os livros escolares e os encarregados de educação tiveram apenas e tão só, uma solução - mandá-los buscar; só que, enquanto em todo o País os livros são pagos ao preço de capa, nas Flores, esse preço foi acrescido do transporte e como normalmente esse envio é feito "à cobrança", os pais e encarregados de educação viram-se obrigados a suportar uma despesa adicional que para muitos agregados familiares é muito negativa no seu orçamento corrente. Pensamos que esta situação poderia e deveria ter sido resolvida pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, podendo ainda ser rémediada com a indemnização aos encarregados de educação das quantias gastas com o envio dos livros escolares de manuseamento obrigatório para os seus educandos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um outro assunto que gostaria de aqui trazer não depende directamente da Região, mas dada a sua importância penso que valerá a pena analisá-lo.

Há dias a Comunicação Social referia-se a afirmações do Senhor Director-Coordenador dos CTT nos Açores sobre o esforço da modernização dos CTT na Região - já temos 50.000 telefones, já há bip-bip, já se podem instalar telemóveis... - mas, não se disse que na Ilha das Flores há por volta de 200 cidadãos à espera que lhes montem em casa um simples telefone, já esperam alguns há mais de três anos, e vão continuar a esperar não se sabe quantos anos ainda, porque há saturação da rede telefónica da Ilha, não existindo qualquer vaga disponível e não se prevendo o aumento das vagas necessárias, pelo menos, para satisfazer aqueles que já requereram instalação de telefone. Na notícia que me referi dizia que os CTT vão investir 15 milhões de contos na Região, de 91 a 94, destinados à ampliação das redes e a novas estações. Se esse investimento contemplasse a possibilidade de resolver a situação dos requerentes a novos telefones nas Flores, aquela empresa ao ser solicitada, decerto avançaria com alguma hipótese da futura instalação, e temos conhecimento que as diligências de vários futuros utentes no sentido de serem informados da data possível de poderem usufruir daquele luxo florentino - o telefone - se revelaram infrutíferas, porque ninguém calcula quando lhes poderão vir a ser instalados os telefones. Esta triste realidade existe ali, nas Flores; e, ninguém lhe põe cobro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez trouxe a esta tribuna apenas alguns problemas que afligem a nossa Ilha, os quais devem ser resolvidos com muita urgência porque será sempre inútil pensar incentivar os jovens a continuar na sua terra, que médicos, professores e outros técnicos trabalhem nesta Ilha, enquanto existem problemas como os que acabamos de referir. A Região deve ser desenvolvida harmonicamente, dizem-no todos; mas, onde nem se pode usufruir dum simples telefone, que desenvolvimento se está a efectuar? Onde o ensino cada vez tem maiores problemas que desenvolvimento se está a efectuar? Onde num porto de pesca não existe água, luz, instalações sanitárias e a empregada da Lota precisa de ser chamada pelos pescadores, que desenvolvimento se está a efectuar? Onde os problemas da agro-pecuária continuam a ter maior gravidade hoje do que tinham ontem, que desenvolvimento se está a efectuar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez aqui afirmámos - a Ilha das Flores tem de ser olhada pelo poder instituído, analisando as suas carências no sentido de lhes pôr fim com eficácia, segurança e urgência.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu segui com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão. Em um dos aspectos da sua intervenção, devo dizer que estou inteiramente de acordo com ele. Porque aquilo que se passa nas Flores, também - sob o ponto de vista escolar - há uma vila em S. Miguel, e concretamente no Concelho do Nordeste, que tem grandes problemas no transporte de crianças que têm que se levantar muito cedo, isto é, cerca das 6 da manhã para se deslocarem da Salga ou da Achadinha para a Vila do Nordeste. O mesmo vai acontecer este ano, como sabe, com a zona Oeste de Ponta Delgada, cujos alunos vão ter que sair bem cedo de casa, porque foram colocados na Escola Preparatória dos Arrifes.

Quanto à questão da pesca, devo dizer-lhe, igualmente, que na Vila do Nordeste 8 barcos de pesca, até há pouco tempo, eram obrigados a descarregar o pescado no Faial da Terra porque não havia lota na Vila.

Quanto aos telefones, o problema não é só das Flores porque também em S. Miguel, numa forma geral, há gente que espera anos

pela instalação telefónica, daí a oportunidade do voto que foi feito aqui há pouco.

No entanto, eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Presidente: Sr. Deputado, eu peço-lhe que tenha em consideração que o Sr. Deputado Paulo Valadão esgotou o seu tempo, de forma que não lhe poderá responder.

O Orador. De qualquer modo eu faço-lhe a pergunta, que é muito fácil, e ele depois responde-me no corredor.

V. Exa. falou na questão da comunicação social que foi instrumentalizada, silenciada, manipulada etc.. No entanto, o Sr. Deputado não especifica, ou seja, não diz se foi a televisão ou se foi a rádio.

E a pergunta é:

O Sr. Deputado engloba, neste conceito que fez da Comunicação Social, os órgãos de Comunicação Social existentes nas Flores?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Valadão, uma vez que a resposta não parece ocupar muito tempo e ainda tem cerca de 1 minuto, quer responder?

(Resposta afirmativa do Sr. Deputado Paulo Valadão)

Presidente: Então tem a palavra.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou procurar fazer algumas considerações sobre o conjunto de questões que me foram colocadas. E devo dizer que se as desgraças fossem motivos para nós rejubilarmos, seria ocasião disso, quando o Sr. Deputado põe um conjunto de problemas que existem naquela a que já se chamou a décima ilha açoriana.

Afinal Sr. Deputado, V. Exa. veio dar uma achega áquilo que nós, estes dias, temos aqui dito e até os votos que nós temos feito aprovar.

Efectivamente, os problemas desta Região, apesar de já estarmos há 15 anos no nosso sistema autonómico de governo próprio, não estão resolvidos, mesmo naquelas terras, ali junto ao poder, à mão do poder, acontece o que o Sr. aí nessa bancada, reconhece. Infelizmente - acrescento eu - nós, deste lado, há muito reconhecemos e há muito vimos lutando contra este estado de coisas, porque situações como estas que acabámos de referir, que já ontem - no caso concreto das Flores - foram referidas pelos outros Srs. Deputados das Flores e situações, por sinal, diferentes destas. Toda esta situação que

nega o desenvolvimento, que contradiz aquilo que muito do que se tem dito, efectivamente vemnos dar razão e vem contribuir para que, de facto, na situação actual e no momento actual, a postura dos açorianos seja cada vez mais diferente, no sentido do progresso e do desenvolvimento que um dia também chegará à nossa Região, mas só chegará com mudanças políticas importantes, pelas quais eu sempre tenho lutado e continuarei a lutar.

Em relação à comunicação social, o assunto foi perfeitamente claro na intervenção. Porque, efectivamente, na Ilha das Flores, neste momento, é reconhecido como a comunicação social tem actuado nesta Ilha. E recordo-lhe que citei aqui um comunicado da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores. Essa mesma autarquia aponta, directamente, quando se comemora o 120º aniversário de um dos mais importantes poetas desta Região - o poeta Roberto de Mesquita - esta televisão que nós temos, pura e simplesmente, apesar de ter recebido a sessão pública, à qual eu não fui o único a assistir pois participaram outros Deputados nessa sessão, a televisão - dizia - ignorou!

Em relação ao problema concreto que o Sr. Deputado pôs da Comunicação Social, eu devo dizer que toda ela foi instrumentalizada no sentido de procurar dar uma imagem do que se passou com a visita do Governo. O Sr. Deputado fala-me na Comunicação Social das Flores.

- Oh Sr. Deputado. Nós não somos ingénueos!

A Ilha das Flores tem dois pequenos jornais de aldeia. Não venha agora pôr o problema da Comunicação Social das Flores que não existe! Todos nós sabemos que os jornais da Ilha das Flores, felizmente, têm sido órgãos de comunicação social muito importantes no divulgar das posições dos florentinos e na defesa dos interesses da nossa ilha, felizmente. Temos que reconhecer isso e nós reconhecêmo-lo.

Presidente: Srs. Deputados, temos que fazer um ponto da situação. Deu entrada na Mesa, um requerimento ao abrigo do artigo 93º, nº 2, pedindo a prorrogação deste prazo do Período de Antes da Ordem do Dia por mais 1 hora.

O Sr. Deputado Paulo Valadão fez uma intervenção que ultrapassou, e muito, de forma que a Mesa terá que descontar neste prolongamento.

Para este prolongamento, os tempos atribuídos são os seguintes:

PSD - 17 m

PS - 15 m

CDS - 10 m

PCP - 10 m

Deputado Independente - 8 m

No entanto, ainda havia alguns tempos que vinham do anterior, de forma que eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Gaspar da Silva.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Jorge Cabral)

Presidente: Eu bem sei que tinha pedido a palavra. Mas como o Sr. Deputado Paulo Valadão está em pedido de esclarecimento, não é justo que a gente vá gastar já o tempo do prolongamento, quando há Srs. Deputados inscritos para falar ainda no tempo anterior. Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva para uma intervenção.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o passado mês de Agosto, e no decorrer destes próximos tempos, acontecimentos importantes ocorreram, e outros certamente ocorrerão, alguns dentro do cenário internacional, outros no nacional, o que naturalmente numa pequena região atenta como a nossa, não se pode ficar de fora nos pensamentos a que induzem.

Parece-nos assim, que sobretudo alguns desses acontecimentos internacionais, nos tempos mais próximos, continuarão no cerne da vida política, como os grandes temas de debate e influência induzida em todos nós Portugueses.

A Democracia Moderna, proveniente da Democracia Medieval, sobretudo a partir do Século XVIII, começam por fazer imperar os princípios do qualitativo da representação orgânica, o que, com o decorrer dos tempos, tem mantido uma marcha evolutiva imparável, sobretudo devido àquilo, que o ideal humano vai constantemente aperfeiçoando.

Partindo de meados do Século XIX, após várias décadas de vigência democrática na Europa e América, quando dois homens pensaram a fundo nas consequências das revoluções democráticas modernas, um, como nobre, liberal e crente na marcha da história, para melhorar condições de igualdade entre os homens, e outro como burguês, revolucionário e ateu, defendendo a transformação violenta das condições políticas, sociais e económicas, pela acção do proletariado; até aos nossos dias, a história continua a demonstrar que a verdade da democracia não deixa de assentar nos nobres princípios do governo do povo,

como símbolo da "democracia não obtida, e não mantida pela violência".

Esta história, também continua a trazer à luz do dia, tudo aquilo que tem sido o maior embuste da humanidade, durante mais de um século: "o comunismo", e nas atrocidades que têm sido cometidas no jugo das suas doutrinas totalitárias e exclusivas, que organizaram o estado de alto a baixo, sob a protecção do terror policial e militarizado.

Com efeito, e infelizmente para todos aqueles que sobretudo entre nós, sentiram o que também era uma ditadura antes do 25 de Abril, e agora sabem o que é uma democracia a caminho do seu sucesso, dão valor, àquilo que outros povos sentem, ao se verem agora libertados do comunismo puro, com as suas atrocidades, perante os ideais da liberdade, pensamento e acção.

Outras, politicamente continuando duma maneira hipócrita a falar e a defender os princípios da democracia, contudo, dizem-se ainda, sentir felizes com a defesa daquilo que "parece ser" um "comunismo democrático", como se tais princípios tivessem algum tipo de ligação filosófica.

Na verdade, vários acontecimentos recentes nesta velha Europa têm acontecido, num espaço tão curto, que aqueles que têm persistido desapercivelmente na senda dos princípios imutáveis do comunismo, mais raros irão sendo, e remetidos para os anais da pré-história da nossa civilização, e com muito pouco ou nada a passar aos vindouros.

Com a queda dos regimes comunistas na Europa Central em 1989, e a unificação da Alemanha em 1990, uma nova era começou após 7 décadas de comunismo, para aqueles povos que em grande parte sentiam que a sua alma já não existia, dada a sua condição de vida subjugada a um monstruoso estado dirigido por elites dirigentes que subjugavam tudo e todos.

Daqui se infere, o valor que representará para povos que subjugados por mais de 70 anos, uma descompressão resultante daquilo que alguns pretendentes da continuidade do totalitarismo, e que uma reviravolta do feitiço contra o feiticeiro, fez com que a esperança da democracia renascesse para com esses povos.

Se aqui, há cerca de um mês, alguém se pronunciasse, ou pronunciasse, o que fosse acontecer nesse sentido, certamente que não seria tido, como em boas condições de sanidade mental.

Contudo, toda a nossa história, tem mostrado ultimamente, quão rica e fértil, tem

sido em acontecimentos, e que, de várias formas estão transportando o mundo, para a marcha imparável da democracia.

Assim como, em Portugal já se disse, "**ditadura nunca mais**", certamente que nesses países se estará dizendo em voz bastante alta, e o futuro se encarregará de o confirmar, que "**comunismo nunca mais**",

Certamente que, estas e outras questões, também nos levam agora a pensar, no que poderá ir-se desenrolando no mundo estável, e onde a democracia está consolidada, pelas responsabilidades que cabem a esse mundo estável, para com os povos que necessitam agora da sua ajuda, para que haja numa transição sadia, para os regimes da vivência democrática.

É caso para se pensar, que certamente todos terão de fazer sacrifícios ao seu natural desenvolvimento, para com outras que terão de ter condições plenas, para o reencontro com os próprios valores da natureza humana, em detrimento dos valores monstruosos do "**Direito do Estado Criado**", como máquina que sobrepôs tudo e todos, reduzindo o ser humano à plena insignificância.

Também, é caso para outros pensarem, que culpas possa ter, pelo direito ilegítimo daquilo que muitos criaram, e fizeram em termos destrutivos, do verdadeiro valor de toda a condição humana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os recentes acontecimentos na União Soviética, para além de trazerem ao Mundo, a esperança legítima, de que continua a não haver alternativas para a democracia pluripartidária, não obstante os desequilíbrios que possam ainda surgir para o estabelecimento de novas ordens económicas e sociais, contudo, trazem uma nova esperança aos povos dessa Nação.

Pelo respeito que nos merecem, estes povos, e pela necessidade duma certa tranquilidade a usufruir, dado até ao bom relacionamento que vinha já existindo de há algum tempo a esta parte, entre os dois grandes blocos, no que se refere ao desanuviamento e desmantelamento de arsenais nucleares que são uma constante ameaça à humanidade, toda esta problemática por si só, é mais do que suficiente para ansearmos as melhores perspectivas das relações a desenvolver, a reposição da legalidade, até porque esses acontecimentos surgidos na União Soviética, não deixaram de traduzir alguma preocupação para todo o mundo ocidental, pela incógnita sobre o paradeiro do poderio nuclear.

Naturalmente que, num país pequeno e numa região tão vulnerável e estratégica como a nossa, estas questões sendo objecto duma primeira preocupação, naturalmente também que obtivemos algum alívio, com o evoluir da marcha destes acontecimentos, que constitui, sem dúvida, um dos grandes acontecimentos deste século, em vias de finalização.

Para além disso, também importa realçar em termos da respectiva importância, e perante o evoluir das circunstâncias, o facto de tornar-se indesejável, que um futuro a breve prazo, no prosseguimento dos princípios da instauração da democracia, não gere novas instabilidades, com perseguições que a nada conduzem, antes porém, novas incertezas poderão ocasionar a esses povos, e que naturalmente atrasarão o processo de instauração da democracia.

Todas estas questões, merecem-nos particular atenção, não só pela importância já mencionada, mas também, pelo valor que nós damos, à maior riqueza que existe na humanidade, e que é a liberdade de expressão e pensamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que ninguém seja venerado, mas o homem seja respeitado como indivíduo, não existe melhor ideal político, como o da democracia.

Por isso, vale a pena lutar por esta, porque é um direito, que a todos assiste.

Um direito que envolve responsabilidade. Uma responsabilidade que concede melhores oportunidades a todos, mas também com obrigações, que por sua vez transformam a posse, num processo ao alcance de todos, pois que também, conforme refere João Paulo II na sua encíclica "**Centesimus Anus**", uma autêntica democracia, só é possível num **Estado de Direito** e sobre a base de uma recta concepção da pessoa humana.

Por isso, cada vez se torna mais desejável, que se dê à democracia, um melhor e mais autêntico fundamento e reconhecimento, de todos os direitos humanos.

Por isso, cada vez se torna mais desejável a auto extinção dos regimes totalitários ainda existentes, para que prevaleça o ideal humano, sobre um ideal pseudo materialista.

Os anos de democracia, que temos vivido no Portugal pós 25 de Abril, nem sempre fáceis no seu percurso, contudo pelo sentido do valor incutido, no nosso povo, e do qual, também significa dizer o que se pensa, e se critica, o que tem de ser criticado, perante

o que tem acontecido com a queda dos bastiões do comunismo, não nos podia passar indiferente, e como tal, a oportunidade de subir a esta tribuna, para não só saudar aqueles que começam a perceber o verdadeiro valor da democracia, como desejar-lhe a melhor aprendizagem possível, para a valorização e dignificação da existência humana.

A prevalência do ideal democrático, numa visão de conjunto, e por aquilo que são os verdadeiros direitos humanos, dentro do mais amplo conceito de justiça social é matéria, a que não podemos ficar indiferentes; nesses países, onde o totalitarismo comunista, começa a ser destituído pelo povo, e onde agora, novos horizontes despontam para a felicidade humana.

- Agora, todo o processo de formação da vontade democrática, deverá ser activado através das iniciativas dos cidadãos desses países, e por movimentos sociais verdadeiramente representativos, para que um novo estado de consciência surja nesses povos, e dê uma vida estável à democracia, através de novas modas de formação da vontade política, que também possam contribuir para o enriquecimento da própria cultura política.

- Agora torna-se desejável, que os sinais de uma verdadeira democracia parlamentar, comecem a "ficar à vista" nesses países, e para o qual a existência de partidos políticos verdadeiramente democráticos, possibilitem a formação continuada da vontade política dos cidadãos, e que por sua vez possibilite uma verdadeira correspondência com os objectivos das novas exigências sociais que surgirão com uma nova vivência democrática.

Todos aqueles que são incapazes de mudar a contextura do seu pensamento, são uns eternos incapazes de alterar realidades inconcebíveis, para com a verdadeira essência humana.

O povo, que tem vindo sucessivamente a libertar-se das garras do totalitarismo, contrariamente às ideias conservadoras de alguns seus dirigentes, começando a mostrar que é capaz de alterar tais realidades inconcebíveis, para além do nosso apoio moral, deve continuar a merecer todo o nosso respeito.

E este povo, merece o nosso respeito, pelo desejo mostrado de continuar a ser grande, e as razões porque está realmente decidido a sê-lo, uma vez que isto depende daquilo que em grande parte procura.

"Todo o ser humano, desde que o deseje, pode ser o escultor do seu próprio cérebro".

Disse.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos ter em consideração que a estes poucos minutos que restam a cada um dos partidos, já se acrescentam os períodos da prorrogação do prazo, que é para podermos fazer este debate com mais facilidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante a intervenção do Sr. Deputado Gaspar da Silva, é evidente que terei de fazer algumas considerações. Não vou repetir a intervenção política que ontem fiz aqui naquela tribuna, no entanto, não quero deixar de comentar determinadas afirmações do Sr. Deputado.

Efectivamente, o Sr. Deputado surge-me como um relator dos últimos acontecimentos ocorridos na União Soviética, o que a mim deixa algumas dúvidas, em relação a essa realidade. Por outro lado, e tendo em atenção a situação altamente complexa que se vive nesse país, situação complexa, essa, que é capaz de poder ultrapassar os próprios limites desses países (de Leste), na medida em que, ainda recentemente, a comunicação social falava em problemas da Irlanda do Norte; no último fim-de-semana falava-se nos problemas das autonomias espanholas, portanto todos esses problemas da situação internacional complexos e difíceis tomam tempo e é evidente que não será agora em 2 ou 3 minutos que poderão ser - estes problemas - analisados, comentados e aprofundados. De qualquer modo, não quero deixar de fazer alguns reparos. E o primeiro é que, efectivamente, o Sr. Deputado fala nos problemas soviéticos, como se toda a situação radicasse nos fundamentos do estado de direito, o que não é verdade. E todos nós sabemos e reconhecemos que muitos dos aspectos que nos últimos tempos têm sucedido na União Soviética, ultrapassam as regras de direito vigentes. É uma realidade e, por exemplo, vimos na crise soviética um indivíduo que é responsável numa República, legislar para outras Repúblicas. Isto ultrapassa tudo o que o direito consigna por mais elementar que ele seja.

Relativamente ao problema da democracia parlamentar, Sr. Deputado, não é um problema tão fácil e tão uniforme, de país para país.

Por outro lado, ainda, quero deixar aqui todo o meu repúdio pela comparação que o Sr. Deputado faz entre os problemas existentes em Portugal e os problemas existentes na União Soviética. São problemas completamente diferentes e é querer procurar misturar "alhos com bugalhos", ao trazer aqui situações tão díspares que, no fundo, pouco têm a ver umas com as outras. Naturalmente, na época em que os comunistas portugueses lutavam contra o fascismo, o Sr. Deputado não se apercebia, de facto, do que era o fascismo, do que era a guerra colonial, dos grandes problemas que os comunistas portugueses tiveram desde 26 até ao 25 de Abril, para desempenhar uma luta contra o facismo e para contribuir, eficazmente, para a derrota desse sistema em Portugal, para o fim do Salazarismo e do Marcelismo.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna. O Governo nesta segunda hora dispõe de um tempo máximo de 10 minutos.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta minha intervenção vem um pouco na sequência das intervenções que eu gostaria de ter feito ontem, durante a discussão de alguns votos nesta Câmara e que, obviamente, não podia por motivos regimentais. Mas dado que o Sr. Deputado do Partido Comunista volta a algumas teorias de ontem que me pasmaram - devo confessar - eu não posso resistir agora, podendo usar da palavra, de dar testemunho desse pasmo. E, efectivamente, quando vejo um Deputado do Partido Comunista a defender posições como defendeu ontem, e vir agora acusar as outras bancadas e, nomeadamente, o partido de que eu também faço parte, de misturar "alhos com bugalhos", eu não posso deixar de me manifestar pasmado!

Quando vejo o Deputado do Partido Comunista defender aqui o cumprimento dos princípios dum estado de direito e revoltar-se assim, com algumas coisas que se passam na União Soviética - de abertura - de hoje, em relação aquilo que se passava na União Soviética de ontem, eu não posso deixar de pasmar.

Eu não concordo com a proibição do Partido Comunista da União Soviética neste momento. Como eu não concordo com a proibição de qualquer jornal na União Soviética neste momento. Mas tenho que lembrar ao Sr. Deputado do Partido Comunista que este

partido na União Soviética não permitia a liberdade de imprensa; o Partido Comunista na União Soviética, não permitia a liberdade de expressão; o Partido Comunista não permitia outros partidos para além de si próprio. E, portanto, chega de um certa hipocrisia, de um certo atrevimento e de um certo despudor que o Sr. Deputado do PCP vem utilizando nesta Câmara durante estes dias, na minha perspectiva.

O Sr. Deputado não tem sequer o direito de vir aqui tentar baralhar e mostrando-se o mais puro democrata. Nós sabemos que nem em Portugal nem na União Soviética os partidos comunistas são democratas; nem na União Soviética nem em Portugal os partidos comunistas aceitam as regras do jogo que têm balizado a nossa actuação. Fazendo parte duma Região livre e dum País livre, não posso deixar de dizer isto, como também, dificilmente, aceito que o Sr. Deputado do Partido Comunista possa emitir juízos acerca de instrumentalizações de órgãos de comunicação social.

Obrigado Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não poderia, certamente, deixar de comentar algumas das afirmações do Sr. Deputado do PCP. Até porque seria natural porque "quem não se sente, não é filho de boa gente", e ainda bem que ele reagiu.

De qualquer modo, os pontos essenciais que eu gostaria de referir aqui, apesar do Sr. Secretário da Administração Interna já ter referido, não invalida que eu lhe diga algo mais. Efectivamente, também se compreende a sua desorientação e a do seu partido, que agora a única alternativa que tem é fugir para a frente de cabeça baixa e com os olhos fechados.

(Risos do PSD)

Porque a situação é complicada; os Srs. nunca desmentiram as vossas posições que tomaram, inicialmente, sobre todo esse processo; limitaram-se, de alguma forma, a dizer que sempre apoiaram o golpe de estado quando, afinal, tinham dito outra coisa antes, inclusivamente, provocaram toda uma reviravolta no vosso partido e, certamente, depois das eleições haverá a habitual deploração no vosso partido e que é habitual naqueles partidos que não se regem pelos princípios democráticos. De qualquer modo, gostaria

de dizer - e é bom desmascarar duma vez por todas - que a democracia que começou a existir em Portugal pós 25 de Abril pode dever alguma coisa aos comunistas pelo facto de terem lutado na clandestinidade sobre isso. Mas não deve, exclusivamente, a ele. Os Srs. têm-se auto-proclamado os autores dessa democracia, os únicos mentores e sabem bem que isso não é verdade. E se o fizeram, nunca foi com aqueles objectivos de fundo da instauração da democracia. E disso deram exemplo mais tarde, com o intuito de instaurar um outro regime totalitário e que depois felizmente, o 11 de Novembro deitou abaixo. E não fosse um determinado major do então MFA, V. Exas. certamente que seriam ilegalizados.

Presidente: Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Isso é bem importante que fique aqui bastante esclarecido.

Para além disso, o próprio Partido Comunista também já nos habituou a todas essas contradições. Fala tanto na autonomia, fala como sendo de certo modo um obreiro - de facto é, e todos os partidos têm dado aqui um franco contributo a ela - mas se nós fossemos analisar em pormenor - e eu tenho aqui um simples quadro das vossas posições - eu diria que V. Exas. sempre tiveram uma visão restritiva da autonomia, e agora também se afirmam os progressistas dela. Simplemente, às vezes, inventam "papões" que não existem.

Portanto, estas são as grandes questões que eu gostaria de lhe deixar aqui presente, não obstante as outras questões que levantou não terem o mínimo interesse para aqui. V. Exa. é que já se habituou a misturar "alhos com bugalhos".

Não é desta maneira que o Partido Comunista vai conseguir levar a sua avante e, certamente, dentro de algum tempo veremos o vosso partido mudar de nome e talvez de princípios ao que, naturalmente, V. Exa. dirá que sempre defendeu isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge do Nascimento Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha intervenção está prejudicada, porque o Sr. Secretário Regional da Administração Interna disse grande parte daquilo que eu tinha preparado para dizer sobre a instrumentalização da Comunicação Social. Gostaria, no entanto, de deixar a minha posição vincada, acerca do aproveitamento que o Sr. Deputado Paulo Valadão fez duma expressão (minha) de... quase solidariedade e explicação

de que os problemas que levantou sobre as Flores, não são únicos nem exclusivos da sua ilha, há também outras partes dos Açores com os mesmos problemas. E à velha maneira de Moscovo o Sr. Deputado Paulo Valadão transforma um aspecto quase solidário sobre o qual eu falei honestamente consigo, numa atitude panfletária contra o Governo Regional. O executivo nunca assumiu a perfeição da condução da Região Autónoma, há muitos problemas que estão sendo resolvidos e outros, mais tarde ou mais cedo, irão ser.

Eu queria, efectivamente, deixar clara esta minha posição de que não foi para "tramar" a intervenção do PCP, mas talvez, sim, solidarizar-me - não tenho outras palavras no momento que substituam esta - pelos problemas que levantou sobre as Flores. E o Sr. Deputado transforma isso num panfleto contra o Governo.

Quanto à questão da comunicação social, o Sr. Secretário Regional da Administração Interna já disse o que eu tinha preparado para dizer, de modo que eu prescindo do resto da minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Administração Interna manifestou-se, por várias vezes, pasmado perante a minha intervenção.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Estupefacto!

O Orador: Efectivamente Sr. Secretário, a sua atitude de pasmo - até segundo V. Exa. diz - dá impressão que não há pasmo. Pela sua actuação e pelo nervosismo que manifestou parece que há uma libertação de energias que eu considero, absolutamente naturais. E isto, porque o Sr. Secretário acaba de ver nesta Sessão da Assembleia Regional, votos aprovados que V. Exa. (há pouco tempo) nunca imaginou que o pudessem ser.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Qual é o problema?! E a democracia!

O Orador: É a consequência do que se está a passar nesta Sessão da Assembleia; é a consequência daquilo que se passou ontem; é a consequência do que o Sr. adivinha que se irá passar nos próximos dias aqui nesta Casa. O Sr. Secretário Regional não pasmou pelos acontecimentos da União Soviética. O Sr. Secretário tão pouco pode pasmar pelas atitudes do Partido Comunista Português, pela sua actuação aqui ou nesta Região. O pasmo

do Sr. Secretário é por causa da situação política desta Região. E pelas consequências da má governação desse Governo que o Sr. aí representa. Isso é que o fez pasmar. Porque o equilíbrio político desta Região tende a mudar e vai mudar. Vai mudar talvez mais depressa do que o Sr. pensa e espera.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Vais ser maioria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma das mudanças será, possivelmente, o eleitorado dar o tratamento que entender dar ao Partido Comunista. Estaremos cá para ver no dia 6 de Outubro.

Mas se há exemplo mais acabado da mistura de "alhos com bugalhos", ela está dada. Eu não tive qualquer intervenção em relação a outras questões, nem era minha razão de ser, pois a Assembleia tem o seu funcionamento regular e tem-no sempre dito, na tal Região livre dum país livre que nós temos contribuído para construir todos. Mas em relação àquilo que o Sr. Deputado acaba de dizer - além desta mistura de "alhos com bugalhos" - gostaria de referir que afinal a própria ex-deputada do Partido Comunista, Zita Seabra, nem espaço para o comunista crítico consegue encontrar, quanto mais para o comunista afirmativo, como o Sr. Deputado. E diz ela "perante a agonia dos partidos comunistas, que espaço pode haver para o comunistas críticos?"

Obrigado Sr. Presidente.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Vão para o PS!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna que ele se preocupe (e muito!) com o evoluir eleitoral do seu partido, nesta Região. Porque, de facto, a sua situação deve ser preocupante. Pela nossa parte, o PCP continua muito confiante, porque sabe que os eleitores desta Região têm - e terão cada vez mais - a certeza que nós continuaremos a lutar e a defender o nosso sistema autonómico. E vamos continuar a lutar por mudanças socialmente úteis e importantes para esta Região. E isso é que nos dá força anímica para continuar a nossa luta. Uma luta que nós te-

mos a certeza terá êxitos.

Presidente: Srs. Deputados, voltamos às nossas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos em Setembro. Mês em que se comemoram uma série de acontecimentos, relembram situações, iniciam actividades.

Foi há 15 anos que tomou posse o I Governo Regional da responsabilidade do PSD. E, parece ironia do destino, ou talvez mero acaso, foi precisamente a 8 de Setembro, Dia Internacional do Analfabetismo. Não é por acaso que o ano escolar começou a 1 de Setembro.

Aproveitemos este Período de Antes da Ordem do Dia para ligarmos estes factos e efectuarmos um balanço da situação da Educação na Região na abertura de mais um ano lectivo que, não é por acaso, ocorre a um ano do fim do mandato do IV Governo Regional do PSD que havia escrito no seu Programa, afirmado em viva voz e reconfirmado nos primeiros dias do seu reinado que "A Educação é um sector prioritário no desenvolvimento da Região".

O Analfabetismo, até prova em contrário, não tem diminuído tão acentuadamente como alguns governantes nos querem fazer crer! Contudo, aguardemos os Censos 91 e logo teremos dados correctos, muito embora haja quem diga que não foram realizados com a segurança e a verdade que se esperava.

No que foi a governação deste IV Governo na Educação, os elementos relativos à abertura do ano escolar 91/92 falam por si. Vejamos o que se passa nestas nossas ilhas insuladas, autónomas, periféricas, ultra-periféricas;

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Santa Maria, a Escola Preparatória de Vila do Porto, a 2 de Setembro, tem 33 professores e abre mini-concurso com 30 horários completos, isto é, faltavam-lhe 47% dos docentes necessários. As obras, que deveriam ter sido concluídas, só o serão no final do corrente ano lectivo. Continua sem professores nas áreas carenciadas: Inglês, Matemática, Física, Educação Visual, Trabalhos Oficinais, Geografia, etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em S. Miguel, quanto maior a nau, maior a tormenta, não conseguimos falar com todas as escolas, mas, pela situação daquelas com que contactámos, poder-se-á concluir que

as restantes se encontrarão em situação semelhante.

- A 2 de Setembro, a Direcção Escolar de Ponta Delgada, abria concurso para a colocação dos educadores de infância vinculados, apenas com 47 vagas para mais de 70 candidatos informando que, além dos que constavam da relação, ainda outros lugares surgiriam; para os professores do primeiro ciclo vivia-se uma situação idêntica. Isto é: quando professores profissionalizados, com vínculo ao Estado, já deveriam estar na suas escolas a preparar a abertura do ano, ainda se encontravam "às aranhas" ignorando onde iriam trabalhar, os colegas desconhecendo com quantos docentes iria contar a sua escola e quem seria, a fim de elaborarem as turmas, distribuírem alunos, salas e horários.

- Na Escola Secundária Antero de Quental estavam colocados 132 docentes dos quais 103, isto é, 66,5% eram profissionalizados, e a mini-concurso havia 23 horários completos e dois incompletos. Estavam inscritos no 3º ciclo do ensino básico 908 alunos, no ensino secundário (10º, 11º e 12º) 834 alunos e no ensino nocturno 688 alunos, e, contava-se ultrapassar os 2.500 alunos. É fácil de ver que "na Antero de Quental estão três escolas numa". Aumentou o número de alunos em relação ao ano transacto, automaticamente tiveram de aumentar o número de turmas e, não sendo suficiente este método para albergar todos os alunos, houve que aumentar o número de alunos por turma, situação que se verificou em quase todas as Preparatórias e Secundárias da Região. A Antero de Quental é a única escola de Ponta Delgada com ensino liceal nocturno. Pelo exposto se verifica que as instalações estão super-ocupadas, com aulas ao sábado, restando livre para reuniões apenas a 4ª feira a partir das 16h30. Se quisermos ver por outro prisma, constatámos que tem 33 turmas do unificado, 31 do secundário e 23 no nocturno. Como dizia a Senhora Presidente do Conselho Directivo há que "não meter alunos em tudo quanto é canto, não utilizar os espaços de convívio que restam, pelo que só existe uma solução - construir novas instalações".

- A Escola Secundária das Laranjeiras numa luta titânica por continuar a corresponder ao epíteto de "Escola Modelo" excedeu a sua capacidade máxima que era de 1260 alunos, quedando-se pelos 1325. O número de alunos varia entre os 26 e os 32 por turma, tendo as 50 turmas para que foi construída, defrontando-se com necessidade de obras de manutenção - pois já funciona há cinco anos - cujo

processo ainda está em curso. Faltam concluir os campos de futebol. E, talvez, a única que já no dia 5 tinha concluído o mini-concurso que contara com 19 horários; tem um corpo docente em que apenas 16,8% dos professores é sem habilitação ou com habilitação suficiente. Caso único na Região Autónoma dos Açores. Ainda como excepção está preparada para iniciar as aulas a 16 de Setembro. É situação para lembrar o ditado popular "Vãose os anéis, fiquem os dedos". O pior, o pior mesmo, é que na maioria das outras nem ficam os anéis, nem os dedos e em alguns casos nem os cotos.

- A Escola Preparatória dos Arrifes, a 3 km da cidade de Ponta Delgada, é bem o exemplo da grave carência de professores com que se debatem os Açores. A 2 de Setembro, tinha apenas 32 professores, estando a concurso 34 horários, nem 50% do corpo docente possuía! O número de alunos aumentou em mais de 100, dos quais 88 vieram de novas zonas, entre Relvas, Mosteiros e Sete Cidades, que passou a albergar, pelo que foram constituídas mais seis turmas. A situação mais complicada que esta escola vive, prende-se com as crianças e jovens, que têm de sair na camioneta das Sete Cidades, às 06h30 da manhã e regressar a casa, com partida dos Arrifes, às 16h15. Serão cerca de duas horas até chegar a casa. Foi feito um enorme esforço na elaboração dos horários, para garantir; a todos os alunos duas tardes livres.

- Dando um salto de 12 km chegamos a Rabo de Peixe onde apenas 21 professores foram colocados até ao início do ano escolar e postos a mini-concurso 27 horários completos e dois incompletos; veja-se que apenas 42% dos professores se encontravam aptos a iniciar funções. Esta escola não tinha um único professor de Inglês, Física, Educação Física e Educação Visual. Aumentou o número de alunos, constituiu-se mais 2 turmas, está-se nos limites. Serão apoiados pela acção social escolar 279 alunos, tendo ficado gente de fora que, naturalmente, irá reclamar. O ginásio da Escola não funcionará no primeiro período devido a obras que, naturalmente, deveriam ter sido executadas durante as férias. Prevê-se que, com a diminuição da fuga à escolaridade no primeiro ciclo e ao aumento do sucesso escolar, o número de alunos venha a aumentar pelo que, a breve trecho, será necessário proceder a uma ampliação desta Escola.

- Indo um pouco mais adiante e entrando na Secundária da Ribeira Grande, deparamo-nos com situações bastante anómalas, que

já em outras ocasiões denunciámos. Com os 34 professores profissionalizados, vão estagnar 10 e ainda houve que recorrer à contratação de 29 docentes em mini-concurso. A Secundária da Ribeira Grande tem 600 alunos no terceiro ciclo e 180 nos décimo e décimo primeiro anos, constituíram-se mais 5 turmas do que o ano passado. Tem 35 turmas que se desdobram em 39 turmas nas Práticas Administrativas e Trabalhos Oficinais. Esta Escola, construída há 10 anos, tem salas subdivididas e este ano vai utilizar três salas da Casa da Cultura sem iluminação e arejamento condignos - não tem instalações desportivas exteriores, nem tem um campo de jogos, o ginásio funcionará simultaneamente com duas turmas, carece de mais um pavilhão para as necessidades actuais, aspira urgentemente a um complexo desportivo, vedação, iluminação exterior e piso no ginásio. O espaço livre que possui, entenda-se, pasto, é diariamente utilizado por cavalos, vacas e cabras, recorrendo-se à polícia para que os donos daí retirem a bicharada, o que nem sempre é conseguido. A Secundária da Ribeira Grande não tem um único professor de Matemática portador de habilitação própria. Contudo, os seus alunos são uma grande percentagem de Contabilidade, Administração, Económico-Sociais, para as quais a Matemática é imprescindível. Ao mini-concurso concorreram maioritariamente alunos da Universidade dos Açores. Que corpo docente terá esta Escola quando for obrigatório o 12º ano que agora, tão eleiçoeiramente, o PSD vem acenar às populações?

- A Escola Preparatória do Nordeste, infelizmente igual a todas as terras dos nordestes, apenas com 12 professores portadores de habilitação própria, viu-se na necessidade de colocar em mini-concurso 27 horários sendo natural que venha a ultrapassar os 30, o que representa 69% do seu corpo docente. Com mais discentes do que no ano anterior a Escola ficou com mais turmas e mais alunos por turma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgamos útil recordar o que nos diz o Anexo do Plano para 1991 no respeitante ao programa 1 - Construções Escolares, para S. Miguel, e em que situação se encontram as obras:

- Construção de um edifício escolar em Ponta Delgada (Laranjeiras) - 25.000 contos - nada feito;

- Construção de um edifício escolar em Ponta Delgada (Lagedo) - 10.000 contos nada

feito;

- Construção de um edifício escolar nas Sete Cidades - 10.000 contos - nada feito;

- Construção de um edifício escolar na Lagoa - 20.000 contos - nada feito;

- Conclusão das instalações desportivas da Escola Secundária das Laranjeiras - 50.000 contos - estamos a falar da piscina que temos menos 4 centímetros, da pista de atletismo com menos 6 metros, corrigidos à última hora, graças ao construtor; dos seis corredores que deveriam ser 8, do campo de jogos que ainda não o é!;

- Construção de uma escola SU/45T, na Lagoa - 90.000 contos - nada;

- Construção de uma escola C+S/30T, na Freguesia da Maia - 10.000 contos - nada, desde há vários anos;

- Ampliação da Escola Preparatória das Capelas - 100.000 contos - obras a decorrer, atrasada, o Conselho Directivo não sabe quando acabarão, nem quando iniciarão as aulas;

Várias obras na Universidade, em Ponta Delgada - 275.000 contos - o Centro Integrado de Formação de Professores, CIFOP, continuam um desastre; o "Jornal da Praia" de 30 de Agosto traz o anúncio do Concurso Público Internacional nº 6/91 Empreitada da Construção do Edifício das Ciências Humanas da Universidade dos Açores - Campus de Ponta Delgada, cujas propostas poderão ser entregues até ao dia 30 de Setembro, abertura de concurso será a 1 de Outubro e o prazo máximo de execução é de 24 meses; com muita boa vontade, lá para Janeiro de 1994 talvez os alunos utilizem essas instalações.

Mas, Senhores Deputados, deixemo-nos de lamúrias, de críticas, a quem dando prioridade à Educação, desde 1986, não abre uma nova escola preparatória ou secundária. Todavia, a 14 de Outubro desse mesmo ano, era publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, que instituía, a escolaridade obrigatória de 9 anos! Nem sequer um esforço para cumprir a Lei! Todavia, fizeram-se projectos "megalómanos", de "superescolas", de escolas à imagem e semelhança da "Escola Modelo" e, todos eles postos para o lado. Como diria o meu vizinho Agnélo: "Esbanjaram mais de cem mil contos! Passa fora! Safa canalha! O dinheiro não era seu porque se fosse não faziam assim!". Foi mesmo dinheiro desperdiçado do nosso Orçamento, foram apoios que poderíamos ter recebido e já não voltam, foram oportunidades perdidas. De facto, este não foi, não é e nunca será um "Governo de combate" porque nem sabe como "bater cer-

to" na Educação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Avançemos para a Ilha Terceira e vejamos como se encontra a Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade,...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ...em Angra. A 2 de Setembro, tem 129 professores colocados e em mini-concurso 85 horários completos e 7 incompletos. Faltam-lhe portanto, 92 professores ou seja, 40% dos que necessitaria para arrancar o ano lectivo. Tem cerca de 3.500 alunos, mais 200 que o ano passado e mais 10 turmas. Foi necessário "roubar" áreas de convívio dos alunos para "fazer" salas de aula, uma sala de leitura dividida em duas salas de aula, o anexo - antiga Escola Industrial - trabalhará em desdobração, e, as obras de fundo que lhe estão a ser feitas, deveriam estar a acabar quando apenas começaram na última semana de Agosto. As obras de ampliação da Secundária de Angra, alvo de variados protestos, somente estarão prontas nos finais de Dezembro, mais provavelmente em Janeiro de 92, o equipamento e mobiliário desconhece-se se chegará a tempo. Um outro problema grave é o dos transportes escolares. A rede de transportes não serve minimamente os interesses dos alunos nem da escola. As crianças e jovens das Doze Ribeiras saem de casa entre as 6h00 e as 6h30 da manhã para regressarem às 19h00. A Empresa de Viação Terceirense presta um serviço sem o mínimo de dignidade, não cumpre horários, chega com atrasos, empilha alunos. A Jerónimo Emiliano de Andrade funcionará em três edifícios, com aulas ao sábado, não havendo tarde livre, as reuniões serão feitas conforme os "furos" dos docentes e reuniões gerais só após as 18h30 ou com encerramento das actividades lectivas.

Permitam-me, Senhores Deputados, chamar a vossa atenção para o corpo docente desta Escola, situada na segunda maior cidade dos Açores, "Capital da Cultura", como já foi denominada pelo Senhor Dr. Reis Leite, ainda nosso ilustre Presidente. No mini-concurso necessitava de 16 professores de Matemática, 13 de Física, 6 de Português, 3 de Francês, 9 de Inglês, 8 de Educação Física, 12 de Biologia, entre muitos outros. Um outro exemplo ainda: os Delegados do Grupo de Matemática e Física têm 10 horas extraordinárias semanais pois o Conselho Directivo procurou a todo o custo garantir a melhor qualidade de docentes aos alunos do 12º ano.

Curioso é verificar que o Anexo do Plano para 1991 não traz uma única referência a esta Escola, onde está a ser executada uma ampliação e, mais grave ainda, o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura diz para os Órgãos de Comunicação Social que já estão a ser adquiridos os terrenos para uma nova Secundária em Angra, e, nada aparece orçamentado. Todavia, as obras orçamentadas não se realizam. Este é mesmo um Governo de rigor, eficácia e competência,...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): E sim Senhor!

O Orador: ...onde se faz o que não se planeia e se planeia o que não é para fazer.

Finalmente foi posto a concurso a construção da Escola Primária de S. João de Deus, necessidade sentida desde o sismo de 1980! Lembrem-se, Senhores Deputados Terceirenses?!!! O edifício de S. Mateus há-de ser para o dia de... S. Mateus, onde nem "primeiro os seus"!

A Nova Secundária da Praia da Vitória lá conseguiu começar, e no ano lectivo 93/94, entrará na rede. Filha única de uma geração de sete anos!

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Administração Interna)

O Orador: Eu vou dar tempo aos Srs. Secretários para dizerem o que é que é mentira daqui. E vamos ver!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passemos à Graciosa, onde a Preparatória de Santa Cruz, tem vindo a aumentar gradualmente o número de alunos e de turmas, nos últimos anos, mas apenas possui 8 professores no quadro, 2 a fazer estágio e carece de 19 outros professores, 65% dos horários em mini-concurso. A nível de acção social escolar há houve queixas. Os transportes, continuam a ser pela Câmara Municipal. Um caso paradigmático: A Educação Permanente transporta, e bem, gratuitamente os seus alunos do 2º ciclo, o que obrigou a Escola a solicitar à Câmara um apoio para poder igualmente transportar, gratuitamente, os seus alunos do 2º ciclo nocturno.

A nível do 1º ciclo do ensino básico fecharam-se um lugar nas Almas, um no Carapacho, entre outros.

Sobre a construção de um edifício escolar em Santa Cruz, para o qual estavam orçamentados 10.000 contos, nada se sabe, mantando-se a indefinição, amplia-se a actual e constrói-se um novo edifício, em frente à Preparatória?

- A Escola Preparatória da Calheta, em S. Jorge, é uma das poucas que, não tem problemas de instalações; não tendo aulas ao sábado, mantém uma tarde livre; os transportes prosseguem com rede própria. No entanto, possui apenas sete professores efectivos tendo colocado em mini-concurso 14 horários completos e 3 incompletos, representando, 70% do seu corpo docente.

Estava prevista a construção de um edifício escolar na Boa Hora, em Santo Amaro, por 10.000 contos. Continuemos a esperar por uma "boa hora" que ainda não chegou!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Vai chegar!

O Orador: E a ampliação do edifício escolar das Velas, igualmente orçamentado em 10.000 contos, "foi-se à vela"!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuemos "no triângulo"! a Escola Preparatória de S. Roque do Pico continua sem ver iniciadas as obras de ampliação, talvez lá para Dezembro/Janeiro, pelo que não há cantina, sendo servidas refeições ligeiras no bufete. A biblioteca vai ser utilizada como sala de aulas, o número de alunos tem vindo a aumentar paladinamente. Tem 19 professores efectivos e em mini-concurso 17 horários, quase 50%.

O Anexo do Plano para 91 previa a construção de um edifício na freguesia das Ribeiras, nas Lajes - nada foi feito.

A construção de uma Escola ES/30T, na Madalena, por 130.000 contos, só agora posta a concurso internacional nº 5/91, e, com uma série de elementos que convém reter.

- Designação da obra: Concepção, Projecto e construção da Escola Secundária Geral e Básica da Madalena. Que foi feito do projecto anterior que custou 35.000 contos à Região Autónoma dos Açores? Foi para o lixo?!!! Então a escola ainda não está, minimamente, "concebida"? Que é isso de uma Escola Secundária Geral? Geral de quê? Básica de que ciclos? 2º e 3º? Será que esta infelizmente Escola nem na designação acertada? Ou melhor, a Secretaria Regional da Educação e Cultura não acertou com a designação? Ou serão outros desígnios, os do PSD do Pico, que não há maneira de acertarem? Contas feitas lá para o ano lectivo 94/95 os estudantes da Madalena começarão a abandonar o saudoso Externato.

- E a ampliação da Preparatória de S. Roque? Valha-nos S. Roque!, desde que, não seja o "Santeiro"!

- A Escola Preparatória da Horta pôs a

concurso, em 2 de Novembro, 29 horários, pois só tinha 23 dos 52 professores que carece. Mantém o mesmo número de alunos nos últimos 3 anos. Este ano menos alunos concorreram á acção social escolar. Posteriormente veremos porquê! Os transportes escolares, pela única empresa existente no Faial, não servem os alunos, dado que a Escola tem de elaborar o seu horário de funcionamento em função da empresa e, não o contrário, como seria lógico. As instalações, estão como no ano passado - superlotadas, com mudanças constantes na busca permanente de mais um espaço. As obras de arranjo dos pátios exteriores não foram executadas por falta de projecto, quando deveriam ter começado a 15 de Julho.

Encontravam-se programadas a construção de edifício escolar na Praia do Norte, por 15.000 contos, outro na cidade da Horta, por 40.000 contos e um terceiro, na freguesia dos Flamengos, por 10.000 contos - será que são obras para "faialense ver"?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente falta falar das Flores e do Corvo. Na Preparatória de Santa Cruz das Flores, as obras que já deveriam ter terminado, ainda decorrem, esperando e desejando o Partido Socialista que, finalmente, aquela ilha se veja munida de estruturas com capacidade para responder às necessidades actuais. O seu corpo docente é dos mais pobres da Região, posto que apenas possui 4 professores efectivos, dois efectivos provisórios e teve de recorrer ao recrutamento de mais 17 na primeira semana do corrente mês. Há disciplinas sem um único professor portador de habilitação própria.

A nível do 1º ciclo do ensino básico vai viver-se pela primeira vez uma situação complicada com a extinção de alguns lugares em várias localidades o que obrigará a um maior número de turmas com os quatro anos de escolaridade. Naturalmente, maior insucesso escolar e mais professores frustrados.

O Plano previa um melhoramento das instalações do ensino primário em cooperação financeira com as Autarquias no valor de 4.000 contos. O edifício de Santa Cruz mantém-se como dantes! Lembrem-se, Srs. Deputados da Comissão de Juventude e Formação, que lá estiveram, viram o estado do edifício, conversaram com os Srs. Professores, ouviram o Sr. Presidente da Câmara? Ainda hoje está tudo na mesma! Nem sequer com a tempestade florentina do PSD o Governo deu "a volta ao prego".

A ilha menor, o Corvo, por ser a mais pequena, se calhar, digo eu, com o seu projecto camarário integrado de várias estruturas, chumba aqui, passa acolá, são 10.000 contos que continuam parados e os corvinos mal servidos. Aproveitem, Srs. Governantes, o projecto, introduzam as alterações técnicas que se julguem indispensáveis, mas avancem com ele.

Algumas notas gerais:

Este ano foram introduzidos 3 escalões sendo o escalão A aquele que mais apoiava os jovens e este ano só apoia agregados familiares cuja situação per capita seja de 10.000 \$ 00.

Vejam um exemplo prático: num agregado familiar cujo pai tem um ordenado mínimo de 40.100 \$ 00 por mês, a mãe é doméstica e tem um filho no 5º ano de escolaridade e outro no 6º ano de escolaridade obrigatória.

Este agregado tem um rendimento mensal per capita de 11.695 \$ 80 o que significa que os alunos serão integrados no escalão B, irão pagar 50 \$ 00 por cada refeição e terão apenas 7.000 \$ 00 para livros e material escolar.

Para colmatar a carência de professores há que criar medidas incentivadoras da fixação de docentes, que englobem: bonificação no tempo de serviço para efeitos de carreira e aposentação, melhoria das gratificações, regalias no âmbito da habitação, benefícios para os filhos, incentivos para complemento de habilitações, entre outros.

(Aplausos das bancadas do PS e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de vir para a Horta, tive oportunidade, expressamente, de contactar com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que me referiu as boas perspectivas, este ano, de abertura do ano escolar. E que naquele momento (foi há umas horas atrás) as perspectivas, em função das informações que chegavam das escolas, é que todas elas estariam em condições de abrir, dentro do período que estava estabelecido para a sua abertura, ou seja, já entre 16 e 30 de Setembro. Há aqui uma alteração qualitativa, claramente para melhor, este ano.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: E é exactamente por isso que a intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa é, desta vez e este ano, mais frouxa, do que tem sido noutras alturas.

(Risos do PS)

Porque a situação, de facto, é esta: há boas perspectivas em relação à abertura do ano escolar. Estaremos aqui todos - se Deus Nosso Senhor quiser - para ver isso mesmo, isto é, que este ano melhorou-se em relação ao ano anterior e em relação a todos os anos antes.

Quanto à questão dos professores existentes nas escolas preparatórias e secundárias, também gostaria de dizer ao Sr. Deputado, que a situação é de clara melhoria e que o esforço que se tem feito tem dado os seus resultados. Está longe de ser boa, nomeadamente, com a colocação de professores em certa periferia, isso é verdade.

Queremos que ela seja melhor. Mas temos orientado bem a nossa política para que possamos lá chegar. Como também gostaria de dizer que contribui para uma certa dificuldade, o aumento do número de alunos que ainda bem que se dá, mas também tem a ver com muita da nossa acção, com muita da acção deste Governo. Como gostaria de salientar, o esforço que tem sido feito no âmbito da Acção Social Escolar.

Sr. Deputado, ainda bem que hoje é assim, porque no meu tempo não havia refeições a 25 \$ 00 nem a 50 \$ 00, nem de escalão nenhum.

Deputada Lisete Silveira (PS): Oh Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

O Orador: E só trago este assunto aqui, porque o Sr. Deputado referiu, expressamente, questões camarárias. Quanto à gestão Socialista, a única coisa que eu posso ver, é aquilo que o Partido Socialista fez quando foi Governo em Portugal, no Governo da República, e fez mal. E aquilo que eu posso ter como para aferir, hoje, em termos de gestão socialista, é aquilo que eu vejo em câmaras socialistas. E eu só digo isto, Sr. Deputado:

Neste momento, os planos directores municipais que ainda não estão iniciados, são Vila do Porto, Horta, Madalena, S. Roque, Lajes do Pico, Velas e Calheta (S. Jorge). Calheta, coitada, está no meio do projecto global do triângulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Fernando Fonte (PS): Coitadinha!

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão. O Sr. Deputado tem 1 minuto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Go-

verno:

O Sr. Secretário Regional da Administração Interna acaba de nos dar uma perspectiva exuberante, do que se passa no ensino neste momento e nesta Região. E eu desejava apenas fazer uma simples pergunta ao Sr. Secretário. Ou seja, se V. Exa. acha justo que crianças de 6, 7 e 8 anos (8 crianças), como acontece neste momento nas Flores nalgumas localidades que referi, tenham que ser obrigadas a deslocarem-se 5 a 7 km, para uma escola diferente da sua aldeia, havendo nesse mesmo lugar edifício escolar?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco de Sousa:

Eu só vou dar um esclarecimento. V. Exa. é tido por um homem muito informado acerca destas questões da educação. E pena que essa sua intervenção não tivesse sido feita na presença do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura....

(Aparte inaudível do Deputado Francisco Sousa)

O Orador: ...mas paciência. Teria sido mais interessante. Foi só isso que eu quis dizer. Porque, antigamente, o Sr. Deputado trazia números sindicais e agora as questões são diferentes e as respostas são outras.

Relativamente ao esclarecimento, eu devo dizer-lhe que a Escola das Velas não vai "à vela". Ela vai ser feita. O que há neste momento, é um estudo para saber se é possível integrar essa mesma escola, na escola C+S das Velas - julgo que é assim que se diz. Peço desculpa se não é bem assim. Eu reconheço que não domino muito bem essas áreas.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, eu peço a vossa atenção para ouvirmos o que o Sr. Deputado está dizendo.

O Orador: Era apenas esta informação que eu queria dar, porque nós não gostamos que as coisas vão "à vela".

Por outro lado, gostaria também de informá-lo que a Escola das Velas e a da Calheta e respectiva ampliação, prevê-se para o próximo ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento público, aproximam-se as eleições para a Assembleia da República.

Eleições a nível nacional, em que mais uma vez a população vai ser chamada a votar, a fim de eleger os seus legítimos representantes para a Assembleia da República.

Na nossa Região Autónoma, o povo Açoriano, como é óbvio, também vai eleger os seus deputados para a Assembleia da República.

O País, as Regiões Autónomas e os círculos eleitorais, durante a Governação Social-Democrata têm conhecido um grande período de estabilidade política e de enorme desenvolvimento económico e social num esforço nunca antes visto após o 25 de Abril.

As obras estão à vista em todos os sectores da vida nacional e, em especial, nas nossas Regiões Autónomas.

No que respeita aos Açores, tornar-se-ia fastídioso repetir as grandes obras realizadas em todas as ilhas, muito embora algumas mereçam o nosso reparo, nomeadamente a construção de portos, aeroportos, hospitais, centros de saúde, escolas e novas estradas.

Todos estes empreendimentos foram realizados sobre a égide da Governação Social-Democrata que, diga-se de passagem e em abono da verdade, que desde o 25 de Abril os Açores não conheceram outra e que Deus nos ajude para que se mantenha a actual nos anos vindouros, para bem do continuado desenvolvimento económico e social do povo destas ilhas.

Isto é tão evidente, que basta uma simples análise generalizada à situação anterior ao 25 de Abril e compará-la com o que está executado ou em vias de execução durante os últimos 15 anos de Autonomia conseguida pelo Partido Social-Democrata.

A memória dos homens é curta.

Seria altura de perguntar à oposição se ainda se lembra das grandes lutas políticas para que os Açores sejam hoje uma Região Autónoma em vias de desenvolvimento e onde os próprios partido da oposição encontraram voz para se exprimirem livremente nesta Assembleia e fora dela.

Vêm estas questões à laia de balanço de algumas recordações dum passado ainda recente.

Mas é preciso que se diga, aqui e agora, que na primeira linha de combate pela autonomia e pelo desenvolvimento dos Açores esteve sempre, e continua a estar desde a sua criação, o Partido Social Democrata.

E, tanto assim é, que o Povo Açoriano,

pelo Direito Democrático, lhe outorgou esse direito pelo voto livre e universal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos tempos, e sobretudo em períodos que antecedem eleições, tenho seguido atentamente a críticas da oposição em geral, e dos líderes do PS em particular.

Carlos César, não tem poupado nas suas críticas o Governo e o Partido Social Democrata. Críticas essas demagogas visto que as mesmas não têm fundamento, estão fora de propósito, são inconsistentes e se me é permitido afirmar, pecam por estarem fora dum contexto condizente com a problemática regional dos Açores e dos Açorianos. É que, em ética política, não são todos os que conseguem atingir o vector que faz o povo acreditar nos políticos que tentam denegrir o trabalho daqueles que têm por missão governar.

Dá-me a impressão que as críticas de Carlos César, ao longo dos anos, o define mais como Socialista ambicioso do que como político esclarecido.

(Risos do PSD)

Talvez com a idade é possível que venha a melhorar um pouco.

(Risos do PSD)

Sr. Deputado Carlos César, colega da oposição, deve estar recordado da recomendação que me fez quando do encontro público que tivemos na Vila da Lagoa, que gostaria - repito as suas próprias palavras - de me ouvir falar nesta Assembleia do mesmo modo que o fiz durante a célebre reunião que mais parecia um encontro comício dos anos 70 promovida pelo Presidente Socialista da Câmara Municipal, para implantação de uma indústria de conservas de peixe, na zona do Campo de Futebol.

(Risos do PSD)

Não faltaram os dísticos e os cartazes nem tão pouco os pregões Socialistas.

Nem tão pouco faltou a imprescindível presença de V. Exa. como achega àquela manifestação demagógica em que as asneiras eram confundidas com a clareza das intenções. E tanto assim é que V. Exa. nem tão pouco quis mostrar a sua opinião em ambiente tão propício até porque preparado pelo vosso camarada e comparsa Senhor Engenheiro Martins Mota.

Sem descer a mais promenores, aceitei a vossa sugestão e aqui estou para reafirmar que a minha posição quanto à implantação da indústria de conservas de peixe, na Lagoa,

continua a ser precisamente a mesma. Só que, desta feita, reafirmo a minha posição aqui, nesta Assembleia, atendendo não só à sugestão pública que então me fez no intento de julgar que eu não se ia capaz de aqui afirmá-la.

O Sr. Deputado Carlos César, teve na vida, a oportunidade de fazer os seus estudos académicos de se promover a um nível cultural mais elevado do que o meu. Eu não tive tanta sorte.

O pouco que aprendi, foi no livro da vida, com muito trabalho, persistência e muitas dificuldades.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso mesmo, sei o que é o ser e o sentir do povo. Conheço, concretamente, os seus problemas, os seus anseios, as suas necessidades que de uma maneira geral, são, também, as minhas.

De uma coisa o Sr. Deputado se pode convencer, é que eu, nesta Assembleia ou fora dela, tenho opinião própria e não receio afirmá-la sem medos nem tibiezas, quando for necessário e preciso, com humildade, mas com muita sinceridade e convicção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entretanto, voltamos à vida da nossa Região Autónoma dos Açores, agora em vésperas de eleições.

Tanto nesta Assembleia, como fora dela, através dos Órgãos da Comunicação Social com especial destaque para a RTP/Açores, tenho assistido às intervenções do líder máximo do PS nos Açores, Senhor Engenheiro Martins Goulart, nomeadamente no que toca quanto às suas críticas ao PSD e ao Presidente do Governo Regional dos Açores.

A crítica é um direito comum a todas as forças políticas. Mas quando as críticas ultrapassam a verdade ou quando deturpam as realidades concretas da vida e das instituições, como forma de manipulação ou de insinuação velada, em suma quando as críticas são pouco claras e enganosas para a opinião pública, deixam de ser sérias para apenas passarem a ser maledicência barata.

Para os políticos, que assim procedem, o Povo Açoriano tem uma classificação apropriada "Politiqueiros" ou então "fala baratos".

De forma nenhuma pretendo catalogar o Engenheiro Martins Goulart netes termos. Até por que é um homem com formação académica e cultural superior.

Mas não é com a sua agressividade crítica e diversas vezes descabida que ele vai endireitar o mundo, nem mesmo o pequeno-grande

mundo que é a Região Autónoma dos Açores.

Quanto à gestão autárquica do PS na região ela está à vista de todos, incipiente nuns casos, deplorável noutros casos, por conseguinte, muitíssimo aquém das promessas eleitorais feitas pelo PS em 1989. E um dos exemplos que considero mais flagrante, é o que respeita à Câmara do Concelho da Lagoa, onde eu vivo. Muito mal andaria a Região Autónoma dos Açores se porventura tivesse, como modelo, o exemplo estático da administração concelhia do PS na Lagoa. E que por muito boa vontade que tenha, não se vislumbra o delfim do PS na Presidência da Câmara Municipal da Lagoa.

Não é com ambições pessoais, tantas vezes de pregão fácil nos órgãos de Comunicação Social, que o PS irá convencer o povo. Na generalidade, a Câmara da Lagoa quando não consegue resolver os problemas concretos do Concelho, ou congela-os e não os resolve, ou então desculpa-se, imputando as culpas para o PSD ou para o Governo.

Deputado Luís Bastos (PSD): E para Ponta Delgada.

O Orador: Nunca o PS na Lagoa assumiu os seus próprios fracassos.

Dá-me mesmo a impressão, que quando as coisas não correm bem, de "fazer o mal e a caramunha" como é habitual dizer-se na voz do povo. Será que o PS entende que o Povo Açoriano é de menor idade mental? Que experiência de gestão Autárquica ou Governativa têm os líderes do PS? Que alternativa poderá ser o PS nos Açores?

E que ambição não lhe falta e esta no PS é bem manifesta pelas críticas que apregoam e que de longe suplantam a competência comprovada.

O Povo Açoriano não vai em críticas fáceis e sempre enjeitou demagogias, porque nunca antes esteve exposto a elas.

Por isso mesmo, saberá escolher, como sempre o tem feito, os seus dignos representantes às próximas eleições legislativas nacionais.

E, por muito paradoxal que possa parecer à oposição, o Povo Açoriano dar-lhe-á a melhor resposta que ela tem merecido ao longo dos últimos 15 anos da nossa vida autonómica.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): E para defesa da honra e da consideração desta bancada.

Presidente: Tem então a palavra.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu respondo a quase todos os Deputados, V. Exa. é um deles. E vou-lhe dizer o seguinte:

A sua intervenção é, efectivamente, ofensiva para a bancada do Partido Socialista. Não digo para mim, porque eu não me ofendo com as afirmações de V. Exa. e raramente me ofendo com as afirmações de alguém. Mas o Partido Socialista não são só pessoas. É uma ideia. É um movimento, é um conjunto de ambições que são corporizáveis por nós aqui. Ambições de bom senso e de bom gosto. Bom senso, V. Exa. não tem, por que ideologicamente é um inócuo. Bom gosto também não tem porque, parlamentarmente, é um grosseiro.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados chegámos ao fim do Período de Antes da Ordem do Dia. Vamos fazer uma interrupção. Mas antes disso, há duas coisas que eu queria dizer.

A primeira era registar - infelizmente já não está presente, mas saudar no entanto - a presença do Sr. Deputado da Assembleia da República Rui Avila que tem assistido a uma parte dos nossos trabalhos. Possivelmente, ainda virá e gostaria que ficasse registada a minha saudação e a consideração que a Mesa tem pela sua presença nestes trabalhos.

A segunda, é que queria pedir aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Independente que fizéssemos uma reunião na sala de reuniões da Mesa para programarmos os nossos trabalhos. Ficam os nossos trabalhos interrompidos por 20 minutos.

(Eram 19h05)

Presidente: Srs. Deputados vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19,40 horas)

Passamos ao Período da Ordem do Dia. Começamos com a leitura dos Relatórios das Comissões Permanentes da ALRA, ao abrigo do Artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Organização e Legislação, Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão Permanente de

Organização e Legislação, a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1991)

Capítulo I

Introdução

1. A Comissão Permanente de Organização e Legislação tem, nesta data a seguinte composição:

a) **Do Partido Social Democrata (PSD)**

- Deputado António Silveira
- Deputado David Santos
- Deputado Francisco José

b) **Do Partido Socialista (PS)**

- Deputado António Gomes
- Deputado Carlos Mendonça
- Deputado Hélio Pombo

c) **Deputado Independente**

- Renato Moura

2. A Mesa da Comissão Permanente de Organização e Legislação tem nesta data a seguinte constituição;

Presidente - Deputado Carlos Mendonça

Relator - Deputado António Gomes

Secretário - Deputado David Santos

O Deputado António Gomes foi eleito relator, na reunião do dia 4 de Setembro.

Capítulo II

Generalidades

1. Durante o ante-período legislativo de Setembro, a Comissão reuniu, em Plenário, nos dias 12 e 13 de Junho, na Ilha das Flores, e no dia 4 e 5 de Setembro, na Horta, na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

2. Os Deputados Francisco Silva e David Santos fizeram-se substituir na reunião dos dias 12 e 13 de Junho, respectivamente pelos deputados Rui Melo e Borges de Carvalho.

Capítulo III

Exercício das competências previstas no artigo 57º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

1. No exercício da competência estabelecida na alínea f) do artigo supra citado, a Comissão deu parecer sobre a proposta de Resolução "Alteração ao Regimento da Assembleia Legislativa Regional", apresentada

conjuntamente pelo Partido Socialista, pelo Partido do Centro Democrático Social e pelo Partido Comunista Português.

2. No âmbito da competência prevista na alínea h) do artigo acima referido, a Comissão visitou, na Ilha das Flores, um imóvel adquirido pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que depois de remodelado e consolidado destinar-se-á à sua Delegação, naquela Ilha.

Presente esteve o Projecto que visa a recuperação e adaptação, deste imóvel, cujas obras a realizar foram devidamente programadas de modo a seguirem satisfatoriamente os seus utentes.

A Comissão foi informada que as obras estão em curso, tendo-se iniciado em meados de Agosto.

3. Ao abrigo das competências previstas na alínea j) do artigo acima citado, a Comissão emitiu parecer sobre as seguintes propostas de Resolução da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores,

- Orçamento da Assembleia Legislativa Regional para 1992.

- Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional, referente ao ano de 1990.

Capítulo IV

Programação de Trabalhos

No âmbito da competência expressa na alínea h) do artigo 57º, a Comissão pretende visitar a Ilha do Corvo, numa situação que se prende com a inexistência, da delegação naquela ilha.

Dada a indisponibilidade de transporte, a deslocação a esta ilha será em data a definir posteriormente.

Com a finalidade de estreitar o relacionamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores com outros Parlamentos e a ficar a conhecer aspectos relativos à sua actividade, a Comissão mantém a intenção de efectuar uma deslocação a outro Parlamento, assunto que já foi mencionado no Relatório do Ante-Período Legislativo de Maio de 1991.

O Relator: António das Neves L. Gomes

Aprovado por unanimidade, na Horta, em 5 de Setembro de 1991.

O Presidente: Carlos Mendonça.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vou usar da palavra, brevemente, sobre este assunto para trazer à consideração um aspecto que me parece dever merecer, no futuro, consideração por parte da COL, que é a questão da informatização dos Serviços da Assembleia Legislativa Regional.

A Assembleia Legislativa Regional, embora com um enorme atraso, relativamente àquilo que seria razoável, finalmente, deu passos decisivos, tendo em vista avançar para a sua informatização. Estamos, portanto, muito atrasados nesta área, em relação a qualquer departamento governamental e, até, relativamente, às empresas privadas deste país e desta Região. Seja como for, o importante neste momento - já que pouco adianta chorar sobre o passado - é que vamos avançar nesta área.

Eu não conheço em profundidade aquilo que são as decisões já tomadas e constantes do caderno de encargos que foi elaborado, oportunamente, e que motivou um concurso público que, julgo eu, neste momento está em fase de apreciação. Julgo que era importante que a Comissão - porque me parece ser o órgão mais prático para o fazer - na sua próxima reunião aprecie este assunto. Porque há várias possibilidades nesta área. E há uma preocupação que neste momento tenho. Ou seja que porventura se venha a conceber o sistema informático da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que é uma Assembleia que tem um mecanismo complexo, porque para além da sua sede, também dispõe de delegações já quase em todas as ilhas dos Açores e que algum dia possuirá em todas elas, e portanto, parece-me que era importante contar com esta realidade da existência das delegações no sistema informático da Assembleia, em termos tais, que essas delegações pudessem ficar ligadas à Assembleia e pudesse haver um estatuto de igualdade, relativamente a todas as delegações da Assembleia Legislativa Regional existentes nos Açores.

E evidente que há áreas da Administração Regional, outro órgão de Governo próprio, que têm a ver com uma estruturação, em termos de departamentos que o Governo tem nas cidades, tem-se dito que esses departamentos vão ser interligados por um sistema informático, mas que não contempla - pelo menos nesta fase - as ilhas.

Julgo que no caso da Assembleia, a leitura devia ser feita em termos diferentes, na medida em que sendo este um órgão que inclui deputados de todas as ilhas, sendo também um órgão que não tem um funcionamento con-

tínuo, julgo que devem ser criados, em todas as ilhas, todos os apoios possíveis para que os Deputados possam exercer, cada vez melhor, uma actividade mais intensa e tenham os meios disponíveis para o poderem fazer.

Sabe-se que há meios que por vezes a Assembleia não tem, mas recorre à cooperação do Governo, o que é salutar e é bom, mas o que é melhor, naturalmente, é que a Assembleia possa dispor desses apoios. O certo é que nas cidades de Angra e Ponta Delgada, onde neste momento estão sediadas as delegações das Secretarias Regionais, é possível recorrer a alguns apoios, por via da cooperação do Governo, mas nas outras ilhas não é possível.

De modo que - julgo - nessa área teriam de ser as delegações da Assembleia a estar elas próprias, dotadas desses apoios.

Julgo que este era um assunto que merecia consideração, que merecia ser estudado pela Comissão, a quem devia ser facultado acesso ao que nesta matéria se passa, no seu próximo período de reuniões e depois, eventualmente, o plenário teria oportunidade de apreciar e discutir esta questão que me parece deveras importante, para a institucionalização da Assembleia, como primeiro órgão da Autonomia Regional e medida complementar de outras que aqui vêm sendo tomadas ao longo do tempo, nomeadamente, as alterações regimentais, para conferirem a este órgão o lugar que ele verdadeiramente deve ter, que nalguns aspectos já teve mais e se perdeu ao longo dos anos e que é preciso, rapidamente, retomar cada vez mais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Política Geral, Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Setembro de 1991

Capítulo I

Generalidades

1. A Comissão de Política Geral reuniu no dia 3 de Setembro de 1991, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores da Ilha Terceira, a fim de dar cumprimen-

to à seguinte ordem de trabalhos:

- a) eleição do Presidente da Comissão;
- b) programação de trabalhos.

2. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

a) **Do Partido Social Democrata (PSD)**

- Deputado Artur Martins
- Deputado José Maria Bairos
- Deputado Rui Carvalho e Melo
- Deputado Victor Cruz

b) **Do Partido Socialista (PS)**

- Deputado Carlos César
- Deputado Manuel Carvão
- Deputado Manuel Goulart

c) **Deputado Independente**

- Renato Moura

3. O Deputado Carlos César do Partido Socialista foi substituído pelo Deputado Dionísio de Sousa.

4. O Deputado Independente Renato Moura faltou justificadamente à reunião.

Capítulo II

Trabalhos Realizados

1. A Comissão procedeu à eleição do Presidente, tendo sido eleito o Deputado Victor Cruz do Partido Social Democrata.

2. A Mesa da Comissão ficou assim constituída:

Presidente - Deputado Victor Cruz (PSD)

Relator - Deputado José M. Bairos (PSD)

Secretário - Deputado Manuel Carvão (PS)

3. A Comissão apreciou a proposta de Decreto Legislativo Regional nº 3/91 - "Requisição de Funcionários do Estado e Trabalhadores por Contra de Outrém para participação em Actividades Associativas", tendo decidido, em conformidade com o nº 1 do artigo 143º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, solicitar pareceres aos sindicatos e comissões de trabalhadores sobre a proposta em apreço.

4. A Comissão apreciou a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 8/91 - "Apoio aos Investimentos Turísticos Financiados por Recurso à Locação Financeira" e decidiu proceder à audição do Secretário Regional do Turismo e Ambiente com o objectivo de esclarecer alguns aspectos, sobretudo de natureza técnica.

Capítulo III

Visita à Ilha das Flores

A Comissão de Política Geral, ao abrigo

da alínea d) do artigo 124º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deslocou-se à Ilha das Flores nos dias 11, 12 e 13 de Julho, a fim de verificar a execução material do Plano naquela ilha nas áreas de âmbito da Comissão.

A Comissão comunicou, em devido tempo, a realização da visita a todos os Deputados eleitos pelo círculo das Flores. Nos trabalhos desenvolvidos a Comissão foi acompanhada pelos Deputados Renato Moura, Rogério Serpa e Paulo Valadão.

A Comissão de Política Geral, em conjunto com a Comissão dos Assuntos Sociais, reuniu com o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz e com os Presidentes das Juntas de Freguesia de Santa Cruz, Cedros, Caveira e Ponta Delgada.

Nesta reunião os autarcas manifestaram preocupações na área do Turismo, nomeadamente a existência de habitações degradadas, e a falta de uma delegação de Turismo.

Os autarcas informaram a Comissão da necessidade de uma maior cooperação entre alguns departamentos do Governo com a sede nas Flores e as autarquias. Sobre esta matéria alguns autarcas referiram-se ao facto de, por vezes, não lhes facultarem a utilização de máquinas mesmo quando estas estão disponíveis.

A Comissão foi recebida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal das Lajes, que fez uma exposição sobre os vários problemas que afligem o seu Concelho e a Ilha das Flores.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Comissão que estão a realizar-se nas Flores grandes investimentos em infraestruturas que respondem às necessidades existentes, mas mostrou-se preocupado com a utilização plena das mesmas por razões que se prendem com os transportes.

O responsável máximo daquela Câmara fez notar a falta das ligações marítimas de passageiros sugerindo a aquisição pelo Governo de um barco misto de carga e passageiros.

Na área do Turismo a Comissão constatou que a partir do próximo Verão a oferta de camas para utilização turística vai aumentar em cerca de 200%, pois às 62 camas existentes juntar-se-ão mais 120, ultrapassando-se assim o bloqueio actualmente verificado e que tem afectado muito o Turismo das Flores.

A Comissão visitou os dois novos empreendimentos na área do Turismo.

O hotel Siturflor, que tem o Governo como principal accionista, é um investimento

orçado em cerca de 200 mil contos e engloba a construção de 24 quartos.

A firma Toste Mendes Lda, é proprietária de outro complexo hoteleiro, que engloba a construção de 36 quartos, restaurante, discoteca e sauna, totalizando um investimento na ordem dos 240 mil contos apoiado pelo SIFIT.

A Comissão visitou o local onde vai ser construída a nova fábrica de lacticínios da União das Cooperativas.

Os Deputados, acompanhados pelo responsável da União de Cooperativas, visitaram a actual fábrica, propriedade da firma Martins e Rebelo Lda. que está a ser explorada pela referida cooperativa.

Actualmente a laboração da fábrica não tem capacidade para receber toda a produção da Ilha, que é de 6.000 litros/dia no Verão e 2.000 litros no Inverno.

A Comissão verificou que os responsáveis autárquicos estão sensibilizados para a defesa do património e do ambiente e foi informada que, no âmbito da cooperação entre o poder local e o Governo, serão elaborados estudos para a instalação de uma lixeira em cada Concelho.

Nesta visita a Comissão de Política Geral da ALRA verificou o grande esforço que está a ser desenvolvido na dinamização das Comissões de Protecção Civil.

Capítulo IV

Assuntos Pendentes

1. Continuam pendentes para emissão de pareceres dois projectos do PS sobre "Conjunto Protegido de uma Zona de Vila do Porto" e "Subsídio de Insularidade para Funcionários" e um projecto da iniciativa do PCP sobre "Acréscimo Salarial".

2. Em relação ao primeiro, aguarda-se a conclusão do Plano de Salvaguarda de Vila do Porto, tendo a Comissão decidido solicitar ao Secretário Regional da Educação e Cultura informações mais detalhadas sobre o andamento do Plano de Salvaguarda.

3. Em referência aos projectos sobre o "Subsídio de Insularidade" e o "Acréscimo Salarial", a Comissão espera o resultado do estudo em curso no seio do Conselho Regional de Consertação Social sobre a problemática do custo de vida na Região Autónoma dos Açores.

A Comissão decidiu solicitar ao Grupo de Trabalho constituído informações sobre o referido estudo, bem como a data previsível

da sua conclusão.

4. A Comissão tem ainda uma Ante-Proposta de Lei sobre - Critérios para a criação de novas freguesias na Região Autónoma dos Açores oriunda do PCP, tendo decidido pedir pareceres às Assembleias e Câmaras Municipais da Região.

Atendendo a que algumas Câmaras não enviaram o parecer solicitado e tendo em conta a impossibilidade de grande parte das Assembleias Municipais elaborarem os seus pareceres, a Comissão decidiu reiterar o pedido, estabelecendo o prazo de 15 de Outubro para a recepção dos referidos pareceres.

Capítulo V

Programação de Trabalhos

Emitir pareceres sobre os diplomas referidos nos capítulos anteriores.

Angra do Heroísmo, 3 de Setembro de 1991.

O Relator: José Maria Bairos.

O Presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Victor Cruz.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Estamos a apreciar mais um dos relatórios das Comissões Especializadas Permanentes, no caso concreto o da Comissão de Política Geral, na qual eu tenho assento, embora sem direito a voto, mas como aqui vem dito, não participei nesta reunião, justificadamente, embora não venha aqui dito por estar a participar noutra reunião mas, efectivamente, é essa a realidade. Estava a participar na reunião da Comissão de Organização e Legislação. Isto serve também para explicar, porque algumas das questões que eu vou aqui levantar, não foram oportunamente levantadas aquando da reunião da Comissão.

Recordo que este relatório do Artigo 123º, se destina a apresentar ao plenário, relatório da actividade desenvolvida pela Comissão para conhecimento do plenário.

E qual é a actividade que compete à Comissão de Política Geral?

Recordo um aspecto que me parece importante, que é aquele que vem contido na alínea c) do artigo 58º, em que se diz "habilitar o Plenário com os elementos que lhe per-

mitam apreciar os actos do Governo e da Administração Regional, nomeadamente quanto à execução material do Plano, nas seguintes áreas:" vêm citadas as áreas, entre elas vem o Turismo, o Cooperativismo, a Administração Regional e Autárquica, etc..

A Comissão diz no seu relatório que se deslocou à Ilha das Flores, exactamente para cumprir essa sua obrigação contida no Regimento, porque diz que foi para verificar "a execução material do Plano, naquela ilha nas áreas do âmbito da Comissão". Mas depois quando se passa a verificar, efectivamente, essa dita execução, é que eu não encontro elementos que habilitem este Plenário, sobre qual é a execução e sobre os actos do Governo e da administração regional, relativamente a estas áreas da competência da Comissão, quanto à Ilha das Flores, que foi o terreno escolhido para fazer esta apreciação. E isto porquê?

Porque a Comissão limita-se a relatar reuniões que teve. Muito pouco diz sobre o que nelas se passou, mas alguma coisa vem dita, apesar de tudo. Todavia, entra-se, depois, numa área que é a apreciação propriamente dita, e materialmente possível, porque foram os Srs. Deputados visitar as respectivas áreas de trabalho. E diz-se que a Comissão visitou os dois novos empreendimentos na área do Turismo: O Hotel da Siturflor que tem o Governo como principal accionista, é um investimento orçado em 200 mil contos e engloba a construção de 24 quartos. Ora bem, isto não tem nada a ver com a execução material. Isto é tão somente, uma comunicação à Assembleia do que é que se propôs realizar nesta área, é o projecto. E uma conta do projecto. Não se diz, absolutamente nada sobre o que é que está executado nesta área e não se diz uma outra coisa, - e essa é que me preocupa muito mais - ou seja, que a Sociedade (anónima), cujo capital é quase integralmente público, neste momento está em colapso porque já não tem dinheiro para pagar ao empreiteiro. E a Comissão tomou conhecimento disso quando esteve nas Flores. Parece-me que isso tinha que ser aqui dito. Podia-se, inclusivamente ter dito o que é que estava feito e o que é não estava, desse empreendimento. Ou seja, em que fase é que se encontrava o empreendimento, porque esses elementos existiram e, aliás foram vistos pela própria Comissão. Nada disso se encontra aqui dito.

Entendo, também, que se devia ter dito - porque a Comissão também foi informada dessa situação - que aquela sociedade tem

capitais públicos que lhe têm sido dados por subsídios, que não estão integrados no seu capital social. Entendo que essa é uma situação menos regular e que deveria ser remediada.

Também poderia ter sido dito que o BCA tem naquela sociedade uns tantos milhares de contos, que não são nem empréstimos nem investimento, e que estão numa situação fluida que não se encontra resolvida.

Julgo que se poderia ter dito - e se não se disse digo-o eu agora - que me parece que o Governo Regional dos Açores tem olhado pouco para o investimento público regional que está nessa sociedade. Porque a sociedade tem administradores que não foram designados pelo Governo e foram designados, nos termos estatutários, pela própria sociedade, suprimindo a falta de designação por parte do Governo. Este tinha - não sei se ainda tem - uma pessoa que na Região se ocupava de acautelar os dinheiros públicos e de acompanhar a actividade do capital da Região junto dos investimentos turísticos que havia na Região e que, aliás, participava na própria administração dessas ditas sociedades. Nunca se deslocou às Flores para o efeito. Entendo que os administradores que lá existem, não recebem um escudo por serem administradores, terão muita ou pouca capacidade de gestão, mas não são nem juristas nem contabilistas nem coisa nenhuma. E o capital privado que lá existe é pouco. De modo que eu julgo que a entidade que tem maior participação no capital - que é o Governo Regional dos Açores - deveria olhar mais de perto essa situação, enviar apoios administrativos ou técnicos às Flores, para regularizar essas situações que são, obviamente, uma obrigação da administração da sociedade, só que 2/3 dessa administração, a bom rigor, são do Governo de acordo com os próprios estatutos. Portanto, parece-me que é uma situação que não ficou dita na altura e que deveria estar aqui.

Depois disto, a Firma Toste Mendes é proprietária de outro complexo hoteleiro que engloba mais outros tantos quartos e que é apoiado pelo SIFIT. Bem, não se disse que esse é um projecto de Abril de 1990, que foi comunicado em 6 de Março à sociedade, que o Conselho do Governo tinha aprovado o apoio, que neste momento o contrato ainda não se encontra feito, porque isso foi dito pelos proprietários, na altura em que fomos visitar lá o empreendimento. Viu-se a fase em que isto estava. Neste momento o hotel está começando a ser coberto, até foi dito

pelo empresário que estava atrapalhado, porque já tinha conseguido vender os quartos todos do hotel para o Verão que vem, e que precisava de avançar. Explicou também, os encargos que tinha, os juros etc. e eu não vejo nada disto aqui. Estas coisas têm que ser aqui ditas. Senão, eu pergunto: os Deputados que não são da Comissão de Política Geral e que não foram às Flores, que actos do Governo nesta matéria é que apreciam?!

O facto da sociedade Toste Mendes ter resolvido fazer um hotel que tem 36 quartos e que vai custar 240 mil contos, isso é um acto do Governo? Julgo que não é nenhum acto do Governo. Isto é um acto da iniciativa privada, acto esse que o Governo aquando da sua ida às Flores, sentia também como um resultado da sua acção. E evidente que isto é muito discutível, mas pronto. É uma iniciativa privada, louvável e tudo o mais. Só que está neste ponto!

Estão destinadas determinadas verbas no Plano e no Orçamento desta Região para o Turismo, com desagregação espacial e com algumas verbas destinadas às Flores, e portanto é preciso que aqui se diga o que é que se executou; estamos a meio do ano... foi muito, ou pouco?

Se não se quer dar opinião nenhuma, então que se diga que estava orçado X e gastou-se X. Pronto acabou! É o que for. E depois o Plenário fará um juízo sobre isso.

Parece-me que é isto que têm que ser os relatórios das Comissões.

E por aqui fora segue uma série de coisas. Por exemplo, recordo que nas Flores foi levantado um problema, numa reunião, que foi o de estar numa resolução do Governo, uma decisão que é a de apoiar as autarquias, tendo em vista a existência de habitação para médicos e para professores. Este assunto foi levantado na Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, na altura em que tivemos a reunião. Inclusivamente, foi dito que o Sr. Presidente da Câmara, numa determinada altura, tinha mandado um ofício sobre o assunto. Ainda temos mais elementos novos sobre isto, ou seja, é que temos agora (finalmente) um mês e tal depois da data que era rigorosamente aquela que o Grupo Parlamentar do PSD achava que era razoável (O Governo só ficava em atraso a partir do dia 1 de Julho) - e recordo o Sr. Deputado Victor Cruz que é quem tratou desta matéria -, a gente às vezes nestas coisas tem que meter-se em cada sarilho, Sr. Deputado, eu já tive sentado aí, sei como é - e o Governo ia cumprir. pois cumpriu! Só que no dia 7 de

Agosto. O Sr. Deputado há-de concordar que foi com um pequeno atraso. Mas deixemos o atraso e passemos à matéria dos actos. Portanto, naquela altura o protesto era inoportuno, porque era 2 dias antes, só que o Governo depois apresentou 30 e tal dias depois. Mas já estava protestado, por isso não vale a pena protestar agora.

No entanto, o Sr. Presidente do Governo disse sobre esta matéria que "Quanto à cooperação com as autarquias locais, para fornecimento a professores de casas de função nos concelhos mais afastados, há disponibilidade do Governo para implementar acções ao abrigo dos diplomas que configuramos os contratos ARAAL; tal disponibilidade é do conhecimento das entidades interessadas do sector autárquico, de quem depende, naturalmente, o lançamento das iniciativas concretas". E este velho hábito de "chutar" para alto e os outros lá estão e depois hão-de ver como é que é.

Só que, relativamente a esta matéria a Câmara Municipal tomou esta iniciativa, pelo seu ofício nº 81 de 23 de Fevereiro de 1989, e que a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores dizia, referindo-se à célebre Resolução 477/87: "Até ao momento, ainda não se desenvolveu qualquer contacto, tendo em vista implementar o referido ponto da resolução, venho comunicar a V. Exa. do muito interesse, por nossa parte, em dar início ao processo.

Ficamos, pois, aguardando com desejável brevidade o que V. Exa. se dignar comunicar sobre o assunto". Este ofício foi dirigido ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna, nesta data que eu acabei de referir. Tenho aqui uma fotocópia se os Srs. Deputados tiverem gosto em vê-la terei muito prazer em fornecê-la. Bem, se o que faltava era este interesse por parte da autarquia, pois aí o temos e já gasto no tempo, isto é, desde 1989, portanto já fez dois anos e meio. Já anda bem pelo seu pé. De modo que, também sobre esta questão não se diz nada e isto foi igualmente referido na reunião que tivemos nas Flores.

Eu julgo que este não é o método adequado para a elaboração dos relatórios ante-período. Porque senão, eles não trazem coisa que nos permita fazer uma apreciação capaz sobre o que são os actos do Governo e da administração nas respectivas áreas de actividade. E o que mais me preocupa, é que parece que a Comissão se inclina para que isto continue assim. E explico porquê. E porque, quando fiz parte desta Comissão, noutra cir-

cunstância, tinha estado organizada uma acção que consistia num contacto com o Secretário Regional - no caso concreto era o do Turismo e Ambiente - para indagarmos do desenvolvimento de acções nessa área, tal e qual como fizemos e com muito proveito - numa reunião que já tivemos com o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, em duas ou três áreas concretas e que foi uma reunião muito produtiva, em que nos foram fornecidos imensos elementos de trabalho, enfim, uma reunião feita a sério, chegou a estar projectada uma reunião para ser feita - e estarão lembrados os Srs. Membros da Comissão - relativamente à Secretaria do Turismo e Ambiente. Aliás, nessa altura, chegou mesmo a acertar-se um novo esquema de trabalho da Comissão que dizia que em todos os ante-períodos legislativos fosse acompanhada pelo menos uma área da actividade do Governo, para assim ao longo do ano conseguirmos cobrir o maior número de áreas, como é nosso dever.

O que está programado em termos de trabalho é: "emitir pareceres sobre os diplomas referidos nos capítulos anteriores"; o que quer dizer que é sobre os diplomas que estão pendentes de parecer e, portanto, percebo que não está decidida nenhuma acção de acompanhamento da actividade do Governo em qualquer área. Era esta preocupação que também queria deixar, com o meu desejo de que estas coisas ainda se possam compor e que no futuro, nada disto volte a acontecer nesta ou noutra comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou usar da palavra, na medida em que fui o relator em exercício, nesta visita à Ilha das Flores. Fui eu que redigi o projecto para o Capítulo que está no relatório. O projecto acabou por ser aprovado por unanimidade na Comissão.

Percebo que o Sr. Deputado Renato Moura não contesta o que está cá; defende apenas que o relatório devia ser um pouco mais exaustivo e devia reproduzir, integralmente, as discussões. Mas devo dizer ao Sr. Deputado que, como V. Exa. sabe, algumas dessas auscultações foram feitas deficientemente e em locais - como a visita aos hotéis - em que é difícil obter todas essas informações. Por outro lado, congratulo-me com o facto de os relatórios serem' agora discutidos, o que vai obrigar os Srs. Relatores e a toda a Comissão em geral, a dedicarem-se mais e

que trabalhem mais esses mesmos relatórios.

Contudo, não posso terminar, sem fazer uma rectificação, ou seja, a Comissão visitou a Ilha das Flores ao abrigo do artigo 124º, alínea d), que diz:

"Efectivar missões de informações ou de estudos" e não para avaliar os actos do Governo. A Comissão e os seus Deputados, estão sempre atentos aos actos do Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para referir que, em relação à parte final da intervenção do Sr. Deputado Renato Moura sobre a programação de trabalhos, não foi feita uma programação mais desenvolvida, uma vez que na Comissão, ficou entendido que a futura reformulação que se espera nas comissões, isto é, a composição ainda não estava definida, e portanto não quisemos fazer uma programação sem saber, de facto, como ficaria composta a Comissão de Política Geral.

Foi este o entendimento geral e foi a razão, pela qual não programámos mais nada, além da emissão dos pareceres.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Relativamente à explicação que me é dada pelo Sr. Deputado José Maria Bairos, ela satisfaz-me, perfeitamente e percebo que não existe qualquer intenção, por parte da Comissão, de não acompanhar e que o vai fazer, quando souber a composição das comissões. Espero que essas voltas que há que dar à composição das comissões se façam agora, ainda durante o decorrer deste período legislativo, porque senão significaria, também que as comissões ficariam - a avaliar por esta - um pouco "paralíticas" durante este período. E repare-se que quando a Assembleia voltar a reunir-se, já estaremos a apreciar o Plano. De modo que haverá muito que fazer, antes disso.

Quanto ao Sr. Deputado Rui Melo, penso que não tem razão naquilo que diz. Porque quando refere que fizeram uma visita às Flores para efectivar uma missão de informação ou de estudo, leu a alínea do artigo, mas esqueceu-se de ler o número. E chamava-lhe a atenção para o número que diz "As Comissões podem requerer ou praticar quaisquer diligências necessárias ao bom exercício das suas funções, nomeadamente:". E depois refe-

re vários aspectos. Portanto significa que isso que os Srs. foram fazer, é uma informação. É uma visita à Ilha das Flores para efectivar uma missão de informação ou de estudo, que se destina ao exercício das funções da Comissão, que são as de habilitar o Plenário com elementos em extensão e profundidade que permitam uma análise dos actos do Governo. De maneira que essa missão de estudo que os Srs. foram fazer não é apenas para o Governo individual dos membros da Comissão. É para trazer, aqui, apertações. Portanto a visita foi para esse efeito. Agora o que não produziu foi o resultado que era de esperar. Essa é outra questão.

A Comissão tem um novo Presidente, e eu aproveito para o saudar já que não tive oportunidade de o fazer na Comissão pois não participei nela. Desejo-lhe felicidades, porque é o primeiro Presidente eleito da Comissão, depois de eu lá ter estado, esperando que ela tenha uma boa actividade, agora depois de novamente estruturada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque se trata duma matéria em que não há votação e estamos a fazer uma apreciação, não podíamos deixar de manifestar, perante a Câmara, a nossa total concordância com as observações feitas pelo Sr. Deputado Renato Moura, sobre o trabalho efectuado por esta Comissão e que - como ele muito bem referiu - também é extensivo ao conjunto dos trabalhos elaborados pela Comissão, no âmbito da Assembleia.

Queríamos, de facto, dar conta de que, segundo vem no relatório, a visita à Ilha das Flores destinou-se a verificar da execução material do Plano, naquelas ilhas e nas áreas do âmbito da Comissão, independentemente do artigo que é citado, anteriormente. E gostaríamos ainda de realçar, aqui, que no conjunto de referências feitas na análise do Sr. Deputado Renato Moura, é salientado um aspecto de fundamental importância, para nós, ou seja, a circunstância (com muita frequência) do sistema de apoios do Governo Regional, relativamente à iniciativa privada - quer no caso do SIFIT, quer noutros casos infelizmente, continuar a ter uma fase de desfaseamento excessiva, entre as decisões e, depois, o respectivo processamento. Julgo que se enquadrará no conjunto da melhoria da resposta que o Governo Regional tem vindo a anunciar em relação aos pagamentos da administração

regional. Seja como for, é um exemplo concreto daquilo que foi dito, isto é, de que há áreas em que os atrasos nos pagamentos aos apoios deliberados, muitas vezes podem pôr em causa - consoante a fase dos empreendimentos - a normal execução do empreendimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sim senhor, Sr. Deputado Renato Moura, penso que dessa discussão "nasce a luz" e acho que os relatórios vão continuar a ser aprofundados. Eu só queria salientar - se me permitem em termos de sugestão a todos os Srs. Deputados - mais uma das potencialidades do nosso Regimento que está no seu artigo 121º que diz que: "qualquer deputado pode enviar às comissões observações escritas sobre matéria da sua competência". Penso que quando se fizer visitas dessa natureza, para que o relatório venha a ser um relatório exaustivo e que transpareça tudo o que se passou, os Srs. Deputados - a fim de salvaguardar a unidade - podem fazer sugestões, ao abrigo do já referido artigo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria, apenas de dar um pequeno esclarecimento, relativamente à observação do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. E devo dizer que na fase actual e na conjuntura presente, esse problema não se levanta. Aquilo que está, devidamente processado e que se encontra, devidamente orçamentado, os desfasamentos que existem são, perfeitamente aceitáveis. Não quer dizer que não haja um caso ou outro. E quando esses casos surgem, eu gosto que nos alertem para que nós possamos tomar as devidas providências.

Quanto ao Sr. Deputado Renato Moura, eu não queria entrar em polémica, mas em virtude de ser um esclarecimento adicional, eu devo dizer-lhe que uma das áreas em que nós temos tido alguma preocupação e algum cuidado, é relativamente à regularização de todas as sociedades em que o banco teve intervenção e que o Governo constituiu por essas ilhas, para formação de pousadas, hotéis, etc. Por conseguinte, em relação ao banco, este já tem a situação regularizada em relação à PROTUROTEL e em relação ao Hotel Faial. Brevemente será regularizada a situação em relação ao hotel de S. Jorge; aguar-

damos uma certidão narrativa há dois meses de Lisboa, apesar de telefonemas seguidos, mas isso vai resolver-se. Por isso, há toda uma tentativa no sentido de que, de facto, essas sociedades tenham um estatuto próprio, tenham os seus órgãos próprios e cada um deles, a fazer aquilo que lhe compete. Inclusivamente, nomeámos um auditor para todas essas empresas, e que está a percorrer todos esses estabelecimentos hoteleiros, no sentido de apurar as acções de cada entidade - seja pública ou privada - para que essa situação mereça um tratamento desejável. As vezes isso não corre com a brevidade que se pretende, mas vamos lá chegar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E para agradecer as informações do Sr. Secretário Regional, dadas com muita serenidade e que me parecem úteis. Ficamos com este elemento e com esta vontade, para depois podermos, efectivamente, acompanhar e ver se tudo isto se concretiza, como é vontade do Sr. Secretário Regional.

Já agora, apenas uma pequena pergunta, caso possa ter alguma resposta para ela, isto é, sobre o abastecimento daquelas sociedades. Uma delas é de capital público, que está, realmente, com dificuldades financeiras importantes e a outra que é a privada. Existe essa decisão comunicada em 6 de Março, de que ia ser apoiada pelo SIFIT, o contrato neste momento ainda não está feito. O Sr. Secretário poderia adiantar alguma coisa sobre isso? Porque na banca - o Sr. Secretário conhece esses assuntos melhor que ninguém - com os juros de 20 e tal por cento, dezenas de milhares de contos... pode pôr em causa a própria 'continuação dos trabalhos, e tudo isto desequilibra aquilo que tinha sido o estudo de viabilidade económica, inicialmente feito e na prática o que vai acontecer, é que também pode pôr em causa a própria abertura, o que vinha pôr em questão, inclusivé, a expectativa que havia em relação ao aumento dos tais 200% de camas nas Flores que estão aqui referidos e que foram também referidos pelo Sr. Presidente do Governo, na altura em que foi às Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional de Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que eu posso dizer ao Sr. Deputado Renato Moura neste momento, é que aquilo que está, devidamente orçamentado e aquilo que está, devidamente processado, quanto a isso, nós vamo-nos responsabilizar e vamos concretizar.

Quanto aos outros trâmites, uma vez que é um projecto integrado nos apoios comunitários e por isso tem regras a cumprir, nós estamos em diálogo com o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente e, naturalmente vamos arranjar a solução para resolver esse problema se estiver tudo em ordem, ou seja, os projectos aprovados, os contratos formalizados etc., porque nós não queremos que aconteça o que está a acontecer agora nessa pousada que referiu. Essas coisas levam tempo para serem resolvidas. E é preferível que as coisas fiquem, devidamente clarificadas à partida, para depois não ser "pior a emenda que o soneto". De qualquer modo devo dizer-lhe que estamos em diálogo com o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente e se as coisas estiverem como manda a lei, naturalmente que terão o seu seguimento.

Presidente: Srs. Deputados estamos a chegar à hora combinada para terminarmos os nossos trabalhos. Vamos interromper a Sessão. Recomeçaremos amanhã às 10 horas da manhã, e a ordem de trabalhos é a continuação da de hoje.

Boa noite.

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Madrugada da Costa; PS - António Oliveira Rodrigues; CDS - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Proposta de Resolução

O Porto da Praia da Vitória foi concebido como infra-estrutura oceânica dotada dos equipamentos indispensáveis ao exercício de uma função portuária com âmbito diversificado e bem mais vasto do que a própria Região.

Após a sua precária entrada em funcionamento ainda ao serviço quase exclusivo dos fluxos comerciais da própria Ilha Terceira, o arranque da sua normal operação está dependente da realização de um conjunto de investimentos públicos, há longa data anunciados, e de investimentos privados dependentes de autorização governamental.

Afigurando-se injustificável que o Governo Regional não dê a devida prioridade às resoluções que envolvem os investimentos necessários ao apetrechamento tendo presente que apesar dos estrangulamentos funcionais que motiva, o Governo Regional, tem vindo a atrasar sistematicamente as necessárias deliberações:

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais a Assembleia Legislativa Regional resolve recomendar ao Governo Regional que, de acordo com os seus compromissos, proceda, de imediato, à adjudicação da empreitada de construção do Núcleo de Pesca do Porto da Praia da Vitória e tome as deliberações indispensáveis a que se desbloqueie o processo de autorização do investimento privado no sistema de armazenamento de combustíveis daquele porto.

Horta, Sala das sessões, 10 de Setembro de 1991.

Os Deputados Regionais: Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro e Rui Meireles.

Ante-Proposta de Lei

Aplicação nas Regiões Autónomas
do
Estatuto Social do Bombeiro

A Lei nº 21/87, de 20 de Junho, criou o Estatuto Social do Bombeiro. Trata-se de um diploma que para além de definir deveres confere sobretudo direitos aqueles que têm por missão a protecção das vidas humanas e bens em perigo. De entre esses direitos destacam-se os benefícios do regime de Segurança Social, o de receber indemnizações, subsídios e pensões em caso de acidente ou doença em serviço, o de frequentar cursos, colóquios e seminários, o de beneficiar de seguro de acidentes pessoais e o de ser submetido a inspecções médico-sanitárias periódicas e ainda o direito a pagamento integral de assistência médico-medicamentosa em caso de acidente ou doença contraída ou agravada em serviço.

A Lei estabelece também que os bombeiros podem ser dispensados, em certas condições, do período de serviço militar efectivo normal e têm direito a faltar ao trabalho, sem perda de remunerações, direitos ou regalias, para o cumprimento de missões urgentes atribuídas aos corpos de bombeiros.

A Lei 21/87 confere ainda às famílias dos bombeiros falecidos em serviço ou por doença contraída no desempenho das suas funções, o direito à atribuição de pensões de sangue e aos filhos regalias como por exemplo a

isenção de propinas, prioridade no ingresso em jardins-escola, infantários, estabelecimentos pré-primários e afins e prioridade na atribuição de subsídios de estudo.

Alguns destes direitos e regalias são até extensivos aos titulares dos corpos gerentes das associações de bombeiros.

Trata-se claramente de uma lei que pela sua natureza se dirige a todos os bombeiros portugueses, tanto mais que é a própria Constituição a acautelar a privação de direitos em função do território. Aliás os bombeiros que exercem funções nas regiões autónomas não têm missão mais facilitada dos que a exercem no território do continente; até em certos aspectos bem pelo contrário não só por se tratar de zonas - principalmente a dos Açores - fortemente sujeitas a catástrofes naturais e a crises cíclicas, mas também pelo facto de as respectivas corporações actuarem em zonas de muito difícil e arriscado acesso e de frequentemente não poderem recorrer à cooperação de outras, limitação imposta pelo facto de se tratar de território descontínuo.

Aliás os bombeiros das corporações sediadas na Região Autónoma dos Açores só não estão abrangidas pelo Estatuto Social do Bombeiro pelo facto de estarem inseridos em quadros de pessoal que não são homologados pelo Serviço Nacional de Bombeiros, mas pelo Secretário Regional da Administração Interna por força do que dispõe a alínea f) do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 36/88/A, de 28 de Novembro, conjugada com a alínea g) do artigo 1º do Decreto Regulamentar Regional nº 10/90/A, de 19 de Março. Aliás o Serviço Nacional de Bombeiros tem acção limitada ao território do continente, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 418/80, de 29 de Setembro.

A Região Autónoma da Madeira procurou solucionar o problema através da aprovação de um Decreto Legislativo Regional, o que constitui uma solução que, no aspecto legal, é, no mínimo, muito duvidosa.

Porém a presente situação de vazio nos Açores não se pode fazer perdurar, pois é no mínimo desmotivadora para o recrutamento e mesmo manutenção ao serviço daqueles a quem se chama de "Soldados da Paz" e aos quais cada vez mais missões se pedem, exigindo-se-lhes cada vez mais profissionalismo e disponibilidade.

E a aplicação do Estatuto, no território do continente, está feita há mais de dois anos.

Porque o Governo Regional nunca tomou

a iniciativa, como primordialmente parecia competir-lhe, é altura de não adiar mais, porque em causa estão para além dos titulares dos corpos gerentes, cerca de 1000 bombeiros.

Nestes termos, o Deputado abaixo assinado, no uso da faculdade que lhe é conferida pela alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Estatuto Político Administrativo, propõe que a Assembleia Legislativa Regional, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea f) do nº 1 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 32º do referido Estatuto, aprove a seguinte Ante-Proposta de Lei:

Artigo 1º.

A Lei nº 21/87, de 20 de Junho, que aprova o Estatuto Social do Bombeiro, é também aplicável aos bombeiros que exercem funções nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, inseridos em quadros de pessoal homologados por membros do governo ou por órgãos ou serviços dependentes dos respectivos governos regionais.

Artigo 2º.

A aplicação da Lei nº 21/87, de 20 de Junho e da subsequente regulamentação terá em conta a existência dos órgãos e dos serviços próprios das Regiões e as respectivas competências e será feita através de diploma das respectivas assembleias legislativas regionais.

Horta, 10 de Setembro de 1991.

O Deputado Independente: José Renato Medina Moura.

MOÇÃO DE CENSURA AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES, NOS TERMOS DO Nº 3 DO ARTIGO 36º DO REGIMENTO

O actual Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, primeiro Presidente eleito por legislatura, em 21/11/89, nos termos do Regimento da Assembleia, pouco antes entrado em vigor, não correspondeu, na sua actuação enquanto representante do órgão primeiro da autonomia regional, às legítimas e fundadas expectativas e exigências institucionais que sobre o cargo passaram a recair:

1. Por força da revisão constitucional de 1989;

2. Por força da revisão do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores,

também de 1989.

No que concerne às exigências institucionais, com reflexo nos princípios orientadores da actuação do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a revisão constitucional de 1989 introduziu alterações relevantes, em dois artigos.

No artigo 229º, deu consagração constitucional às competências das Regiões, e, portanto, aos seus órgãos de governo próprio, para estabelecerem "cooperação com outras entidades regionais estrangeiras" e participarem "em organizações que tenham por objecto fomentar o diálogo e a cooperação inter-regionais" Alínea t) do artigo citado).

No nº 3 do artigo 234º, ao aplicar "à Assembleia Legislativa Regional e respectivos Grupos Parlamentares" disposições que, antes, a Constituição apenas impunha para a Assembleia da República.

E exemplo concreto destas disposições, a existência e as normas de funcionamento da "Comissão Permanente" nas Assembleias Legislativas Regionais.

No entendimento dos deputados signatários, teria incumbido ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na sua situação privilegiada de órgão unipessoal representativo da Assembleia, o indispensável e insubstituível papel de salutar "protagonismo de influência" no estímulo, incentivo e motivação da Assembleia para a cooperação e o diálogo com organizações congéneres nacionais ou estrangeiras.

Siblinhe-se que o actual Presidente, nem necessitaria de ser inovador. Tinha o exemplo de anterior Presidência da Assembleia que (porventura, com erros a corrigir) desbravara caminhos nesta área. Restaria ao actual Presidente adaptar aquela actuação às novas exigências que a adesão à CEE, trouxe à Região.

Preferiu-se a omissão quase total. Nem se imitou nem se inovou.

Chega-se assim, ao magro resultado presente de, neste domínio, no início do que seria, o quarto e último ano do mandato, do primeiro Presidente eleito por legislatura, esta Assembleia ter apenas com realização em curso, duas escassas iniciativas - uma com o Parlamento das Canárias e outra com a Assembleia Legislativa Regional da Madeira - que se arrastam penosamente há vários anos, sempre em vésperas de se concretizarem, mas acabando sempre adiadas.

E de acentuar que esta atitude não é censurável, apenas por desrespeitar as disposições constitucionais, mas também o papel

que caberia a este órgão de governo próprio, na intensificação das relações da Região com as Comunidades emigrantes açorianas e com a CEE.

Também aqui, o actual Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, optou pela ausência de política e pela política da ausência. Não faz, nem ajuda a fazer.

Os deputados signatários, entendem que esta atitude sistemática de esvaziamento da dimensão política do papel do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, obedece a uma motivação, também ela de carácter político.

Trata-se, simplesmente de não concorrer com o Presidente do Governo Regional na área das relações com o exterior que, na praxe governativa, aquele acabou por reservar para si próprio.

De um Presidente que não esconde a sua concepção da função, como meramente representativa e honorífica, não seria nunca de esperar que aparecesse a, disputar ao Presidente do Governo Regional, a assumida exclusividade que este se arroga.

Também aqui, a lógica da perspectiva do interesse partidário teria de sobrepor-se à lógica do papel institucional do órgão "com precedência sobre todas as autoridades regionais".

Atitude similar, de esvaziamento e não exercício de competências próprias, se constatada em relação ao funcionamento da Comissão permanente.

Conjugando as competências que, pela Constituição, lhe são atribuídas no artigo 182º, e as que são acolhidas pelo Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (artigos 68º e 70º), conclui-se que a Comissão Permanente, da responsabilidade do Presidente da Assembleia, deve funcionar "fora do período de funcionamento efectivo da Assembleia Legislativa Regional dos Açores" (artigo 67º do Regimento) para "acompanhar a actividade do Governo e da Administração Regional" (alínea a) do artigo 69º do Regimento).

Como é do conhecimento público, esta Comissão nunca foi convocada pelo actual Presidente, para os meses de Julho e Agosto que são aqueles que o Regimento define, no seu artigo 77º, como o período de não funcionamento efectivo da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nem em 1990, nem em 1991.

Mais uma vez, é manifesto o sacrifício de competências de um órgão da Assembleia, da responsabilidade do Presidente, com pre-

juízo da afirmação política e institucional da Assembleia perante o Governo Regional.

É altura de passarmos, à consideração sucinta das razões, que levam os deputados signatários a afirmar, que o actual Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, frustrou as exigências que sobre o cargo recaem, por força do Regimento em vigor desde 1989.

Este Regimento pretendeu conferir maior dignidade e estabilidade ao cargo de presidente com a eleição por legislatura.

Mas os deputados signatários entendem que esta medida implicava como corolário, uma atitude, também nova, na gestão das atribuições e na actuação do detentor do cargo.

Este não pode continuar a agir com base na mesma lógica anterior, de actuação meramente anual.

Sob pena de se reduzir a estabilidade, apenas à garantia política prévia da permanência no cargo, ela tem de traduzir-se num tipo de actuação que permita vislumbrar de um ano para o outro, uma linha de coerência e continuidade prevista e programada. Até hoje, este Presidente não o conseguiu, a não ser em relação a esta atitude de omissão e esvaziamento político do cargo que se tem agravado de ano para ano.

No entender dos signatários, são de referenciar ainda, algumas atitudes que marcaram de maneira particularmente negativa, o mandato do actual Presidente.

Caso negativamente exemplar, e com consequências graves para a Região, foi o seu comportamento no processo de revisão do Estatuto Político Administrativo da Região.

Este processo de revisão não chegou ao seu termo, na actual legislatura da Assembleia da República por força de resistências exteriores à Região, passivamente aceites pela Direcção Regional do PSD.

Mais uma vez, o actual Presidente desta Assembleia orientou disciplinadamente a sua actuação neste processo, trilhando ordeiramente o caminho traçado pelo seu partido, não obstante os interesses regionais e o consenso parlamentar concretizado à volta do texto saído da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, lhe impusesse precisamente o comportamento oposto.

Particularmente permeável aos interesses partidários do líder regional do PSD, se revelou o actual Presidente desta Assembleia, ao primar sistematicamente pela ausência física da sede da Assembleia e pela sua não utilização habitual em todas as actividades

de representação em que, em nome da Assembleia, participava.

A consequência política deste comportamento reiterado, foi o apagamento da imagem política pública da Assembleia, como órgão de governo próprio da Região, autónomo e predominante em relação ao executivo.

Este comportamento assumiu especial gravidade, quando foi tomado em momentos que impunham uma afirmação política específica da Assembleia, como foi o caso do parecer deste órgão sobre a nomeação do Ministro da República.

A este elenco de omissões politicamente graves e de concepções erróneas sobre o cargo, do actual Presidente desta Assembleia, poderíamos acrescentar um rol avantajado de actuações inadequadas no exercício das competências estatutárias e regimentais que lhe estão atribuídas.

Este elenco podia alargar-se pelas competências quanto aos trabalhos da Assembleia, pelas competências quanto às reuniões plenárias e, mesmo pelas competências quanto a outros órgãos.

Não consideramos necessário fazê-lo porque elas representam apenas a confirmação casuística da linha de actuação já neste texto sobejamente demonstrada.

Não pretendemos entrar nesta perspectiva casuística.

Limitamo-nos a afirmar que este Presidente simboliza o exercício do cargo em condições de acentuada governamentalização da Assembleia, de subordinação, por vezes mesmo, sem disfarces nem escusas, aos ditames partidários, que pertencem a um tempo político que a evolução da sociedade açoriana e mesmo deste Parlamento, ultrapassaram em definitivo.

Na reafirmação, conseqüente e assumida, da sua vontade de enterrar, em definitivo, este passado e de lançar as bases para uma resposta adequada aos desafios do presente e às exigências do futuro que se avizinha, os deputados signatários propõem ao plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação desta Moção de Censura ao actual Presidente, nos termos do nº 3 do artigo 36º do Regimento desta Assembleia, aprovado pela Resolução 7/91/A de 21 de Agosto.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 1991.

Os Deputados Regionais: Martins Goulart, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Gabriel Lopes, Albano Pimentel, António Braga Furtado, Dionísio de Sousa, Rui Meireles, Paulo

Valadão, Carlos Mendonça, Victor Ramos,
João de Sousa Braga, António Gomes.

A Redactora de 2ª Classe: Ana Paula
Garcia de Lemos e Nazaré.